

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JAIRO JACÓ HANSEN

**A PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO LOCAL DO
MUNICÍPIO DE PRINCESA –SC**

**FRANCISCO BELTRÃO
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA**

JAIRO JACÓ HANSEN

**A PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO LOCAL DO
MUNICÍPIO DE PRINCESA –SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia – Área de Concentração: Produção do Espaço e Meio Ambiente. Na linha de pesquisa: Dinâmica, utilização e preservação do meio ambiente. Orientador: Professor Dr. José Edézio da Cunha.

**FRANCISCO BELTRÃO
2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL MESTRADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO LOCAL
DO MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC**

Autor: Jairo Jacó Hansen

Orientador: Prof. Dr. José Edézio da Cunha

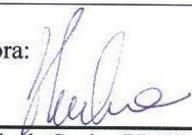
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Jairo Jacó Hansen e aprovada pela comissão julgadora.

Data: 05 / 08 / 2011

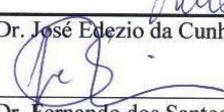
Assinatura:



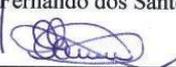
Comissão Julgadora:



Prof. Dr. José Edézio da Cunha (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)



Prof. Dra. Angela Maria Endlich (UEM)

Hansen, Jairo Jacó
H249 A pluriatividade dos agricultores no contexto local
do município de Princesa –SC. / Jairo Jacó Hansen. –
Francisco Beltrão, 2011.
132 f.

Orientador: Prof. Dr. José Edézio da Cunha.
Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. [Agricultura](#) – Princesa – Santa Catarina. 2.
Atividades Agropecuárias – Mesorregião Oeste – Santa
Catarina. 3. Famílias rurais – [Aspectos econômicos](#). 4.
Rendas não agrícolas. I. Cunha, José Edézio da. II.
Título.

CDD – 338.1098164

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da
Unioeste (Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090)

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho só foi possível graças à colaboração de muitas pessoas.

Manifesto gratidão a todas e de forma particular:

à minha família (meus pais e meus irmãos Jaime e Cláudia);

ao professor orientador José Edézio da Cunha;

ao professor Fernando dos Santos Sampaio;

aos amigos Fernando Rodrigo Farias, Luis Carlos Braga e Lucas Ricardo Hoenig;

ao professor Marcos Aurélio Pelegrina, Juliano Andres e Elvis Henges;

aos alunos de graduação que participaram do projeto Geobeltrão;

aos funcionários do setor de tributação da prefeitura de Francisco de Beltrão;

aos professores e funcionários do programa de pós graduação em geografia deste campus;

aos amigos Agnaldo Barros, Marcos Leandro Mondardo, Evandro Miguel da Silva e Marcelo Antonio Uliana.

Dedico esta dissertação à minha mãe Ines e ao meu pai Elmo

A PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO LOCAL DO MUNICÍPIO DE PRINCESA –SC

Nesta pesquisa, estudamos a pluriatividade no município de Princesa/SC, abordando principalmente o aspecto econômico das famílias rurais. Trata-se de um estudo de caso que envolveu a coleta direta de dados em uma parcela da população residente na área rural do município, cujo principal objetivo consistiu em identificar aspectos recentes das ocupações agrícolas e não agrícolas das famílias residentes. A metodologia utilizada considera conceitos presentes em bibliografias nacionais e orienta-se na categoria de formação sócio espacial, enfatizando aspectos de ocupação, especialização produtiva agropecuária e êxodo populacional e urbanização da mesorregião oeste e microrregião de São Miguel do Oeste do estado de Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: Rendas não agrícolas, agricultura, pluriatividade, atividades agropecuárias.

THE PLURIACTIVITY LOCAL FARMERS IN THE CONTEXT OF THE CITY OF PRINCESA - SC

In the present research, the Pluralactivity in the town of Princesa – SC, approaches mainly the aspects of the rural families. It's a case study that involved data collect in a part of the rural dwellers of the town, which has as its main goal is to identify the recent aspects of the agriculture and non-agriculture occupations of the dwellers. The methodology applied is based on concepts present in national bibliographies and focused on social spatial formation category, emphasizing occupation aspects, productive farming specialization as well as population migration and micro region urbanization of São Miguel do Oeste, State of Santa Catarina.

Key Words: Non-agriculture income, agriculture, Pluralactivity, farming activities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO CAPITAL E A AÇÃO DO ESTADO COMO IMPULSIONADOR.....	19
1.1. OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE.....	19
1.2 ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (1930-1990).....	26
1.2.1. O papel das agroindústrias na organização sócio espacial da mesorregião oeste.....	32
1.3. A CRISE DA DÉCADA DE 1980 E OS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA.....	35
1.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	41
1.5. ASPECTOS DA POLITICA ECONOMICA DÉCADA DE 1990: EFEITOS NA AGRICULTURA E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	42
2. CAPÍTULO II: DINÂMICAS RECENTES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E DINÂMICA HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE - (1990-2010).....	48
2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E DINÂMICA RECENTE	55
2.1.1 Suinocultura	58
2.1.2. Avicultura	61
2.1.3. Produção de Grãos: Milho e Soja	63
2.1.4. Pecuária Leiteira	64
2.1.5. Fumicultura.....	69
2.2 . URBANIZAÇÃO E ÊXODO RURAL: ASPECTOS RECENTES (1991-2010)	71
2.3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	79

3. CAPÍTULO III: DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	84
3.1. LOCALIZAÇÃO E DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO.....	84
3.2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	86
3.3. SÍNTESE DOS DADOS COLETADOS NAS ENTREVISTAS EM DOMICÍLIOS.....	94
3.4. OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DAS PROPRIEDADES RURAIS.....	98
3.5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, CRÉDITO FUNDIÁRIO E MINIFUNDIARIZAÇÃO.....	100 101
3.5.1. Concentração de terras.....	103
3.5.2. Crédito Fundiário.....	104
3.5.3. Minifundiarização.....	
3.6. ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: DINÂMICA RECENTE E ASPECTOS ATUAIS	105
3.6.1. Características da produção leiteira nas propriedades.....	108
3.6.1.1. Características da propriedade com maior tecnologia aplicada na produção....	109
3.6.1.2. Características de uma propriedade com menor tecnologia.....	112
3.7. RENDAS DOS DOMICÍLIOS.....	114
3. 7.1. Rendas Agrícolas.....	114
3.7.2. Rendas não agrícolas.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS.....	132

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Mapa da divisão mesorregional de Santa Catarina.....	19
FIGURA 2:	Mapa da região pretendida pela Argentina – Questão de Palmas....	21
FIGURA 3:	Mapa de Santa Catarina em 1907 incorporando a região em litígio com o Paraná – Questão do Contestado	22
FIGURA 4:	Mapa da divisão política do Estado de Santa Catarina em 1930.....	24
FIGURA 5:	Mapa dos lotes da colonizadora Princeza (1953) e perímetro do município de Princesa (2010).....	25
FIGURA 6:	Mapa de densidade demográfica do Estado de Santa Catarina (2009).....	48
FIGURA 7:	Mapa da Microrregião de São Miguel do Oeste - SC e localização do município de Princesa.....	54
FIGURA 8:	Mapa da mesorregião oeste de Santa Catarina e divisão microrregional.....	57
FIGURA 9:	Mapa da produção de aves em Santa Catarina - efetivo de cabeças (2006).....	63
FIGURA 10:	Valor da venda no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (Mil Reais).....	66
FIGURA 11:	Cronologia das emancipações político administrativo no estado de Santa Catarina.....	72
FIGURA 12:	Mapa com a tipologia dos municípios por valor adicionado.....	81
FIGURA 13:	Mapa de Localização do município de Princesa.....	84
FIGURA 14:	Propriedades rurais com arrendamento para terceiros – Município de Princesa (2010).....	88
FIGURA 15:	Croqui de localização dos domicílios entrevistados – município de Princesa (2010).....	93
FIGURA 16:	Áreas de concentração de terras no município de Princesa – SC....	102

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Ano de fundação dos frigoríficos do oeste catarinense - 1940 a 1975.....	33
QUADRO 2	Fluxograma da cadeia produtiva de frangos de corte.....	34
QUADRO 3	Evolução da produção de grãos no Brasil e em Santa Catarina (1960/1995).....	37
QUADRO 4	Evolução da Produção de aves e suínos no estado de Santa Catarina (1970/2006).....	37
QUADRO 5	Área e Número de estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina (1970-1995).....	39
QUADRO 6:	Estratificação dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina – estrutura fundiária (1970-1995).....	39
QUADRO 7:	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (1970/2006.	39
QUADRO 8:	Comparativo da estrutura fundiária entre as mesorregiões do estado de Santa Catarina e as microrregiões da mesorregião oeste.....	53
QUADRO 9:	Distribuição do PIB agrícola de Santa Catarina - principais produtos agropecuários (2002 a 2006).....	55
QUADRO 10:	Fluxograma do complexo agroindustrial de suínos - Santa Catarina	58
QUADRO 11:	Variação do número de estabelecimentos e da produção de suínos em Santa Catarina (1996-2003)	59
QUADRO 12:	Estrutura fundiária das microrregiões e produção de grãos no ano de 2006.....	64
QUADRO 13:	Custo de produção do leite em Santa Catarina conforme tecnologia utilizada (2010).....	68
QUADRO 14:	Histórico da Produção de fumo em folha no Brasil e no estado de Santa Catarina (1990-2004).....	70
QUADRO 15:	Estrato dos municípios catarinense por número de habitantes (2010).....	73
QUADRO 16:	Estrato dos municípios da mesorregião oeste por número de habitantes (2010).....	74

QUADRO 17:	Municípios mais populosos da mesorregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica (1991-2010).	74
QUADRO 18:	Municípios menos populosos da mesorregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica (1991-2010).	76
QUADRO 19:	Municípios menos populosos da mesorregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica – índices de crescimento (1991-2010).....	77
QUADRO 20:	Dinâmica histórica da população das microrregiões da mesorregião oeste – SC (1991-2010).....	78
QUADRO 21:	Municípios com maior concentração de população em Santa Catarina (2010).....	80
QUADRO 22:	Municípios com maior concentração de população rural em Santa Catarina (2010) e participação dos setores econômicos na composição do Valor Adicionado Bruto dos mesmos.....	80
QUADRO 23:	Dados da evolução da população dos municípios da microrregião de São Miguel do Oeste (2000 e 2010).....	82
QUADRO 24:	Síntese da ocorrência de Pluriatividades.....	95
QUADRO 25:	Renda das famílias entrevistadas e tipologias dos domicílios	95
QUADRO 26:	Renda dos domicílios entrevistados por tipologia.....	96
QUADRO 27:	Estrato da população por faixa etária e por ocupação principal.....	97
QUADRO 28:	Idade média da população economicamente ativa (15 a 59 anos) por ocupação e emigrantes dos últimos 20 anos.....	97
QUADRO 29:	Estrutura fundiária das propriedades rurais com atividades agropecuárias.....	100
QUADRO 30:	Distribuição das atividades agropecuárias por importância na composição da renda.....	107
QUADRO 31:	Alimentação diária na produção de leite com maior tecnologia aplicada.....	111
QUADRO 32:	Renda agropecuária das famílias entrevistadas	118
QUADRO 33:	Renda per capita das pessoas com dedicação exclusivamente agrícola na propriedade.....	119
QUADRO 34:	Ocupações fora da propriedade agrupadas em classe.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	Dinâmica populacional do estado de Santa Catarina (1960/2010)	50
GRÁFICO 2:	Evolução histórica das faixas etárias da população de Santa Catarina – urbana/rural (1960/2003).....	50
GRÁFICO 3:	Estimativa da renda mensal das famílias no catarinenses (2006).....	52
GRÁFICO 4:	Dinâmica histórica da distribuição da produção de suínos na mesorregião oeste de Santa Catarina (1990-2008).....	59
GRÁFICO 5:	Distribuição da produção de suínos na mesorregião oeste de Santa Catarina por microrregião (2006).....	60
GRÁFICO 6:	Dinâmica histórica da distribuição da produção de aves na mesorregião oeste de Santa Catarina (1990-2008).....	61
QUADRO 7:	Evolução da produção leiteira no Brasil, Região Sul, Estado de Santa Catarina e Mesorregião Oeste Catarinense (1990-2008)..	65
GRÁFICO 8:	Distribuição e variação da produção leiteira no Estado de Santa Catarina por Mesorregião.....	66
GRÁFICO 9:	Distribuição da Produção de fumo na mesorregião oeste – microrregiões (2006).....	70
GRÁFICO 10:	Dinâmica histórica da distribuição da área plantada de fumo na mesorregião oeste - microrregiões (1990-2008).....	71
GRÁFICO 11:	Evolução histórica do número de rendas agropecuárias nas propriedades com rendas agropecuárias (1990-2010).....	105
GRÁFICO 12:	Dinâmica histórica das principais atividades agropecuárias (1990-2010).....	106

1 INTRODUÇÃO

A pluriatividade, por sua forma - conhecida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por membros de uma família residente no mesmo domicílio rural – constitui-se em uma marca da organização do espaço rural brasileiro nas últimas três décadas.

Embora esse conceito esteja em evolução devido ao caráter recente de sua abordagem acadêmica, há consenso entre os pesquisadores de que se trata de um fenômeno também recente, derivado de processos da modernização da agricultura – de caráter conservador e excludente – e da urbanização do meio rural – impulsionada pela revolução nas comunicações e transporte e no aparato tecnológico que envolve a agricultura moderna.

A essa conclusão, acompanha a idéia de que as atividades não agrícolas que eram desenvolvidas nas propriedades anteriores a modernização da agricultura (concretizada na década de 1960, no entendimento da maioria dos autores que a estudam), como a fabricação de equipamentos necessários à atividade agrícola e produção de alimentos destinados a subsistência, não caracterizavam produção com finalidade direta de renda.

Para Silva (1998) a pluriatividade contém os conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas por um mesmo trabalhador). No entanto, por diversificação produtiva, entende-se não ser a policultura *stricto sensu* e, sim, a combinação de atividades da agricultura dita tradicional, com atividades que recentemente adquiriram valor de mercado e que não se configuram como *commodities*, agricultura modernizada ou incluída dentro de um complexo agroindustrial, estando então mais próximas das atividades de auto consumo. A estas, Silva referem-se como “*novas*” atividades, definindo-as da seguinte forma:

Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, nos anos mais recentes (...). A pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados que locais que se abrem (SILVA, 2002, p. 40-41).

Nesse contexto, a pluriatividade caracteriza-se como a diversificação de atividades rentáveis pelos membros de uma família com atividades agrícolas.

Contudo, há entre os pesquisadores visões diferentes quanto a essa prática social, destacando-se duas: a primeira como uma etapa de diferenciação social e econômica das famílias agrícolas e a segunda como uma prática social desenvolvida com a finalidade de garantir a reprodução das famílias de agricultores.

A primeira interpretação generaliza duas abordagens diferenciadas. Uma delas refere-se à pluriatividade como um processo de diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, levando-as para a proletarização. Dito de outra forma, a pluriatividade seria uma fração do processo de proletarização, enquanto que a outra considera que a pluriatividade deriva, além da modernização da agricultura, das modificações do modelo de produção e das políticas de distribuição de renda, onde o trabalhador especialista do *fordismo* - protegido por políticas sociais do *keinesianismo* – dá lugar ao trabalhador prestador de serviços, a contratos por tempos ou tarefas determinadas, a jornadas de trabalho flexíveis, etc., o que possibilitaria a conjugação de atividades agrícolas e não agrícolas por uma mesma pessoa (trabalhador agrícola em tempo parcial), sendo então a pluriatividade, aqui também considerando aquela onde os membros da família se dedicam integralmente as atividades não agrícolas, concreta e permanente.

A segunda interpretação leva em consideração, principalmente, os mecanismos utilizados pelas famílias agrícolas em manterem-se ligadas ao campo, às atividades agropecuárias e a vida no espaço rural. Dessa forma a pluriatividade se constituiria em um desses mecanismos.

Em relação ao referencial acadêmico nacional sobre este tema, o principal expoente são os estudos realizados por José Graziano da Silva e outros dos microdados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) compreendidos entre os anos de 1981 e 1995, que tinham como objetivo principal analisar as transformações no emprego rural em onze estados brasileiros, mas que resultou em outras obras a respeito das transformações no meio rural brasileiro – a exemplo dos títulos: *O novo rural brasileiro* e *A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995* – que exploraram, sobretudo, a relevância dos cortes urbano/rural e agrícola/não agrícola.

Conforme os trabalhos supracitados, os dados das PNADs revelaram para a década de 1980 um baixo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA)

agrícola (0,6%) e um aumento percentual, três vezes maior, da PEA rural (1,9%). Isso significou um aumento de 4% da população rural com ocupação não agrícola.

Esse comportamento deve-se, principalmente, às características alcançadas pela modernização da agricultura, que após ampla mecanização na década de 1960 – o que significou a redução de 40% no número de empregados temporários e parceiros agrícolas entre os anos de 1960 e 1975 - e integração aos Complexos Agroindustriais da década de 1970, continuou crescendo, embora em ritmos mais lentos, na década de 1980.

Durante a década de 1980, o PIB agrícola cresceu a taxas sempre superiores ao PIB total e ao industrial, acompanhado de um crescimento médio anual das cinco principais culturas de 5,3% entre os anos de 1982 e 1989. Isso explica, em parte, as características das ocupações não agrícolas do período, pois a indústria de transformação, principalmente as agroindústrias, foi responsável por 6,9% das ocupações do PEA rural, ficando atrás apenas dos serviços pessoais, com 8%.

Ao que se refere os PNADs dos primeiros anos da década de 1990, estes apresentavam um crescimento anual negativo da PEA rural de 0,1% entre os anos de 1992 e 1995, acompanhado de um crescimento também negativo da PEA agrícola de 0,9% porém, de um crescimento da PEA rural não agrícola ocupada de 3,5% ao ano.

Aqui, cabe destacar que, a partir do ano de 1992, os PNADs passaram a segmentar o tempo de ocupação semanal por horas trabalhadas.

Dessa forma, os índices acima mencionados referem-se aos trabalhadores com mais de 15 horas trabalhadas na semana, a fim de relativizar os dados com os da década anterior. Contudo, os dados referentes aos cortes ocupacionais permitiram identificar que o número de trabalhadores rurais que se ocupam em atividades agrícolas menos de 14 horas semanais, é substancial, pois se considerar esse corte ocupacional, a PEA rural apresenta um crescimento de 0,4% no triênio 1992/1995, acompanhado de um crescimento negativo de PEA agrícola de 0,6%.

De acordo com Silva (1997, p.17-18), “o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, estimados pelas PNADs, cai rapidamente na primeira metade dos anos 90 e só não continua sendo reduzido porque aumentam tanto o número de pessoas que se ocupam em tempo parcial como aquelas que se dedicam ao autoconsumo.”

A esse comportamento da PEA rural, atribuímos as políticas econômicas neoliberais da década de 1990, principalmente as de liberalização do mercado para os produtos agropecuários, em especial os alimentos (produzidos principalmente nas pequenas propriedades agrícolas) e as que culminaram com a desregulamentação das leis trabalhistas, abrindo espaço para a substituição dos trabalhadores com carteira assinada por trabalhadores contratados temporariamente, sem ou com poucas garantias trabalhistas e previdenciárias, e a serviços terceirizados.

No entanto, a pluriatividade entre os anos de 1981 e 1995, não demonstrou ser suficiente para manter os índices de trabalhadores residentes nas áreas rurais. Durante essas duas décadas, o número de desocupados no meio rural cresceu a uma taxa anual de 6,3%, correspondendo em 1995 a 2,16% da PEA rural.

Para Silva (1997, p. 8), esses dados significam “que a pressão sobre o mercado de trabalho urbano não vem mais apenas via êxodo rural, mas que pode haver uma disputa crescente de postos de trabalhos urbanos pelas pessoas com domicílio rural”. Contudo, o autor concluiu que:

[...]a diferença entre o urbano e o rural é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e pecuária [...]. O meio rural se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (SILVA, 1997, p. 1).

Para nós, a importância dos trabalhos supracitados está, principalmente, na identificação dos elementos que levam a pluriatividade (processos de industrialização da agricultura e de urbanização do meio rural). Neles, ficam contidos os processos históricos que contribuem na caracterização do meio rural, tais como os apontados por Silva:

- a) o “desmonte” das unidades produtivas em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes tinham que ser realizadas na fazenda através da contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc.);

- b) especialização produtiva crescente permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos;
- c) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores agroindústrias e empresas de distribuição comercial;
- d) crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não agrícolas;
- e) melhoria na infra-estrutura social e de lazer, além de maiores facilidades de acesso aos bens públicos como previdência, saneamento básico, assistência médica e educação, além de uma melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais. (SILVA, 1997, p. 6)

Contudo, o autor ressalta que há diferenças substanciais entre as diversas regiões (grandes regiões) do país, devido à importância relativa que cada fenômeno assume em cada uma delas.

Assim, visando melhor compreensão desta temática, este trabalho tem por objetivo principal compreender como a pluriatividade se manifesta no município de Princesa – SC, abordando aspectos quantitativos e qualitativos, com destaque para os motivos que levam membros das famílias residentes em domicílios rurais e/ou famílias rurais com atividades agropecuárias, a buscarem novas fontes de renda que não a agricultura dita tradicional.

A motivação para a realização desta pesquisa está em compreender aspectos recentes do meio rural do município, uma vez que o mesmo está incluso na microrregião de São Miguel do Oeste, última fronteira agrícola do estado de Santa Catarina, que fora colonizada sob o molde de pequenas propriedades rurais, mas, desde logo, inseridas em atividades agrícolas modernizadas. Contudo, a microrregião tem apresentado forte êxodo populacional e rural desde a década de 1970 e somente na última década a população urbana passou a ser maior que a rural, sem, no entanto, alterar significativamente sua estrutura fundiária.

Para tanto, este é um estudo de caso orientado por elementos da categoria de formação sócio espacial¹, e estruturado em três capítulos. Nos dois primeiros capítulos, as unidades de análise são as mesorregiões e microrregiões utilizadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e, no terceiro, as famílias,

¹ O principal referencial bibliográfico sobre a categoria Formação Sócio Espacial utilizado nessa pesquisa foi a obra de Milton Santos – Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método – publicada em 1997 no Boletim Paulista de Geografia, n. 54.

os domicílios e as propriedades rurais, conforme metodologia explicitada naquele capítulo.

No primeiro capítulo, buscamos interpretar elementos históricos da atuação do Estado no desenvolvimento da estrutura produtiva da mesorregião oeste de Santa Catarina, abordando os temas de ocupação e colonização da região, o desenvolvimento do setor agroindustrial, os impactos da crise econômica da década de 1980 sobre a agricultura e, aspectos da política econômica dos anos de 1990 na agricultura e nas relações de trabalho. Em paralelo, abordamos os conceitos de *industrialização da agricultura* e de *Complexos Agroindustriais* que faremos uso nesse trabalho.

O segundo capítulo aborda temas referentes ao êxodo rural, urbanização e êxodo populacional da mesorregião oeste. Neste capítulo, buscamos interpretar aspectos recentes dos movimentos populacionais e das principais atividades agropecuárias presentes na mesorregião.

O terceiro e último capítulo traz a apresentação e análise dos dados alcançados com a pesquisa de campo, assim como a metodologia utilizada na coleta dos mesmos e, a descrição da área de estudo.

CAPITULO I - O DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO CAPITAL E A AÇÃO DO ESTADO COMO IMPULSIONADOR

Para Silva (2009) o critério de diferenciação regional, não está tão somente na presença de relações capitalistas em si mesmas, mas, na particularidade histórica de constituição dessas relações em um dado ambiente geográfico e social, e esta, “sempre em interação com os diferentes elementos da totalidade da vida social”. Embora se discuta alguns movimentos universais no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista em sua totalidade, o caso regional da mesorregião oeste catarinense (Figura 1), por uma série de fatores, sejam eles históricos ou econômicos, apresentou aspectos específicos que a diferencia.

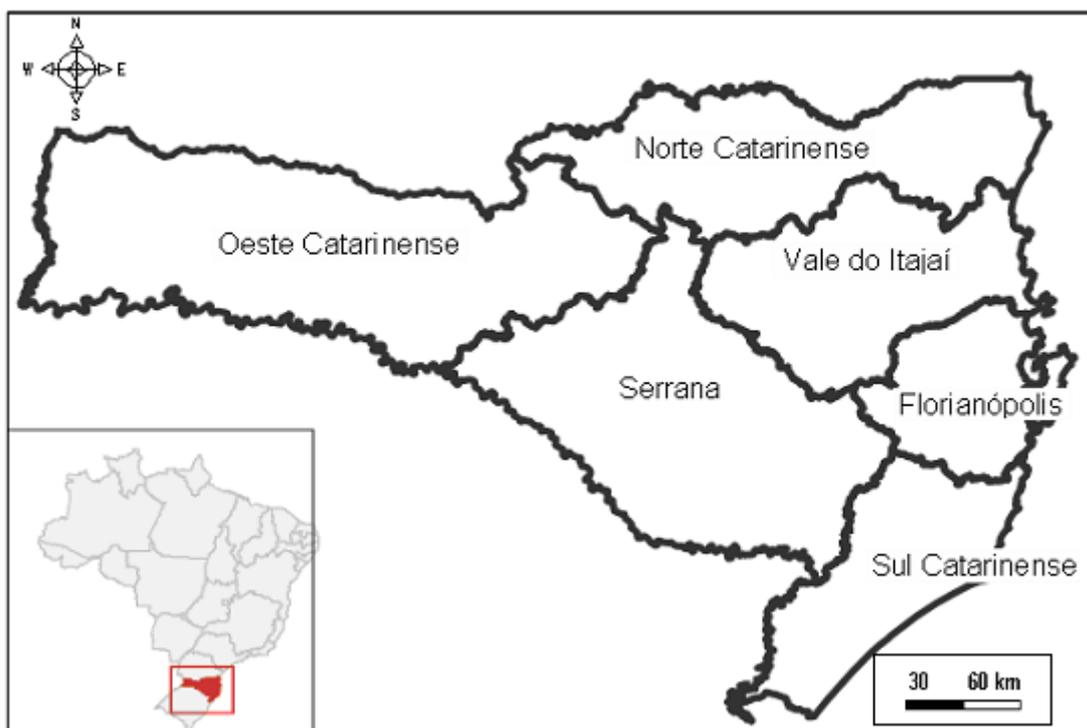


FIGURA 1: Mapa da divisão mesorregional de Santa Catarina.
Fonte: IBGE. Organizado pelo o autor.

1.1. OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

A histórica disputa por terras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola culminaram em 1750 com o tratado de Madri, que, dentre os divisores fronteiriços estabelecidos, figuravam os rios Peperi-guaçu e Santo Antonio, situados nas

fronteiras Oeste do atual Estado de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, respectivamente. No entanto, no tratado de Santo Ildefonso em 1881, a Argentina interpretou que estas fronteiras naturais eram os rios Chapecó e Chopim, recuando a fronteira brasileira em direção a leste. Esse impasse perdurou até 1895, quando, por arbítrio do presidente americano Grover Cleveland, o impasse conhecido como “A Questão de Palmas” para os brasileiros e “A Questão de Misiones” para os argentinos, teve desfecho favorável ao Brasil.

Nesse período de 14 anos, o Brasil, diante de boatos de possível ocupação armada por parte da Argentina na região, criou as colônias militares de Chopim e Chapecó, que tiveram papel fundamental na ocupação e na expulsão de estrangeiros, pois o principal argumento em favor do Brasil foi o de *uti possidetis*. No entanto, cabe destacar que a região ainda era um grande vazio demográfico e, de acordo com Mussoi (2004), na metade do século XIX, na região que em 1943 viria a ser o Território Federal do Iguaçu e que corresponde de forma muito semelhante à em questão (Figura 2), habitavam 212 (duzentos e doze) paraguaios, 95 (noventa e cinco) argentinos, 9 (nove) brasileiros, 5 (cinco) franceses, 2 (dois) espanhóis e 1(um) francês, enquanto que pelo censo de 1890, de acordo com Wachowics (1985), a região em disputa contava com 5793 (cinco mil, setecentos e noventa e três) habitantes, sendo que apenas 30 (trinta) eram estrangeiros.

A incipiente ocupação por brasileiros na região no período imperial até início da república deve-se, sobretudo, à falta de atrativos econômicos e o difícil acesso. Enquanto perdurou a indefinição das fronteiras, o governo imperial brasileiro enviou bandeiras para garantir a posse do território nacional a partir de concessões de terras a quem quisesse residir nas áreas até então “desocupadas”. Como a economia nacional ainda relegava ao sul - onde pouco havia metais preciosos e o clima era desfavorável a uma agricultura de exportação - a criação de gado para as regiões de São Paulo e Minas Gerais, a fixação ocorria em áreas de campo onde fosse possível a pecuária de expansão. Isso ocorreu na região de Palmas e teve como limite oeste algumas poucas famílias nos atuais municípios de Campo Erê e Palma Sola. Contudo, na região extremo-oeste catarinense, as fazendas de criação de gado não foram o suficiente para um impulso econômico e tampouco se integraram ao mercado nacional. De acordo com Bavaresco (2003), estas apenas vendiam gado para suprir necessidades de produtos que eram mais facilmente conseguidos na Argentina. De Bona (2003) fala em “acultuamento” dos donos das

concessões com os caboclos e bugres, o que desfigurou qualquer função econômica das terras aos moldes pretendidos pelo governo brasileiro.

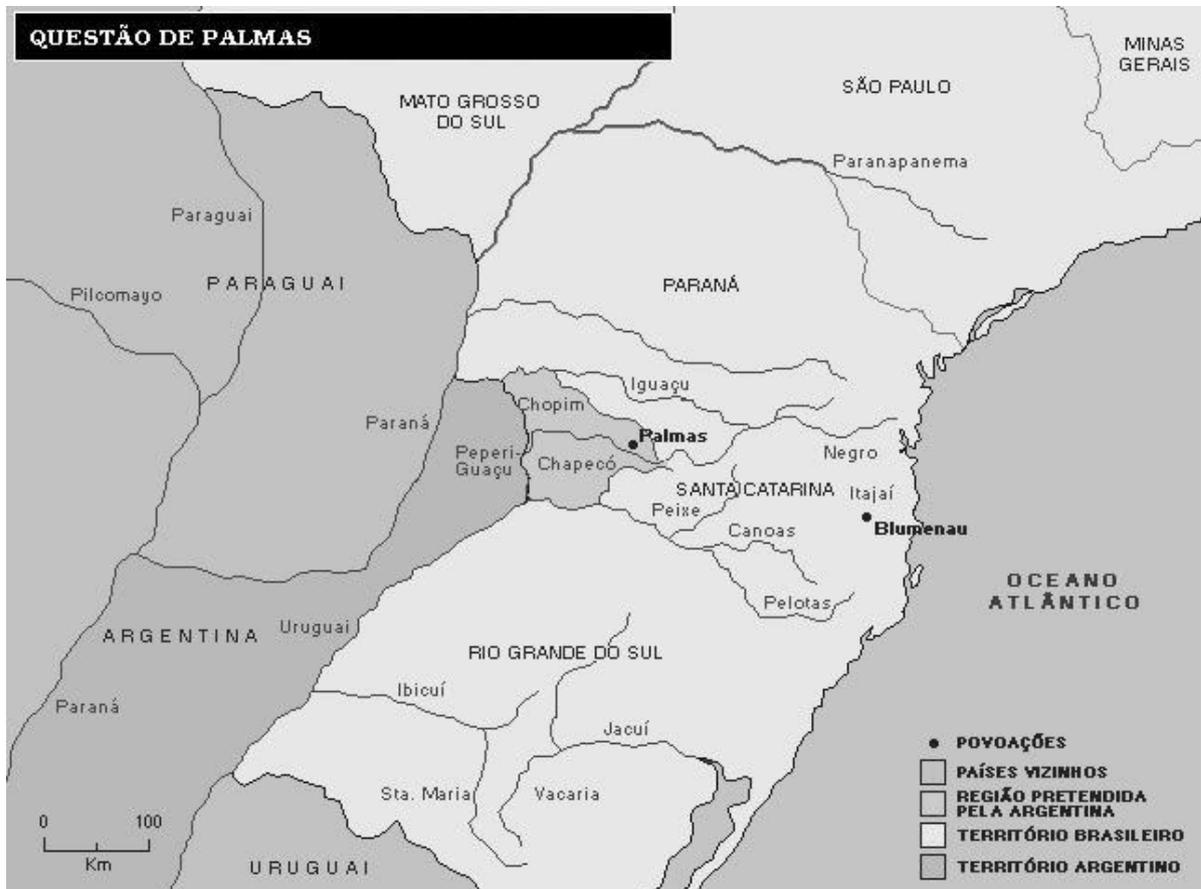


FIGURA 2: Mapa da região pretendida pela Argentina – Questão de Palmas
 FONTE: Sítio do Ministério das Relações Exteriores

Após definidos os limites territoriais com a Argentina, a região entrou em disputa pelos estados do Paraná e Santa Catarina (Figura 3). Embora os campos de Palmas fizessem parte das ambições dos dois estados, também havia interesse na região de Chapecó e com a fronteira gaúcha, pois este era um dos caminhos de transporte animal provenientes dos campos rio-grandenses com destino a São Paulo e, quem detivesse a passagem, deteria a tributação sobre a carne. Nesse sentido, o Paraná estabeleceu no final do século XIX uma estação fiscal em Chapecó, que, além do comércio do gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo, pretendia controlar o comércio de erva mate com o estado gaúcho e com o Uruguai, pois entre a metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, a exploração da erva mate era o principal sustentáculo da economia Paranaense.

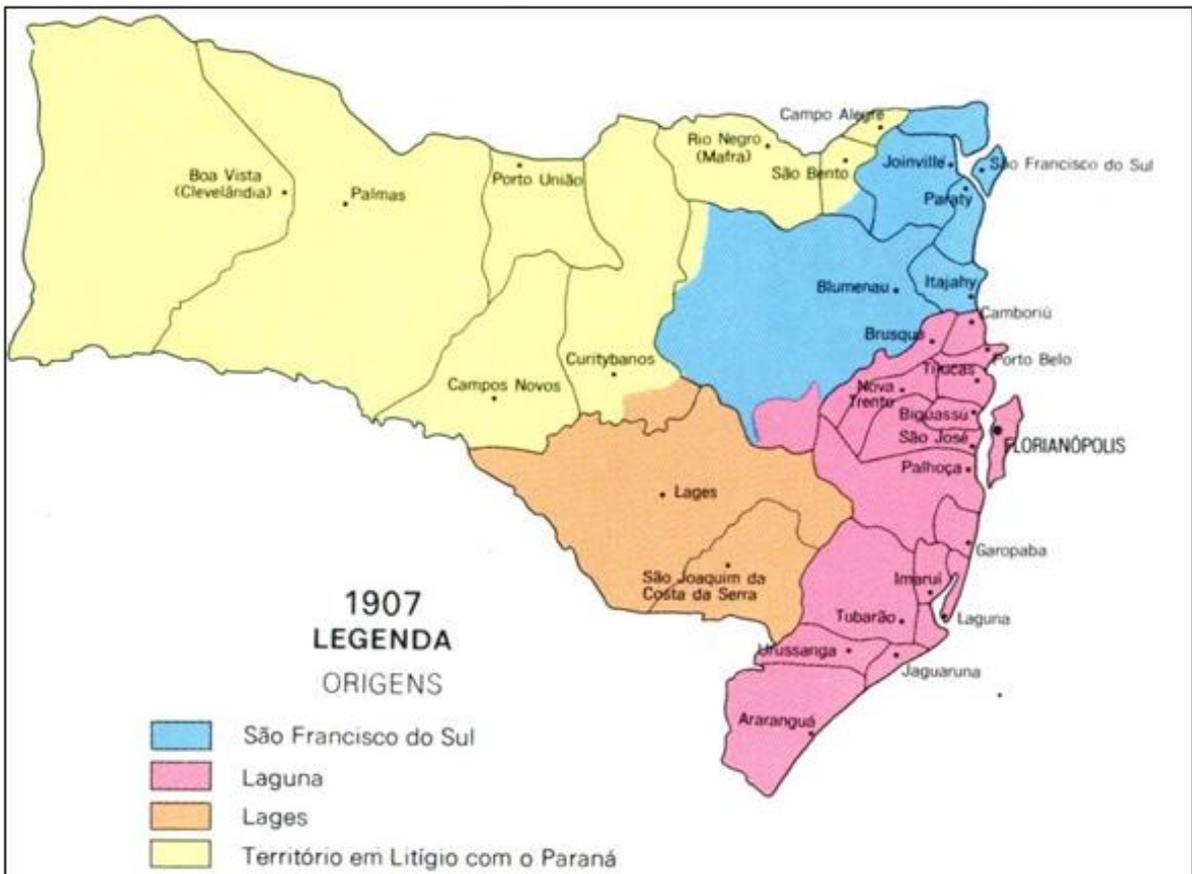


FIGURA 3: Mapa de Santa Catarina em 1907 incorporando a região em litígio com o Paraná – Questão do Contestado.

Fonte: Secretaria Geral de Planejamento.

Para Bavaresco (2003), economicamente a região extremo-oeste catarinense não passava de fornecedora de matérias primas às indústrias Argentinas, Gaúchas e Paranaenses de erva mate, pois havia apenas pequenos *soques* em Palma Sola, Campo Erê (áreas de Campo) e Chapecó, que logo vieram a sucumbir diante da crise que se instalou a partir de 1910, e também por não contar com a proximidade dos mercados consumidores.

A disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná, conhecida como “A Questão do Contestado”, teve desfecho em 1917, cuja demarcação territorial definiu as fronteiras atuais entre os dois estados. A partir de então, o estado catarinense passou a procurar formas de integrar efetivamente o oeste ao restante do território.

Impossibilitado da promoção econômica e estrutural da região e pressionado por revoltas populares dos posseiros (guerra do contestado), o encargo foi delegado a empresas colonizadoras particulares.

Começa então a concessão de terras a empresas colonizadoras, tendo em frente pessoas de prestígio junto ao governo. O sistema era o seguinte: empresas colonizadoras recebiam do governo porções de terra e, em troca, deveriam proporcionar a ocupação definitiva da área e construir estradas para o transporte e deslocamento dos colonos. Esperava-se que, com essas medidas, promovessem o desenvolvimento e a inserção da área ao restante do estado (BAVARESCO, 2003, p. 42).

As primeiras empresas colonizadoras a atuarem no oeste partiram do município de Chapecó, ainda no ano de 1917. Nesse período, o município possuía uma imensa área territorial que compreendia todo o Extremo-oeste (microrregião de São Miguel do Oeste) e quase que a totalidade do meio-oeste catarinense (microrregiões de Xanxerê, Chapecó), conforme mapa da Figura 4. Importante registrar que, em 1920, o censo demográfico apontava uma população de 11.325 habitantes para o município de Chapecó.

Pressionadas pelo imediatismo da ocupação, as empresas colonizadoras exploraram intensamente os recursos florestais, retirando a madeira mais nobre e escoando-a, sobretudo, para a Argentina através do rio Uruguai.

Como principais características do molde colonizador, vale destacar que o lote rural vendido ao colono era de aproximadamente 25 hectares. O pagamento pela terra era parcelado, que freqüentemente era pago com a venda do trabalho nas serrarias e também com a venda de excedentes da produção a comerciantes instalados nas vilas abertas pela colonizadora.

A colonização tem no extremo-oeste seu último reduto de fronteira agrícola a ser explorada no estado. Excluindo a região onde se encontram os municípios de Itapiranga e Mondaí, que recebeu o fluxo migratório do Rio grande do Sul ainda no ano de 1906, o restante da microrregião, a contar de São Miguel do Oeste em direção a Dionísio Cerqueira, teve influxos colonizadores na década de 1940 e de 1950.

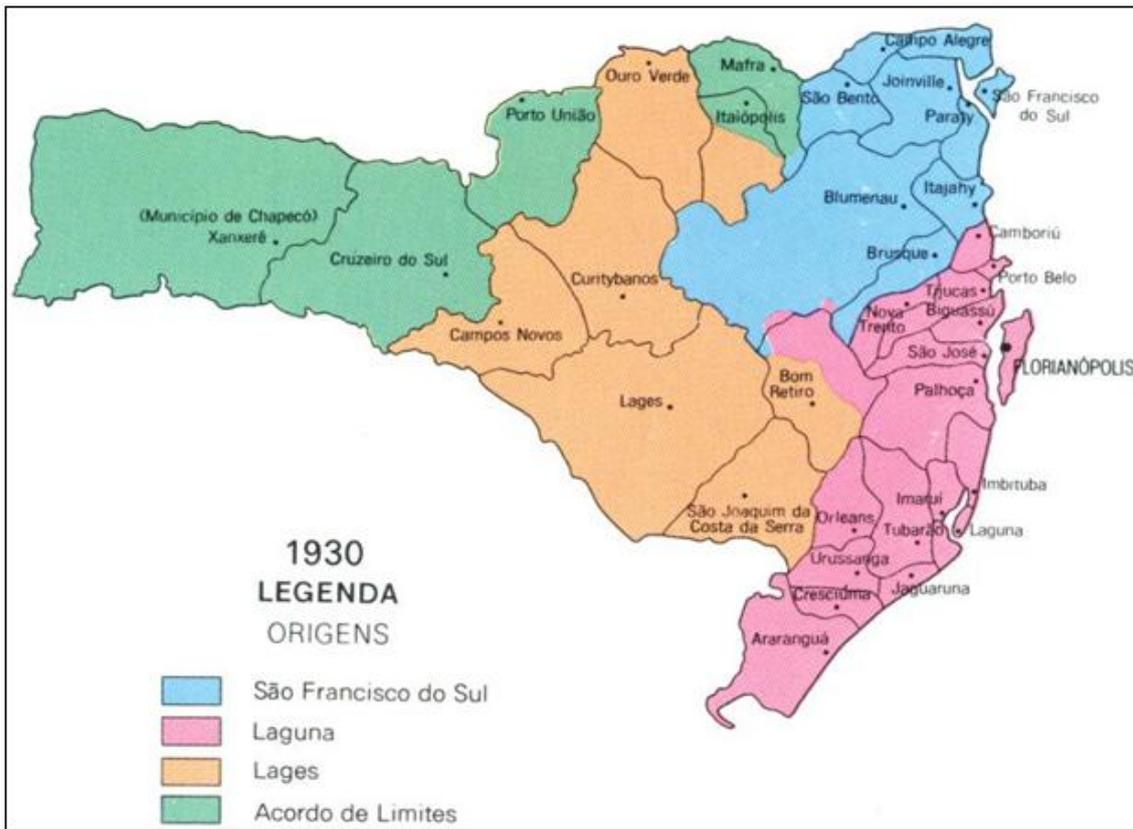


Figura 4: Mapa da divisão política do Estado de Santa Catarina em 1930.
Fonte: Secretaria Geral de Planejamento.

De acordo com Vicenzi (2009) o fluxo de imigrantes na região oeste fora de: 10.340, entre os anos de 1920 a 1940; 22.801, de 1940 a 1950; 48.664, de 1950 a 1960, e; 61.730 na década de 1970.

A organização espacial imposta pelas colonizadoras, de uma forma geral, caracterizava-se pela formação de vilas em uma distância que não superava em muito seis quilômetros entre si, onde geralmente se encontrava uma serraria, casas comerciais (que além da venda de utensílios realizavam a compra do excedente agrícola), igreja e, mais tarde, escolas. Conforme mapa da figura 5, percebemos que a Colonizadora Princeza, obedecia a esses parâmetros.

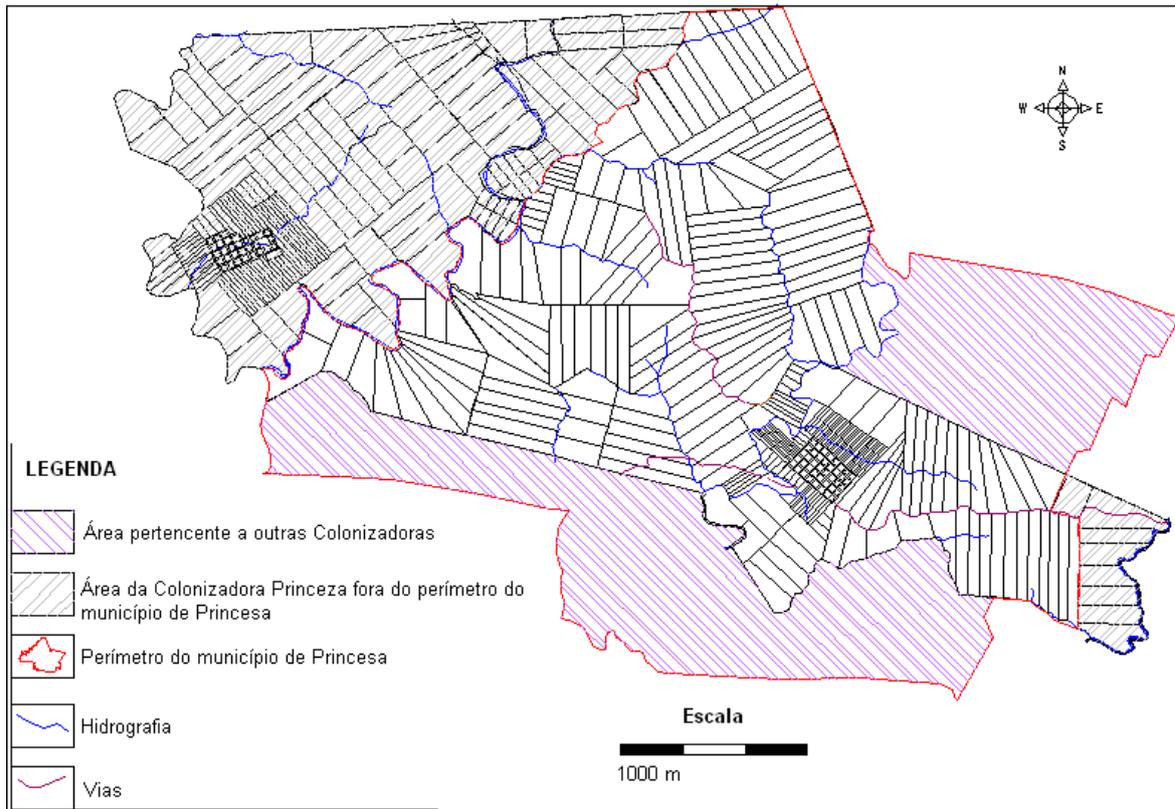


FIGURA 5: Mapa dos lotes da colonizadora Princesa (1953) e perímetro do município de Princesa (2010).

Fonte: Organizado pelo autor a partir de mapas históricos cedidos pelo Cartório de Registros de Imóveis de São José do Cedro.

Concluindo esse breve resgate histórico da colonização da mesorregião oeste de Santa Catarina (1920-1960), tido por alguns autores como modelo, sintetizamos a análise de Vicenzi (2009) que ressalta que o grande sucesso de colonização do oeste catarinense deve-se, sobretudo, ao perfil do colonizador, pois era costume dentro de uma sociedade agrícola de pequena propriedade, dar aos filhos uma porção de terra de tamanho semelhante ao cultivado pela família dos pais. Muito embora o tamanho do lote colonial tivesse sofrido uma redução no seu tamanho em relação à colonização gaúcha do fim do século XIX, o que observamos nesse período é a reprodução de um mesmo modo de produção agrícola: cultivo de áreas e criação de animais para a subsistência; venda do excedente para a compra de complementos alimentares, utensílios agrícolas e de uso doméstico; formação de uma poupança junto ao comerciante local para o pagamento da terra ou para a compra de outra área.

1.2 ASPECTOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (1930-1990)

A mesorregião oeste de Santa Catarina, a partir da década de 1960, integra-se na divisão social do trabalho como produtora de carne de frango e suínos e seus derivados. Sua base econômica caracteriza-se por uma combinação singular de pequenas propriedades, agricultura moderna e grandes agroindústrias, contrastando com o período anterior de agricultura de subsistência.

Essa mudança atribuímos ao contexto econômico que marcou o processo de industrialização brasileira pautado na substituição de importações (década de 1930 a final da década de 1980), que delineou o papel da agricultura no país, principalmente ao que concerne a modernização da agricultura, cujas características priorizaram segmentos (médios e grandes produtores) e regiões (centro-sul).

Furtado (1981), diz que “toda estrutura agrária serve ao logro de certos objetivos no quadro de um sistema poder, e possui uma lógica que só pode ser aprendida se tivermos em vista esses poderes”.

Para este autor, a partir de 1930 a indústria passa a ser o centro dinâmico da economia nacional e a agricultura contribuí diferentemente para esse processo, sendo que a agricultura de expansão ajuda no equilíbrio da balança comercial e canaliza capital para a indústria manufatureira e, de outro lado, os minifúndios alimentam as cidades já densamente povoadas e, ainda, logram a população crescer sem prévio esforço acumulativo. Nesse sentido, Furtado (1981), entende que a pequena propriedade não é um instrumento de acumulação, estando circunscrita ao latifúndio e à empresa agrícola que utiliza mão de obra assalariada, sendo o rendimento proporcionado pelo minifúndio que define o custo da mão de obra utilizada pelas explorações que acumulam capital e da força de trabalho urbana não especializada.

Esse cenário deve-se, em grande parte, ao enfraquecimento do modelo agro exportador da república velha (atrelada aos latifúndios de monoculturas), fortemente atingida pela crise de 1929. A industrialização não superou por completo este modelo, no entanto, o enfraquecimento do poder político da oligarquia rural abriu espaço para uma série de mudanças estruturais de forte cunho nacionalista, que se orientava pelo discurso “da industrialização como via de superação do atraso

brasileiro”, proferido pelas entidades representativas do setor industrial, e pela atuação do poder público, a medida que volta-se para o pensamento de questões de desenvolvimento econômico nacional de forma integrada e abrangente.

No entanto, a industrialização incipiente até então, não levou o progresso industrial nas décadas compreendidas entre 1930 e 1950 muito além da indústria manufatureira de bens de consumo não duráveis destinados ao consumo final, porém, de acordo com Furtado (1981), com um crescimento médio anual de 5,2% na década de 1930, permitiu que o PIB aumentasse a uma taxa anual de 4,6%.

Para o autor supracitado, a industrialização pautada na substituição de importações, canalizando recursos excedentes de outras atividades, sobretudo da agricultura, fez com que a economia do país gerasse dentro dela mesma, porém sua expansão encontra um limite em que implica dar maior complexidade ao sistema, e que demanda a importação de equipamentos e produtos intermediários para reaparelhamento do setor.

Diante do exposto, Furtado (1981) destaca que na composição industrial do ano de 1949, 27% correspondia ao setor de bebidas e alimentos, 23% por cento ao de confecções, e apenas 16% eram do setor metal-mecânico, contrastando com 30% dos países plenamente industrializados.

De acordo com Simonsem *apud* Bielschowski, (1996), a instalação de indústrias de base, sobretudo a de metalurgia de primeira fusão e a grande indústria química, é que leva ao desenvolvimento industrial de um país. Essa necessidade se fez sentir com a crise de exportação de produtos primários em 1953 que sofrem queda no mercado internacional, ao mesmo tempo em que os bens de consumo duráveis importados sofrem aumentos sucessivos, acentuando a pressão na balança de pagamentos.

De acordo com Paul Singer (1973), embora algumas empresas inteiramente nacionais tivessem dado mostras de apreciável capacidade de expansão via auto-acumulação, estava claro que nenhuma tinha possibilidade de mobilizar os recursos necessários para iniciar efetivamente a indústria pesada no país.

Como contrapartida, o poder público, sob o governo democrático de Getúlio Vargas, passa a criar estatais para suprir essa necessidade, principalmente na exploração petrolífera e na siderurgia. No Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, os investimentos em infra-estrutura continuam, sobretudo na construção de

hidrelétricas e rodovias que, aliadas à construção de Brasília, ajudam a esterilizar a poupança interna, forçando o país a buscar recursos externos.

Em um primeiro momento, essa parceria com o capital internacional ocorre com a abertura à instalação de empresas multinacionais, porém exigindo delas a nacionalização do setor produtivo (configurando um processo de transferência de tecnologias), ajudando a compor o setor de bens de capital e insumos básicos. No entanto, este processo resulta em uma configuração que exclui a burguesia nacional do setor produtivo de bens de consumo duráveis, logo, o reaparelhamento do setor produtivo passa a ser financiado, principalmente, por recursos externos, mediante a simples contração de uma dívida. O resultado foi um crescimento médio anual para o setor industrial de 23,8% no período de 1967 a 1973.

No que se refere ao financiamento corrente dos setores privados e público, conseguiu-se uma expansão considerável de liquidez, razoavelmente separada de sua fonte originária de expansão primária dos meios de pagamento. Essa expansão se obteve, sobretudo, graças ao desenvolvimento de esquemas de endividamento extra-bancários e mediante a captação e circulação intersetorial de excedentes, através da emissão de títulos de dívidas públicas e privada, com correção monetária. [...] Em contrapartida, o financiamento de longo prazo a investimentos em setores e áreas prioritárias continuou dependendo, basicamente, de fundos especiais, estrangeiros ou públicos, ligados às agências de desenvolvimento nacionais ou regionais, embora com a criação de novos instrumentos de financiamento e a proliferação de fundos públicos designados a fins específicos (FURTADO, 1981, p. 54).

Amparado por capital (público e externo) e tecnologia de multinacionais, o estado passa a investir na transformação da base técnica da agricultura, que, de um modo geral, pode ser entendida como a elevação da mecanização agrícola e consumo de adubos químicos. Segundo Delgado (1985), existem duas fases distintas nesse processo: a partir de 1945 com a importação de meios de produção e insumos industriais, e; pós 1950, com a implantação de indústrias de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura e, o favorecimento estatal para o consumo desses novos insumos.

O incentivo Estatal à produção agrícola, amparada pela mudança na base técnica, se traduziu no financiamento a juros negativos para aquisição de maquinários e insumos quando da institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no ano de 1967.

Basicamente, o objetivo do SNCR foi de elevar o aumento da produção e da produtividade, principalmente de produtos voltados a exportação. Contudo, isso traduziu-se no financiamento da compra de um pacote tecnológico de maquinários, adubos químicos, sementes e mudas melhoradas geneticamente e defensivos químicos para uma parcela de produtores rurais. O público alvo foram médios e grandes produtores do centro-sul do país, por que representavam naquele momento o público com possibilidade de transição para uma agricultura com caráter capitalista, cuja justificativa estava na capacidade de pagamento dos empréstimos bancários.

Sobre a modernização da agricultura, pode-se afirmar que ela resultou na integração intersetorial das indústrias que produzem para a agricultura (insumos, máquinas, biotecnologias), a agricultura e as agroindústrias. Como elementos fundamentais para sua consolidação, temos a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura a partir da década de 1950; a disponibilidade de capital financeiro através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no final da década de 1960, e; políticas de agro industrialização com fundos financeiros disponibilizados, principalmente, pelos bancos de desenvolvimentos. Ou seja, a agricultura passa a ter gradativa e conseqüente dependência industrial na produção, diante das limitações naturais, perdendo seu caráter autárquico para se tornar um meio da reprodução ampliada do capital.

Alguns autores, como Angela Kageyama e José Graziano da Silva, apontam duas fases da modernização da agricultura. A primeira corresponde à passagem da transformação artesanal para uma agricultura consumidora de insumos e maquinários, enquanto a segunda, conceituada de *industrialização da agricultura*, é entendida como a fase mais evoluída, e caracteriza-se quando a produção de um determinado produto passa a depender de fluxos intersetoriais entre indústrias a montante (fornecimento de insumos e maquinários), a agricultura (fortemente dependente da compra desses insumos para a produção) e, indústrias de transformação.

[...] o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a “fabricar” essas condições quando elas estão ausentes. Aqui, as inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido de que são elas que potenciam as inovações químicas, físicas e

mecânicas no setor agrícola, pois representam a própria reprodução na Natureza pelo capital à sua imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção (SILVA, 1981, p. 3).

Concluindo a idéia de *industrialização da agricultura*, nas palavras de Kageyama (1983, p. 114), ela “depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias, e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para as indústrias de transformação”.

Para esses autores os fluxos intersetoriais, envolvendo no mínimo a agricultura industrializada e o setor industrial, para produção e transformação de um determinado produto agrícola configuram um *Complexo Agroindustrial*. Essa concepção interpreta a existência de vários complexos (ex. complexo da soja, complexo avícola, etc.) e é entendida como a formação de uma cadeia de forte dependência entre a atividade agrícola e o setor industrial, possuindo fraca ligação de outras atividades. Logo, a dinâmica produtiva de diferentes produtos agrícolas ocorre com relativa separação uma da outra, tanto geográfica como nas ligações setoriais, e o que as aproximam, é o caráter de produção para o mercado.

A luz dessa interpretação, a formação dos complexos agroindústrias (CAIs) ocorre a partir da superação do chamado *complexo rural*, que, como relata Marafon (1998) caracterizava-se pela dependência das flutuações do comércio exterior, em função da inexistência de um mercado interno, e pela produção no interior das fazendas de equipamentos necessários à atividade agrícola e da alimentação necessária a subsistência. Logo, o complexo agroindustrial surge após a modernização da base técnica da agricultura, da financeirização das atividades agrícolas e da industrialização do campo. Essa dinâmica produtiva incorporou, de acordo com Silva e Kageyama (1989), segmentos produtores com tradição mercantil e organizados em associações, como o café, o algodão, a pecuária bovina, a avicultura, a vitivinicultura, o fumo, o tomate, o milho, a laranja, a cana-de-açúcar, os hortifrutigranjeiros, o trigo, e o arroz irrigado.

Considerando os conceitos de modernização e industrialização da agricultura, e também que não houve homogeneização no processo modernizador, Kageyama e Silva (1988) apresentam a seguinte segmentação do setor agrícola:

CAI's completos - totalmente integrados a montante e a jusante, formando um “tripé” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e

agroindústrias processadoras. Como exemplos são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja;

CAI's incompletos - amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo este um fornecedor genérico. Exemplos são os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros;

Atividades agrícolas modernas - sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, apesar de consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como no caso do café, e;

Atividades agrícolas artesanais - onde não há ligações fortes para “frente” ou para “trás”, podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, ficando, nesse caso, à margem dos CAI's.

A respeito da segmentação do setor agrícola proposta por Kageyama e Silva, não há consenso. Muitos autores consideram apenas o Complexo Agroindustrial como um setor Macro econômico, atrelado ao conceito de *agribusiness* (agronegócio), cujo conceito é o de

[...] a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agrícolas derivados. (DAVID e GONDELBERG *apud* MARAFON, 1998, p. 4).

Esse conceito está assentado na explicação das relações intersetoriais entre agricultura e indústria ainda no século XIX. Para José Graziano da Silva:

A crítica dirigida a esta visão das relações agricultura-indústria, na economia americana, é de que a mesma não considera o progresso técnico, tornando-se uma descrição estática das relações intersetoriais que ocorreram entre agricultura e indústria, e o conceito de *agribusiness* nada mais é do que um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca. Se isso ajuda a descrever a complexidade das relações estruturais, não permite em nenhum momento dar conta da dinâmica das forças sociais aí envolvidas que determinam não apenas aquela configuração particular, como também as suas mudanças (SILVA, 1991, p. 7).

Outro conceito que gera discordância é o de *industrialização da agricultura*, não sendo considerado válido por muitos autores, como José Elli da Veiga, que

considera a dependência das condições e recursos naturais a principal característica da agricultura, não podendo ser considerada a inserção de tecnologia como fator principal na produção.

Neste trabalho faremos uso dos conceitos propostos por Kageyama e Silva por entendermos que possuem maior abrangência na apreensão da reprodução do espaço sob os desígnios do capitalismo, pois apresentam maior detalhamento do processo histórico da evolução da agropecuária (confrontação entre as formas novas dominantes e as formas anteriores), sem desconsiderar as formas resistentes e não modernizadas, separando-as por critérios que não criam uma dicotomia de simples definição de *agricultura capitalista e não capitalista*.

1.2.1. O papel das agroindústrias na organização sócio espacial da mesorregião oeste.

As empresas agroindustriais do oeste catarinense como a Sadia, e a Perdigão (hoje em processo de fusão) tem suas origens na década de 1940, nos municípios de Concórdia e Videira, respectivamente. Seu impulso inicial foi o próprio perfil do colonizador imposto pelo Estado que, como destaca Vicenzi (2009), substituiu a população com pouca ligação com o mercado, por uma integrada a ele.

O embrião agroindustrial dessas empresas vem do atendimento de necessidades internas das colônias, como moinhos, casas comerciais que compravam o excedente da produção e vendiam produtos de primeira necessidade e, pequenos frigoríficos que faziam a ligação com os centros urbanos. No entanto, a propulsão para formação dos grandes frigoríficos acontece após a modernização e financiamento das atividades agrícolas e agroindustriais.

Delgado (1985) destaca que no final dos anos 60, paralelamente ao setor industrial de bens de produção, moderniza-se também no país, “um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte para a exportação”. De acordo com o autor, o crescimento econômico até então não fora acompanhado pela produção agrícola, o que gerava pressões inflacionárias, pois o Índice de Preços por Atacado de Produtos Agrícolas figurava acima do Índice Geral de Preços.

Logo, a financeirização da agricultura também atingiu as atividades agroindustriais e, estas empresas formadas a partir da acumulação capital mercantil

de pequena produção, passaram a usufruir de crédito subsidiado, favorecendo a propulsão da produção e produtividade.

O quadro 1 aponta os frigoríficos existentes na mesorregião no ano de 1975.

Frigorífico	Fundação	Município	Microrregião
1 Perdigão S.A. Ind. e Com.	1940	Videira	Joaçaba
2 Com. e Ind. Saulle Pagnoncelli	1942	Joaçaba	Joaçaba
3 Sadia Concórdia S.A.	1944	Concórdia	Concórdia
4 S.A.Ind. e Com. Chapecó	1952	Chapecó	Chapecó
5 Frigorífico Seara	1956	Seara	Concórdia
6 S.A. Frig. Itapiranga	1962	Itapiranga	S. Miguel d'oeste
7 Unifrico S.A. Ind. e Com	1963	Salto Veloso	Joaçaba
8 Indústrias Reunidas Ouro S.A.	Década 1960	Ouro	Joaçaba
9 Cooperativa Central Oeste Cat.	1969	Chapecó	Chapecó
10 Frig. São Carlos – FRISCAR	1975	São Carlos	Chapecó

QUADRO 1: Ano de fundação dos frigoríficos do oeste catarinense - 1940 a 1975.

Fonte: ALTMANN, Rubens (1979) adaptado pelo o autor

Paralelo ao financiamento das empresas, uma parcela significativa de agricultores do oeste catarinense também tiveram acesso ao sistema de crédito institucional, tanto nas modalidades de custeio como na de investimento. Contudo, como destaca Olinger (1996) o crédito rural, muitas vezes, era dado em quantias superiores às reais necessidades do agricultor e aplicado de forma errada, pois os critérios de concessão geralmente não levavam em conta a viabilidade técnica, sendo direcionado por lideranças políticas àqueles de sua simpatia, gerando exclusão de outros agricultores. Apesar disso, a região conheceu um aumento de produção considerável. A fertilidade natural do solo carecia apenas correção, e a aplicação de calcário (para regular a acidez) fez com que a produção aumentasse significativamente e, a necessidade de grãos para a alimentação animal, incentivou a aplicação dos recursos na produção agropecuária.

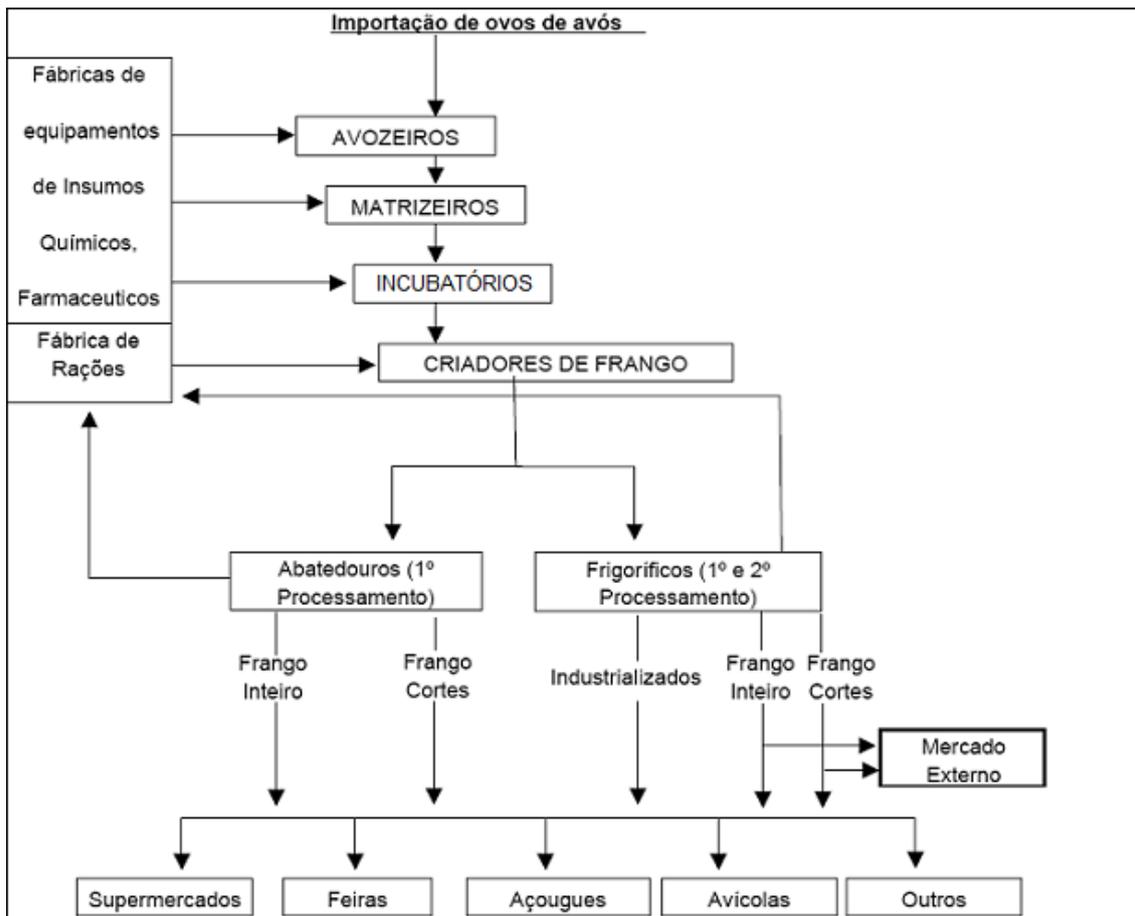
A atividade produtiva a frente dos frigoríficos nas décadas de 1960 e 1970 era o abate de suínos para o mercado nacional. Com o desenvolvimento da avicultura a partir de 1970, as empresas passaram a produzir dentro do “Sistema de Criação Integrado”.

Para OSNI (*apud* MARTINS, 2003, p. 14) o sistema integrado é:

[...] o sistema que estabelece um acordo de colaboração mútua entre a empresa e o produtor. É feito um contrato entre o produtor e a agroindústria, onde o produtor se compromete de providenciar as instalações e a mão de obra, e a integradora fornecer os pintos, medicamentos e ração, bem como assistência técnica, transporte para o abate e comercialização. A individualidade econômica é

mantida e o sistema é chamado vertical porque todos os processos ou operações da produção têm uma única coordenação administrativa.

O sistema integrado na avicultura pode ser melhor interpretado a partir do fluxograma do quadro 2.



QUADRO 2: Fluxograma da cadeia produtiva de frangos de corte.

Fonte: Mendes, 2003.

Nesse período, a suinocultura apresentava certa autonomia do criador diante da indústria. Como grande parte da alimentação animal (milho) vinha da propriedade e a criação era feita, principalmente, através do ciclo completo (matrizes, leitões e engorda dentro de uma única unidade produtiva), o agricultor podia flexibilizar a produção de acordo com sua potencialidade, ficando dependente da compra de rações e insumos veterinários. Nesse sentido, as cooperativas de produção tiveram papel importante, pois atuavam na compra da produção, na assistência técnica e na venda de insumos.

Contudo, a necessidade das indústrias ia além da produção local. Dalla Costa (1993) destaca que os dois maiores frigoríficos do estado (Sadia e Perdigão)

começaram suas atividades com o abate de suínos (cuja principal característica era a alta produção de gordura), provindos principalmente da região do vale do Itajaí.

Com a necessidade de maior produção de carne para abastecer os centros urbanos da região sudeste, essas empresas importaram matrizes americanas que tinham características mais aproximadas do que exigia o mercado e disseminaram a produção em regiões mais próximas. Contudo, a implantação de um sistema de integração vertical para a suinocultura ainda não era possível. No entanto, como destaca Herthal (2006), com o setor industrial comandando a direção, as formas e o ritmo da mudança da base técnica, a produção (semi) integrada perde o direito de concorrer no mercado final e fica presa aos interesses das indústrias, principalmente das processadoras de suas matérias primas.

1.3. A CRISE DA DÉCADA DE 1980 E OS EFEITOS SOBRE A AGRICULTURA

A década de 1980, conhecida como a “década perdida”, caracterizou-se, de acordo com Spolador e Souza Lima (2009), pelo esgotamento do processo de industrialização via substituição de importações; crise da dívida externa, e; interrupção do fluxo da poupança externa. A capacidade de poupança do setor público fora exaurida e a inflação atingiu níveis politicamente insustentáveis.

Os principais fatores externos apontados para a crise são o segundo choque do petróleo e o aumento das taxas internacionais de juros. No primeiro caso, o choque do petróleo, de acordo com Dos Santos (1993), apenas aprofundou as sucessivas recessões internacionais iniciada em 1967, aliando inflação com recessão (estagflação) que marcou os anos de 1979 a 1982. A segunda fase, de 1983 a 1987, é marcada pelo aumento da demanda dos Estados Unidos a partir do aumento do déficit fiscal. Nessa fase houve recuperação econômica de alguns países (Japão e países da Europa principalmente) que passaram a exportar produtos industrializados para os Estados Unidos em grande escala. Por outro lado, a deficiência fiscal americana fora atenuada pelos altos juros cobrados dos países de terceiro mundo que haviam contraído empréstimos, principalmente, entre os anos de 1967 e 1979.

Como principais características da política econômica brasileira de ajustamento, Medeiros (2009) aponta a redução dos gastos governamentais com custeio, investimentos e transferências; aumento da carga tributária; restrição ao

crédito interno; elevação da taxa de juros; arrocho salarial, e; valorização da taxa de câmbio real.

Na agricultura, as principais mudanças ocorreram na redução crédito agrícola e elevação das taxas de juros, rebaixamento dos preços dos alimentos e aumento da produção de produtos exportáveis.

Para Medeiros (2009), o aumento dos serviços da dívida externa levou o governo a buscar redução nas importações e aumento das exportações, sendo que a elevação do saldo da balança comercial brasileira, (passando de um déficit de US\$ 2,8 bilhões no ano de 1980 para um superávit de US\$ 13 bilhões no ano de 1984) fora conseguido principalmente pela redução das importações. Porém, como destaca o autor, o crescimento médio anual do PIB total no período de 1980 a 1984 foi de 1,7%, sendo que o PIB agrícola cresceu a uma taxa média de 3,9% e o industrial apenas 0,2%, contrastando com o período de 1970 a 1979 quando as taxas eram de 8,6% para o PIB total; 4,3% para o agrícola, e; 9,4% para o industrial.

Esses números demonstram que o processo de modernização da agricultura nas duas décadas anteriores havia sido concretizado. Contudo, a política de crédito rural, que havia sido fundamental nesse período, passa a sofrer novo direcionamento.

De acordo com Faveret Filho (2002), a oferta de crédito caiu em torno de 60% entre 1980 e 1984. Mata (1981) destaca que no período anterior a 1980 as taxas de juros para concessão de crédito rural via SNCR eram abaixo das do mercado e relativamente estáveis, ficando abaixo da inflação. Nogueira e Oliveira (1997) destacam que a partir de 1979 as taxas para o crédito rural, além de figurarem acima das do período anterior, passam a ser indexadas a um taxa de referência, que em um primeiro momento foi o da inflação do período. Segundo os autores:

O crédito rural não podia ser mais descrito como um instrumento de fomento do setor agrícola, uma vez que suas limitações quantitativas e suas regras de correção expunham o setor à insuficiência de recursos para os pequenos produtores, e a altas taxas de juros. (NOGUEIRA e OLIVEIRA, 1997, p.8)

Embora, como destaca Araújo (1983), o crédito rural tivesse atingido apenas cerca de 15% dos estabelecimentos rurais do Brasil até o fim da década de 1970, a região Oeste de Santa Catarina foi bastante beneficiada. Isso se deve, sobretudo, por ela estar incluída no setor agro alimentar de produtos agrícolas industrializados,

cuja demanda era crescente. Logo, a oferta desses não poderia sofrer pressão para não incorrer em aumento ainda maior da inflação. No entanto, a política agrícola da década de 1980 direcionou o crédito para produtos exportáveis, beneficiando principalmente o setor sucro-alcooleiro, cítrico e setor produtor de grãos, não sendo mais fornecido de modo genérico.

Em virtude disso, o maior impacto no estado de Santa Catarina pode ser observado na produção de grãos. O quadro 3, demonstra a expressividade assumida a partir do final da década de 1970.

Produto	Brasil e Unidade da Federação	Ano					
		1960	1970	1975	1980	1985	1995
Soja em grão	Brasil	216.033	1.884.227	8.721.274	12.757.962	16.730.087	21.563.768
	Santa Catarina	-	58.121	270.870	529.427	519.730	408.861
Milho em grão	Brasil	8.374.406	12.770.216	14.343.556	15.722.581	17.774.404	25.510.505
	Santa Catarina	-	1.197.587	1.661.604	2.017.999	1.942.966	2.305.140

QUADRO 3: Evolução da produção de grãos no Brasil e em Santa Catarina (1960/1995).

Fonte: IBGE

Quanto à produção de carnes, observa-se no quadro 4 uma retração da produção de carne suína e um aumento constante na produção de aves no período em questão. Isso ocorre por que a produção de suínos era predominantemente para o mercado interno enquanto a avicultura, a partir de 1975, passa a exportar carnes.

Ano	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Suínos	3.145.337	3.504.778	3.896.822	3.185.301	4.535.571	6.569.714
<i>Acréscimo em relação ao período anterior (%)</i>		11	11	-18	42	45
Aves (mil cabeças)	12.699	25.632	43.698	54.051	85.657	216.414
<i>Acréscimo em relação ao período anterior (%)</i>		102	70	24	58	153

QUADRO 4 :Evolução da Produção de aves e suínos no estado de Santa Catarina (1970/2006).

Fonte: IBGE

Com exceção da safra colhida no ano de 1983, quando houve redução na área plantada e também na produção agrícola, Nogueira e Oliveira (1997) destacam que nos anos de 1984 e 1985 ocorreram aumentos nesses dois quesitos. No entanto, a produção de oleaginosas e cereais sempre ocorreu em taxas superiores à produção total, pressionando a importação de alimentos.

De acordo com SOUZA e CORRÊA (2001), a partir de 1985 voltou a ser meta governamental o aumento da produção de alimentos, sendo que para isso o Governo implementou uma política de ampliação do nível de financiamento para 100% para os mini e pequenos produtores, 90% para os médios e 80% para os grandes, ao mesmo tempo em que corrigiu os Valores Básicos de Custeio.

O fornecimento de crédito para os pequenos produtores rurais, após 1985, foi antes de tudo um fator de endividamento bancário, pois os preços dos produtos agrícolas não acompanharam as taxas de inflação. Mesmo utilizando outros indexadores, esses também ficaram acima do preço de venda dos produtos agrícolas, como destacam DEL GROSSI e SILVA (2008, p.172):

O Plano Verão (1989) teria causado graves desequilíbrios ao setor agrícola ao utilizar indexadores “descasados”, além de outras medidas em busca da desindexação da economia. Em 1990, o Plano Collor I também teria penalizado os agricultores ao proporcionar o “descasamento” de grande magnitude entre os índices de correção dos saldos devedores (74,6%) e dos índices de correção dos Preços Mínimos (41,28%), penalizando os agricultores, constituindo-se em verdadeira extorsão.

Aparentemente, a crise da década de 1980 e o endividamento bancário foram responsáveis por uma nova dinâmica no que se refere à distribuição fundiária da região. Nos quadros 5 e 6, observamos na primeira metade da década um processo de “minifundiarização”, que acreditamos ser resultado da estagnação econômica do período (o poder de compra de novas áreas de terra e as oportunidades de trabalho em outros setores encontram-se reduzidos, forçando a subdivisão de áreas entre familiares ou a venda de parte da propriedade), seguido de uma redução do número de estabelecimentos, principalmente os menores de 10 hectares no período pós 1985, que acreditamos ser resultado da queda de rendimento do setor e do endividamento bancário.

Dados estruturais	Censos				
	1970	1975	1980	1985	1995
Estabelecimentos	207 218	206 505	216 159	234 973	203 347
Área total (ha)	7 025 326	6 877 280	7 473 777	7 419 541	6 612 846

QUADRO 5: Área e número de estabelecimentos agropecuários em Santa Catarina (1970-1995).

Fonte: IBGE.

Brasil e UF	Grupos de área total	Ano				
		1970	1975	1980	1985	1995
Brasil	Menos de 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374
	10 a menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.160.340	1.916.487
	Menos de 100 ha	4.454.022	4.500.809	4.614.793	5.225.162	4.318.861
	100 a menos de 1000 ha	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964
	1000 ha e mais	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358
	Total	4.905.642	4.988.447	5.151.155	5.793.004	4.838.183
Santa Catarina	Menos de 10 ha	66.074	69.921	75.724	91.883	72.462
	10 a menos de 100 ha	132.180	127.931	130.788	133.536	122.036
	Menos de 100 ha	198.254	197.852	206.512	225.419	194.498
	100 a menos de 1000 ha	8.477	8.170	8.856	8.861	8.231
	1000 ha e mais	468	475	624	571	508
	Total	207.199	206.497	215.992	234.851	203.237

QUADRO 6: Estratificação dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina – estrutura fundiária (1970-1995).

Fonte: IBGE.

No Brasil, o avanço da fronteira agrícola das décadas anteriores não ocorreu com mesma expressividade na década de 1980. Isso se deve, sobretudo, a fatores econômicos e não pelo seu esgotamento. No estado de Santa Catarina, ainda na década de 1970, a agricultura encontra o seu limite físico de expansão praticamente ocupado.

Os números do quadro 7 demonstram o reflexo produzido na população ocupada em estabelecimentos agropecuários nos períodos em questão.

Brasil e UF	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Brasil	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544
Santa Catarina	763.501	858.734	836.755	887.287	718.694	571.516

QUADRO 7: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (1970/2006).

Fonte: IBGE

É sabido que as crises do sistema capitalista não ocorrem por falta de produção, mas sim pela perspectiva negativa do capitalista em reproduzir capital, deixando de investi-lo em determinados setores. No caso das agroindústrias do oeste catarinense, os investimentos na produção de aves para o mercado interno e externo amparado pelo suporte governamental para a formação de agroindústrias e, como destaca Espindola (1996), o dinheiro barato dos bancos de investimentos

utilizado por parte dessas empresas, contribuíram para que algumas delas fizessem investimentos pesados ainda na década de 1980.

Porém, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, ocorrem incorporações de frigoríficos. De acordo com Dalla Costa (1993), a crise da suinocultura nos anos de 1976 e 1977 fez com que frigoríficos menores e que tinham a frente de seus negócios o processamento de carne suína, fossem incorporados. Dessa forma, a Perdigão S.A adquiriu o frigorífico Unifrico no fim da década de 1970 e, no início da década de 1980, os frigoríficos Saulle Pagnoncelli e Indústrias Reunidas Ouro S.A., enquanto a Ceval-Hering adquire os frigoríficos Seara e Safrita.

Até o início da década de 1990 havia cinco empresas de expressão nacional atuando na cadeia de suínos de aves no Oeste Catarinense e que haviam expandido sua atuação para outras unidades da federação, a saber: Sadia S.A, Perdigão S.A, Frigorífico Chapecó, Ceval Alimentos e Cooperativa Central Oeste Catarinense (Frigorífico Aurora). Contudo, os investimentos dessas empresas eram diversificados, buscando rendimentos em outras atividades, caracterizando-se como conglomerados, controlando diversas empresas que atuam a exemplo, nos setores de transporte aéreo (Sadia) e têxtil (Ceval-hering).

A formação de grandes agroindústrias terminou por romper a competitividade regional construída a partir da relação mantida entre agroindústrias e pequenas propriedades. O movimento que se segue é o de aprofundamento da *integração vertical* e de seleção de unidades agrícolas integradas.

Em âmbito nacional, a agricultura é considerada uma exceção à década “perdida”, pois, como destaca Silveira (1992), a produção das cinco principais lavouras (arroz, feijão, milho, soja e trigo) apresentou uma taxa de crescimento no período de 1982 a 1989 de 5,3%, chegando a ser de 18,5% nos anos de 1987 e 1989. Para Silva (1992), esse desempenho da agricultura no final da década de 1980, com aumentos de produtividade e produção, representava mostras que a agricultura estava assimilando os cortes no volume de crédito e a cobrança de correção monetária plena nos investimentos.

1.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A colonização da mesorregião oeste aconteceu em um sentido leste-oeste entre os anos de 1920 até o final da década de 1950, o que de certa forma explica a localização dos principais frigoríficos nas primeiras áreas colonizadas. Esse fato, embora não tenha grande relevância nas décadas compreendidas entre 1960 e 1980, passará a aprofundar diferenças internas na mesorregião em períodos recentes, quando se aprofundam as especializações produtivas.

Ao que se refere ao período que se estende desde o início da colonização até a década de 1980, podemos destacar quatro fases do processo de formação sócio espacial do Oeste Catarinense:

1. Do início até final da década de 1930, ocorre a formação de pequeno capital comercial com a venda de produtos e compra do excedente agrícola. Nesse período, como destaca Dalla Costa (1993), a abundância e a fertilidade natural dos solos permite que o agricultor continue sua reprodução social mesmo transferindo capital ao comerciante;
2. No fim da década de 1930 até meados da década de 1940, o capital comercial se desenvolve e se expande com o aumento da fronteira agrícola, desenvolvendo rotas comerciais;
3. Na década de 1940 até o início da década de 1970, o capital comercial transforma-se em capital industrial marcando o início de frigoríficos de suínos. Nessa fase a agricultura passa a ser mercantilizada;

De acordo com Dalla Costa (1993, p. 32), “Até meados da década de 60 a expansão da demanda por suínos terminados por parte dos grandes frigoríficos era suprida pelo aumento das unidades produtivas familiares”.

4. Durante as décadas de 1970 e 1980, forma-se o grande capital agroindustrial. Com a monopolização e o aumento da produtividade, as unidades produtoras de matéria prima para a indústria de carnes, passaram a ser selecionadas (integração agroindustrial).

1.5. ASPECTOS DA POLITICA ECONOMICA DÉCADA DE 1990: EFEITOS NA AGRICULTURA E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O objetivo de fazer uma breve explanação da política econômica dos anos de 1990 é, ainda que de forma bastante abrangente, compreender os vínculos das políticas macroeconômicas com o setor agrícola e com as mudanças nas relações de trabalho.

É verdade que ambas (agricultura e relações de trabalho) vinham sofrendo muitas mudanças nas últimas décadas, bastante influenciadas pela revolução técnico-científica do pós-guerra². Contudo, o estado possuía forte atuação nos processos inerentes a elas (modernização da base técnica da agricultura, estado de bem estar social), enquanto na década de 1990, o que observamos é uma política orientada pela ideologia neoliberal de “Estado Mínimo” (menor participação do Estado na economia e até em atividades administrativas).

Para SAEZ (1996, p. 11):

Nestas condições históricas concretas, as políticas estatais inspiradas no liberalismo econômico têm necessariamente de: (a) ser vazadas em termos gradualistas (é politicamente inviável uma radical revolução liberal dentro das sociedades capitalistas atuais); (b) configurar-se como ação reformista afirmativa de desmonte da política estatal anterior.

No entanto, a *ação reformista da política estatal* ocorreu de forma bastante conservadora, atacando diretamente a política de Substituição de Importações e de proteção do mercado interno que, dentro da matriz ideológica neoliberal, havia restringido o avanço tecnológico da indústria brasileira. Dessa forma as altas taxas de inflação eram resultado da pressão da demanda, e que seria solucionado com a liberalização comercial.

A partir dessa leitura, o que se seguiu foram cortes nos investimentos para a formação de mercado interno, privatizações de empresas públicas, redução ou até anulação de barreiras tarifárias e não tarifárias (a exemplo de barreiras sanitárias) e aumento das taxas de juros (com finalidade de atrair capital externo). Contudo, o controle da inflação só ocorreu com a valorização cambial (valorização da moeda

² Sobre a revolução técnico-científica e sua importância na economia globalizada sugerimos o texto “GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL” de Theotonio dos Santos.

nacional frente ao dólar) em 1994, o que favoreceu a importação bastante generalizada.

Homem de Mello (2001) aponta no setor agrícola dois aspectos distintos em relação à abertura do mercado na década de 1990. De um lado as *commodities* agrícolas apresentavam sucessivas altas no mercado internacional e, a redução dos preços de insumos agrícolas (via valorização cambial) logrou a agricultura já modernizada aumentar a taxa de produtividade e de lucros, e; de outro, a agricultura ligada à produção de alimentos deparou-se com o aumento de importação a custos reduzidos e até abaixo do custo de produção de gêneros de sua produção.

De acordo com Homem de Mello (2001), a divisão entre produtos de comércio exterior e consumo doméstico no período de substituição de importações, davam a eles ritmos diferenciados de inovações tecnológicas em razão da maior/menor competitividade no mercado internacional, objetivando mercados com diferentes formações de preços.

O período de forte valorização cambial prosseguiu até o ano de 1998. De acordo com Homem de Mello (2001), nos anos compreendidos entre 1987 e 1997 as importações de produtos agroindustriais tiveram um aumento de 303%. No ano de 1998, as importações referentes a algodão, arroz, milho, alho, lácteos, trigo, carnes e derivados, legumes, frutas e, óleos, ceras e gorduras, somaram o valor de US\$ 6.852 bi, reduzindo esse valor em 27,3% já no ano de 1999. Contudo, outros fatores foram responsáveis por essa dinâmica, destacando principalmente a implantação do Mercosul, quando as tarifas de importações entre os países do bloco foram zeradas e implantadas em seu lugar uma *tarifa externa comum* (TEC). Logo, os preços pagos ao produtor encontram um limite máximo nos custos de importações internacionais, como é o caso do leite em relação ao Uruguai e o arroz em relação à Argentina.

Apesar da grande importação de produtos agro alimentares, o mercado brasileiro possuía ainda limites de expansão para alguns produtos, como é o caso do leite, que teve aumento de 29% no período de 1990 a 1998, ampliando esse índice para 69,98% no ano de 2005 (em relação a 1990), período em que esse produto fora inteiramente destinado ao mercado nacional. Isso comprova que, pelo menos nesse caso, a inflação não derivava apenas da pressão da demanda sobre a produção, mas de falta de investimentos nesse setor.

Em resumo, a agricultura brasileira passou a partir de 1990 a ter seus preços predominantemente definidos pelos preços internacionais, devido à abertura do mercado. A competitividade dos produtos nacionais, além dos padrões de concorrência internacional, passaram a ter na taxa de câmbio o principal fator de competitividade.

O mercado com economia aberta aliada a taxas de juros elevadas e apreciação cambial favoreceu não somente a entrada de produtos (incluindo também a tecnologia) mas também de capital especulativo. Contudo, parte do capital internacional destinou-se a compra de empresas nacionais. No caso da agricultura, empresas que desempenhavam o setor dinâmico de Complexos Agroindustriais foram adquiridas por capital estrangeiro, principalmente por empresas transnacionais que já atuavam no setor, como é o caso da venda de alguns frigoríficos do Oeste Catarinense, a exemplo do Frigorífico Safrita (Itapiranga) que fora adquirido na década de 1980 pela Ceval-Hering e vendido para a Cargill na década de 1990.

Ao que se refere às mudanças ocorridas nas relações de trabalho, devemos considerar os processos históricos que ocasionaram mudanças nos *modelos de organização da produção* (passagem do *fordismo* para o *toyotismo*) e nas *políticas de distribuição de renda* (o *keynesianismo* como forma de superar a crise de consumo da década de 1930 e de enfrentar a ameaça comunista). No entanto, nesse trabalho não se tem por objetivo nos aprofundarmos nesse tema e, sim, alavancar alguns aspectos nas mudanças ocorridas na década de 1990 diante da política neoliberal que marcou o período, principalmente no que se refere a desregulamentação das leis trabalhistas.

Dito isto, o sentido de orientação que levamos em consideração é aquele encontrado em Marx de que, dentro do sistema capitalista de produção a taxa de lucros é diretamente relacionada ao trabalho não pago à força de trabalho empregada na produção, e; que o capital é composto por meios de produção (capital fixo que não gera lucro) e força de trabalho empregada na produção (capital variável que gera lucro).

Com as mudanças nos processos de trabalho, produtos e padrões de consumo pós-fordismo (fim da década de 1960 e início da década de 1970), houve um profundo reordenamento no capital constante (meios de produção) das empresas. As mudanças técnico-científicas, que marcaram essa nova organização

produtiva, modificaram as plantas industriais (menores e especialmente localizadas para atender uma determinada função produtiva), terceirizaram parte da produção e dos serviços que não atendiam diretamente a atividade fim da empresa e, principalmente, mudaram a orientação da produção, que antes era desenvolvida para atender às necessidades da empresa (produtos produzidos em larga escala) e agora são orientadas pelas exigências do mercado (produtos diferenciados e em pequenos lotes).

Nas mudanças dos processos de trabalho, o trabalhador especialista do fordismo passa a desempenhar múltiplas funções. Contudo, o desenvolvimento tecnológico substituiu grande parte da força de trabalho por máquinas que desempenham as funções na produção.

Nesse contexto, o aumento de produção é fundado principalmente nas mudanças ocorridas no capital constante, que não gera lucro ao capitalista, logo, o custo das mudanças incorre no aumento da exploração do capital variável. Dessa forma, o desemprego e/ou a diminuição dos salários faz com que o mercado consumidor também diminua, ocorrendo em um primeiro momento a concentração de capital nas mãos de uma elite capitalista para, em seguida, irromper em uma crise de produção (oferta maior que demanda).

Dentro do sistema capitalista esse problema parece insolúvel. No entanto, nas últimas três décadas o discurso eloqüente é de que, assim como a produção se tornou flexível, o mercado de trabalho também deve ser, libertando-se das leis trabalhistas do estado de bem estar social que assegura ao trabalhador direitos mínimos como o salário mínimo, aposentadoria, seguro desemprego e descanso remunerado que encarecem o custo da mão de obra.

De acordo com Maccaloz (1997) a flexibilização das leis trabalhistas já era pregada na década de 1980 como forma de diminuir o custo do trabalhador para o empregador. Para a autora, a legislação é flexível, pois procura garantir somente um mínimo de segurança ao trabalhador, pois fora concebida dentro do Estado capitalista e não seria ele seu próprio algoz. O que se prega não é a flexibilização, mas a desregulamentação, pois ela se concretiza a partir de novas leis que modificam as existentes para diminuir ou extinguir direitos.

Em 1997, Maccaloz faz uma análise da desregulamentação das leis do trabalho e aponta casos e fatos assumidos oficialmente que já haviam acontecido nos primeiros anos da década 1990.

- a fiscalização do Ministério do Trabalho desde o governo Collor é a mesma para a Previdência Social, e bastante desativada, em consequência o IBGE informa, através do primeiro censo do emprego, que 37,4% das pessoas em trabalho formal não têm a sua CTPS assinada. Isso não significa apenas a inobservância dos direitos trabalhistas, mas também a ausência de contribuição para o INSS, FGTS, seguro acidente de trabalho, etc.;
- 55% das pessoas economicamente ativas estão na economia informal e mais, não contribuições previdenciárias, sem qualquer direito trabalhista; (...)
- a última Constituição Federal *inovou* quanto ao princípio da irreduzibilidade salarial, mantendo-o *salvo negociação coletiva*.
- a partir de então os sindicatos da Força Sindical vêm negociando correções monetárias parciais e até mesmo redução salarial onde se destaca a Portaria Ministerial que proíbe a sua fiscalização de multar as empresas que desrespeitam a lei existente, respeitando os *acordos* coletivos;
- em dezembro de 1994, foi promulgada uma lei, criando um parágrafo para o art. 442, da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), no qual ficou estabelecida a inexistência de vínculo empregatício dos cooperativados entre si, destes com os seus líderes ou empresas tomadoras dos serviços;
- em outubro/96, foi editada outra lei retirando da composição remuneratória do trabalhador rural a alimentação, moradia, sementes e insumos. Ela será composta, basicamente, pelos valores monetários previamente ajustados;
- por fim, no dia 4 de dezembro de 1996, escreve-se o epílogo da cidadania social, com a chamada *lei do novo contrato de trabalho*, autorizando as empresas a admitirem empregados pelo prazo determinado de dois anos (MACCALOZ, 1997,p.82,83)

Concluindo com a linha de raciocínio da autora

A flexibilização é apresentada como uma exigência dos parceiros comerciais e dos investidores externos, entretanto, em seus países de origem, não observamos o mesmo movimento quanto à extinção das leis sociais e a imposição dessa exigência para seguirem com o seu tipo de política. É verdade que mudanças estruturais estão acontecendo em todo os países, dos mais ricos aos mais pobres, intensificadas naqueles de economia mais rentável (MACCALOZ.1997,p.76).

Contudo, os efeitos das políticas neoliberais contribuíram para que houvesse uma redução significativa da população com carteira de trabalho assinada. Segundo Medeiros (2009), essa parcela da população correspondia em 1990 a 115,3 milhões de pessoas passando para 92,9 milhões em 1992.

Antunes (1999) diz que os governos Collor e FHC, cada um a seu modo, contribuíram para que houvesse uma redução de trabalhadores nas indústrias e

aumentasse o “*subproletariado*”, os *terceirizados* e os *subempregados*, ou seja, as distintas modalidades do trabalhador precarizado.

Enfim, a política econômica neoliberal fez com que se criasse a idéia de que a presença do estado pesava negativamente na garantia de emprego, sem considerar o desmonte da indústria nacional em favor da liberalização do mercado.

CAPÍTULO II: DINÂMICAS RECENTES DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E DINÂMICA HISTÓRICA DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE - (1990-2010)

A mesorregião oeste de Santa Catarina vem apresentando queda no percentual de população em relação ao estado desde a década de 1970, quando correspondia a 26,30% da população total, reduzindo gradualmente nas décadas seguintes para 24,40% no censo de 1991; 20,93% no de 2000, e; 19,21% no de 2010. Essa redução dá-se em índices relativos, pois o crescimento da população regional ocorre abaixo do índice de crescimento vegetativo.

A figura abaixo se refere à densidade demográfica no ano de 2009.

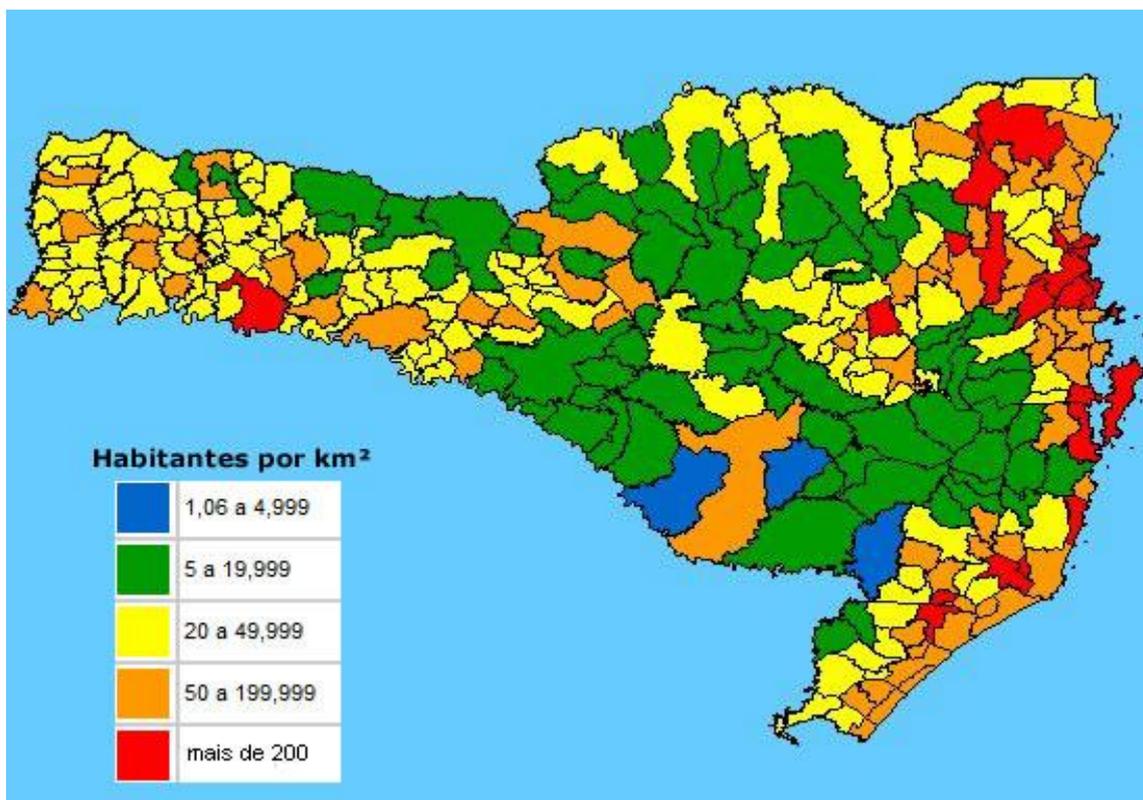


FIGURA 6: Mapa de densidade demográfica do Estado de Santa Catarina (2009).
Fonte: <http://www.mp.sc.gov.br>.

Considerando o exposto, Alves e Mattei (2006) buscaram elementos explicativos para o movimento migratório da mesorregião. Como referencial teórico principal, os autores utilizaram as obras de Paul Singer (1980) que busca interpretar os movimentos migratórios a partir das transformações ocorridas nas áreas de origem, ou seja, por decorrência primordial dos efeitos de expulsão.

Para Mattei (2011), a mesorregião oeste não só se caracteriza pelo setor industrial agro alimentar, como se diferencia das demais por isso. Para esse autor, existe uma distribuição interna de setores produtivos que, de uma forma geral, são os responsáveis pelas diferentes dinâmicas produtivas regionais, onde: na mesorregião Norte destacam-se as indústrias do setor metal-mecânico e eletrônico; na do Vale do Itajaí, a indústria têxtil; na mesorregião Sul, as indústrias de cerâmica e plástico; na mesorregião Oeste, a indústria agro alimentar, e; na Serrana, de forma secundária as indústrias de papel e celulose, pois predomina a pecuária de expansão (amparada por uma estrutura fundiária de grandes e médias propriedades com baixa produtividade). Na mesorregião da Grande Florianópolis, predomina o setor de serviços, embora atualmente começam a se desenvolver indústrias voltadas a tecnologias para o setor de informática, automação industrial e telecomunicações.

O que os autores buscaram foi estabelecer interconexões entre as transformações no ambiente econômico e a mobilidade espacial, cujo principal motivo da migração está diretamente relacionado às transformações na estrutura produtiva regional, concluindo que, embora o elemento econômico não seja o único fator que leva a migração, ele ainda é o principal determinante do dinamismo demográfico.

A essa conclusão acompanha a constatação de que o êxodo rural é o principal responsável pelo movimento populacional, pois a principal fonte de renda e emprego da mesorregião é a agricultura, e no ano de 1996, cerca de 28% dos estabelecimentos agrícolas da mesorregião oeste encontravam-se na faixa de exclusão com sérias dificuldades para a viabilização.

Contudo, é importante destacar que entre os censos agropecuários de 1996 e 2006, a redução dos estabelecimentos agrícolas do estado foi de 4,76%, enquanto que a redução da população ocupada na agricultura foi de 20,47%. Dessa forma, a média de pessoas ocupadas por estabelecimento agrícola era no ano de 2006 de 2,95 pessoas, o que nos leva a concluir que a migração rural-urbano acontece, sobretudo, por membros da família que deixam a propriedade, e não por abandono da atividade agropecuária de toda a família.

Ao que se refere o corte urbano/rural, o gráfico 1 representa a dinâmica histórica da população total do estado.

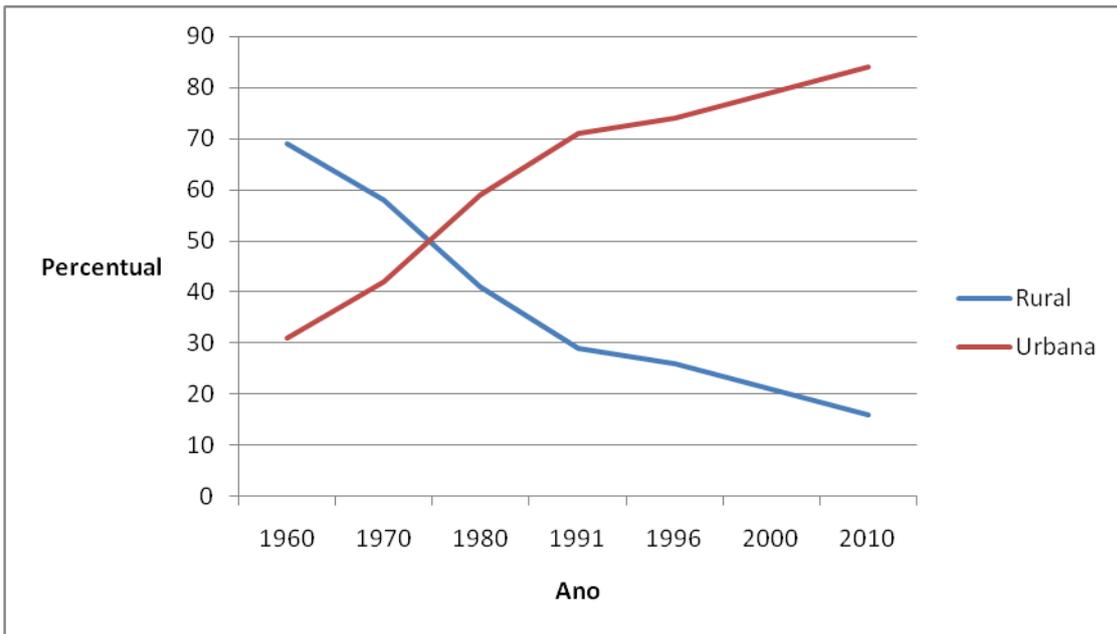


GRÁFICO 1: Dinâmica populacional do estado de Santa Catarina (1960/2010)
Fonte: IBGE

Contudo, a desagregação familiar como característica principal do êxodo rural, tem aprofundado diferenças, em índices percentuais, entre a população urbana e a rural, conforme podemos observar no gráfico 2.

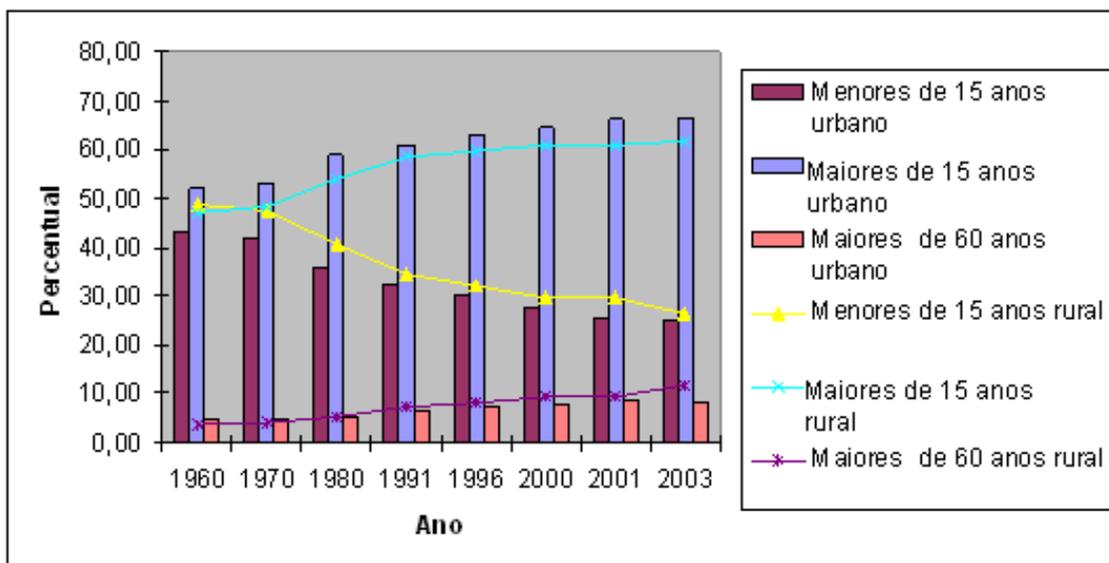


GRÁFICO 2: : Evolução histórica das faixas etárias da população de Santa Catarina – urbana/rural (1960/2003).

Fonte: IBGE.

Em relação às informações do quadro 9 podemos observar que em sua totalidade a população apresenta uma diminuição no índice de natalidade e um

aumento no índice de pessoas acima de 60 anos e em idade ativa (aqui seccionada na faixa etária de 15 a 59 anos).

A diferença relativa entre a população rural e urbana é que o crescimento percentual da população rural em idade ativa (PIA) incluída na faixa etária de 15 a 59 anos, é menor que a urbana, enquanto que a população rural acima de 60 anos é maior. Ainda, na faixa etária de 0 a 15 anos a taxa de diminuição da população rural é menor que a residente nas áreas urbanas.

Observamos que no ano de 1960 a população rural menor que 15 anos era superior à PIA rural (15 a 59 anos). Há possibilidade de esse fenômeno ser influenciado pela colonização recente do Oeste, pois a corrente migratória vinda do Rio Grande do Sul estava fortemente vinculada ao crescimento vegetativo das colônias de lá, sendo então os colonizadores do Oeste catarinense compostos da PIA excedente e, esta parcela jovem da população ser, de modo geral, a primeira geração da população colonizadora. Porém, na década de 1970, as faixas rurais da população PIA e menor de 15 anos se aproximam e, em 1980 a segunda já é inferior a 13% em relação à primeira.

Se fizermos um comparativo com o gráfico 1, percebemos que a população passou a ser em sua maioria urbana na década de 1970, podendo ser a população rural que estava na faixa etária de 0 a 15 anos na década anterior, a responsável por esse aumento.

Ao que se refere à população na faixa etária acima de 60 anos, o crescimento percentual desta nas áreas urbanas era superior à rural até a década de 1980, invertendo essa tendência a partir dos anos 1990. Este é um dado importante, pois essa parcela da população rural (11%), desde a constituição de 1988 tem direito à aposentadoria por idade (60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres), o que, além de configurar aumento de renda para essa parcela da população e até mesmo para os domicílios e propriedades agrícolas, também representa uma segurança para os agricultores continuarem na atividade. Contudo, na totalidade da população rural, ele também denota um envelhecimento da mesma.

De acordo com Alves e Mattei (2006), a renda per capita em 2000 da população residente na mesorregião oeste era de 1,36 salários. No entanto, esse dado não faz distinção entre os setores econômicos nem se refere ao corte urbano/rural.

Ao que se refere à renda das famílias, considerando o corte urbano/rural estadual, organizamos o gráfico 3 com dados do IBGE.

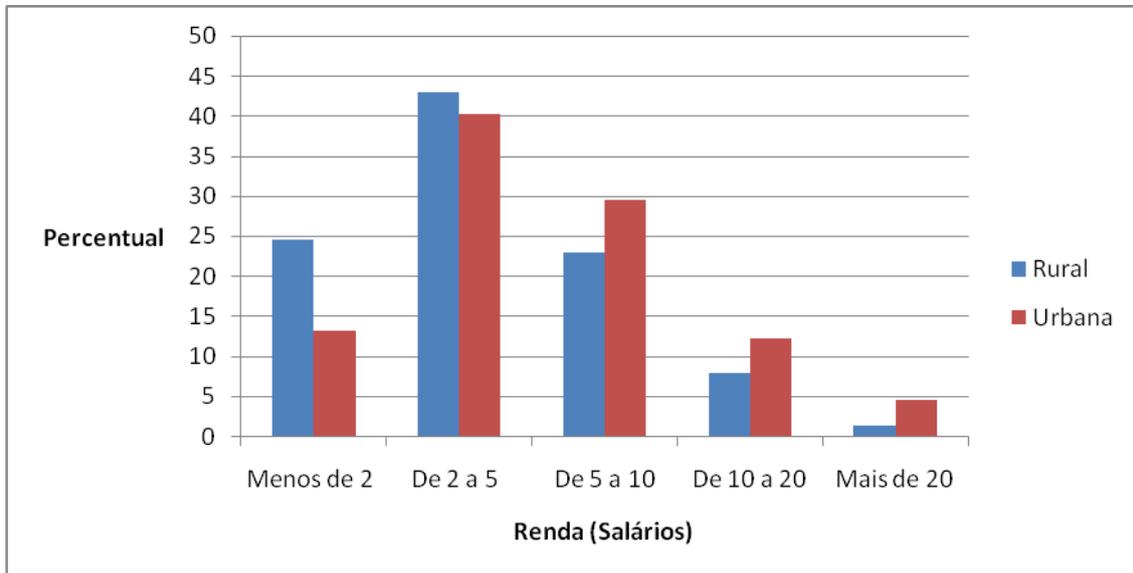


GRÁFICO 3: Estimativa da renda mensal das famílias no catarinenses (2006).
Fonte: IBGE organizado pelo autor.

No ano de 2006, a média mensal de rendimentos da população rural era inferior à urbana, concentrando a maior parte da população nas faixas de 2 a 5 e menos de 2 salários, enquanto a urbana distribuiu-se majoritariamente nas de 2 a 5 e de 5 a 10 salários. Tomados os valores em um dado geral, a renda média das famílias rurais é de 4,7 salários enquanto a urbana é de 6,3 salários.

Para Alves e Mattei (2006), a questão da renda das famílias agrícolas do oeste consiste na dificuldade crescente que os agricultores minifundistas têm em manter a produção agropecuária sob os moldes de produção em que foi desenvolvida na região, e isso deriva, sobretudo, da desarticulação entre o(s) complexo(s) agroindustrial(ais) e essa parcela dos agricultores.

Em relação à estrutura fundiária, 95% das propriedades do oeste catarinense são menores que 50 hectares. A quadro 8 faz um comparativo entre as diferentes mesorregiões do estado e as microrregiões da mesorregião oeste.

UF/Mesorregião/ Microrregião	Total de estabelecimentos	Área Total (ha)	Tamanho Médio dos estabelecimentos (ha)
Santa Catarina	193 663	6 040 134	31,19
Oeste Catarinense	82 140	2 046 859	24,92
São Miguel do Oeste	18 882	351 740	18,63
Chapecó	27 515	501 859	18,24
Xanxerê	10 244	363 493	35,48
Joaçaba	13 303	584 354	43,93
Concórdia	12 196	245 413	20,12
Norte Catarinense	23 710	851 828	35,93
Serrana	21 216	1 615 558	76,15
Vale do Itajaí	28 186	719 154	25,51
Grande Florianópolis	11 254	277 118	24,62
Sul Catarinense	27 157	529 617	19,50

QUADRO 8: Comparativo da estrutura fundiária entre as mesorregiões do estado de Santa Catarina e as microrregiões da mesorregião oeste.

Fonte: IBGE.

No entanto, internamente, a mesorregião vem apresentando dinâmicas diferenciadas ao que se refere à distribuição geográfica das atividades agropecuárias, principalmente àquelas incluídas nos Complexos Agroindustriais Completos (Suínos e Aves).

Dessa forma, acreditamos que o elemento *localização geográfica* passa a constituir, junto àqueles relacionados à produção e produtividade, um fator de exclusão de agricultores dos sistemas integrados.

Considerando o objetivo de compreender a distribuição das principais atividades agropecuárias e aspectos contemporâneos, inerentes à produção, bem como interpretar alguns dados da urbanização e do êxodo rural que caracterizam a mesorregião pelo baixo crescimento populacional, faremos uso de dados de institutos de pesquisa (Cepa/Epagri, IBGE, Secretaria Geral de Planejamento de Santa Catarina – SGP) e bibliografias a respeito do tema.

A relevância desse estudo em relação aos objetivos da pesquisa justifica-se pelo fato de que a pluriatividade possui estreita relação com o ambiente próximo aos domicílios agrícolas (atividades não agrícolas fora da propriedade) e/ou com as atividades desenvolvidas em seu interior, cuja influência decorre principalmente de elementos locais (atividades agrícolas diferenciadas para atender o mercado e, não agrícolas, a exemplo de sítios de lazer) ou derivada de uma organização local (a exemplo de associações de produtores que se organizam com finalidade de produzir mel para mercados externos à região), sendo então necessário compreender aspectos econômicos e sociais da região onde se insere o município em questão (Figura 7).



FIGURA 7: Mapa da Microrregião de São Miguel do Oeste - SC e localização do município de Princesa.

Fonte: IBGE Organizado por: Jairo Jacó Hansen e Lucas Ricardo Hoenig.

2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E DINÂMICA RECENTE

Dados referentes à produção agropecuária catarinense no ano de 2006 demonstravam que os Complexos Agroindustriais de aves e suínos da mesorregião oeste correspondem à produção e abate de mais de 15% de todo o produzido no país e 75% do estado. Paralelamente, a produção mesorregional de grãos (milho e soja) representa aproximadamente 70% da produção estadual.

Tivemos oportunidade, no capítulo I, de demonstrar que essas atividades encontram-se dentro de uma cadeia de produção que envolve a produção agrícola de grãos, – modernizada e altamente dependente das indústrias a montante – as indústrias de transformação (produção de rações), avicultores/suinocultores e frigoríficos.

Ainda, dentro das atividades agropecuárias que representam a maior parcela do PIB agropecuário catarinense, a mesorregião se destaca na produção leiteira - respondendo por aproximadamente 70% da produção estadual e 18% da produção nacional - e, na fumicultura – com 19% da produção estadual.

Estas atividades agropecuárias representavam, no ano de 2006, 68,85% de todo o PIB agropecuário do estado, conforme quadro 9, sendo somente a fumicultura não possui indústrias de transformação na região.

Principais atividades do PIB agropecuário	2002	2003	2004	2005	2006
Aves (Galináceos + Outras aves)	25,45%	24,65%	26,08%	25,57%	28,99%
Suínos	13,14%	15,20%	16,35%	14,96%	12,81%
Milho em grão	10,16%	7,74%	5,80%	5,05%	7,96%
Fumo em folha (folha seca)	6,94%	9,17%	9,76%	7,83%	7,96%
Leite de vaca	6,57%	6,43%	6,73%	6,19%	7,20%
Soja em grão	3,45%	3,77%	2,28%	2,74%	3,93%
Total	65,71%	66,96%	67,00%	62,34%	68,85%

QUADRO 9: Distribuição do PIB agrícola de Santa Catarina - principais produtos agropecuários (2002 a 2006).

Fonte: CEPA/Epagri, IBGE

Ao que se refere às atividades constantes no quadro 12 e seu desenvolvimento recente, faremos análise individual e, como unidades de

análise, utilizaremos as microrregiões que compõe a mesorregião Oeste, conforme mapa da figura 8.

Para fins comparativos entre as microrregiões, faremos uso da área agricultável de cada uma delas, distribuídas na mesorregião da seguinte forma: 29% estão situadas na microrregião de Joaçaba; 25% na de Chapecó; 18% na de Xanxerê; 17% na de São Miguel do Oeste, e; 12% na de Concórdia.

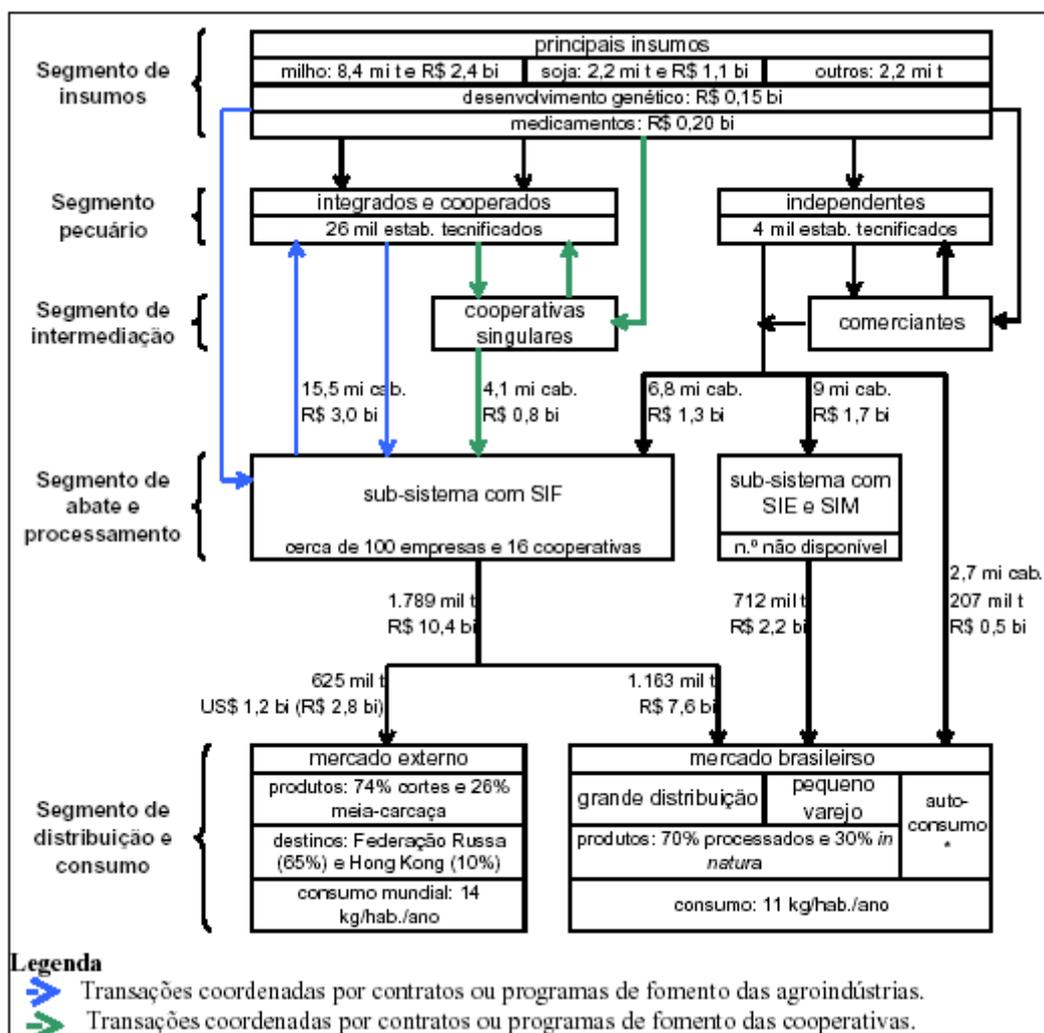


FIGURA 8: Mapa da mesorregião oeste de Santa Catarina e divisão microrregional
Fonte: IBGE Organizado por: Jairo Jacó Hansen e Lucas Ricardo Hoenig.

2.1.1 Suinocultura

A produção independente de suínos, com relativa facilidade de colocação no mercado das décadas de 1960, 1970 e 1980, perdeu espaço diante da produção integrada e cooperativada nos últimos vinte anos, que passou a responder na década de 2000 por aproximadamente 95% da produção estadual.

O fluxograma do quadro 10, demonstra como se organiza o complexo agroindustrial da suinocultura em Santa Catarina e seus principais mercados consumidores.



QUADRO 10: Fluxograma do complexo agroindustrial de suínos - Santa Catarina.

FONTE: CEPAL/Epagri

O processo de integração agropecuária e de vínculos com cooperativas não significou a integração de produtores independentes, mas sim de exclusão de grande parte deles, conforme podemos observar o quadro 11.

Estrato número de Animais	Estabelecimentos			Escala (cabeças/estab.)			Variação da Produção
	1996	2003	Variação	1996	2003	Variação	
Menos de 10	87074	34705	-60%	4	3	-20%	-70,11%
De 10 a 49	30301	10052	-67%	19	21	11%	-63,33%
De 50 a 199	8617	3000	-65%	97	126	30%	-54,78%
De 200 e mais	4827	6954	44%	585	713	22%	75,59%
Total	130819	54711	-58%	35	104	199%	24,27%

QUADRO 11: Variação do número de estabelecimentos e da produção de suínos em Santa Catarina (1996-2003).

Fonte: EMBRAPA

No curto período de 1996 a 2003, houve uma redução de 58% dos estabelecimentos agrícolas que se dedicavam à suinocultura em Santa Catarina. Contudo, isso não significou redução da produção, que apresentou aumento de 24,27%, mas um aumento da produção por unidade agrícola.

Aparentemente, a seleção das propriedades agrícolas produtoras ocorreu em um sentido regional, priorizando a proximidade das principais unidades industriais processadoras.

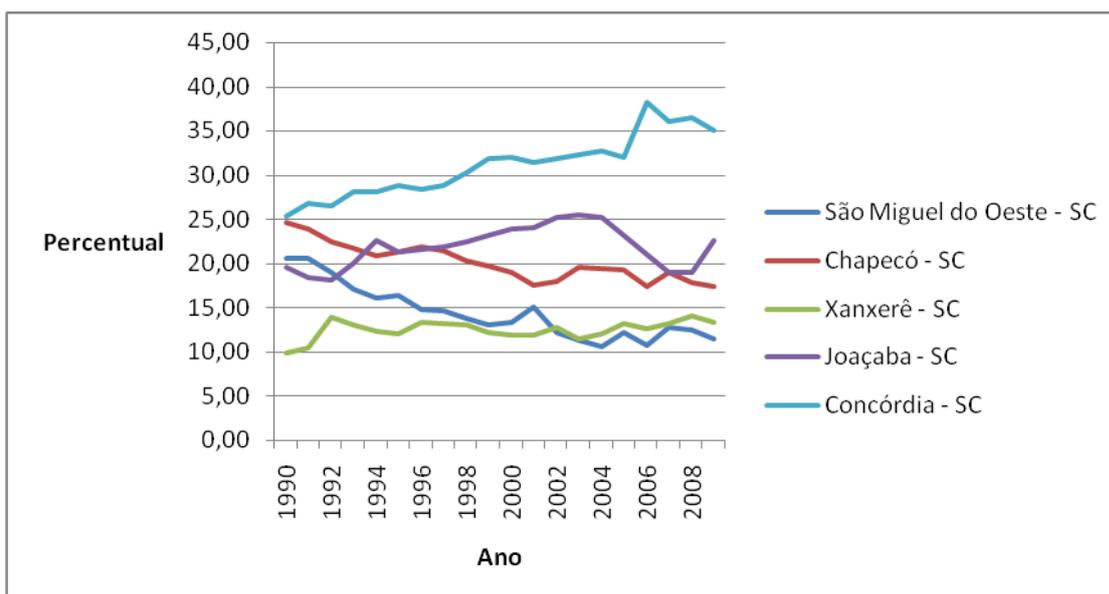


GRÁFICO 4: Dinâmica histórica da distribuição da produção de suínos na mesorregião oeste de Santa Catarina (1990-2008)

Fonte: CEP/Epagri.

Embora existam unidades de abate de suínos em todas as microrregiões que compõe a mesorregião oeste, as com maior capacidade de abate e processamento estão situadas nas regiões de Concórdia, Chapecó e Joaçaba, com maior destaque a unidade da Sadia S/A de Concórdia e da Seara S/A no município de Seara, ambas na microrregião de Concórdia.

Se levarmos em consideração a área das microrregiões e a produção de cada uma delas, observamos que a produtividade da microrregião de Concórdia é superior em 218% á de São Miguel do Oeste; 350% à de Chapecó; 371% á de Joaçaba, e; 515% à de Xanxerê (gráfico 5).

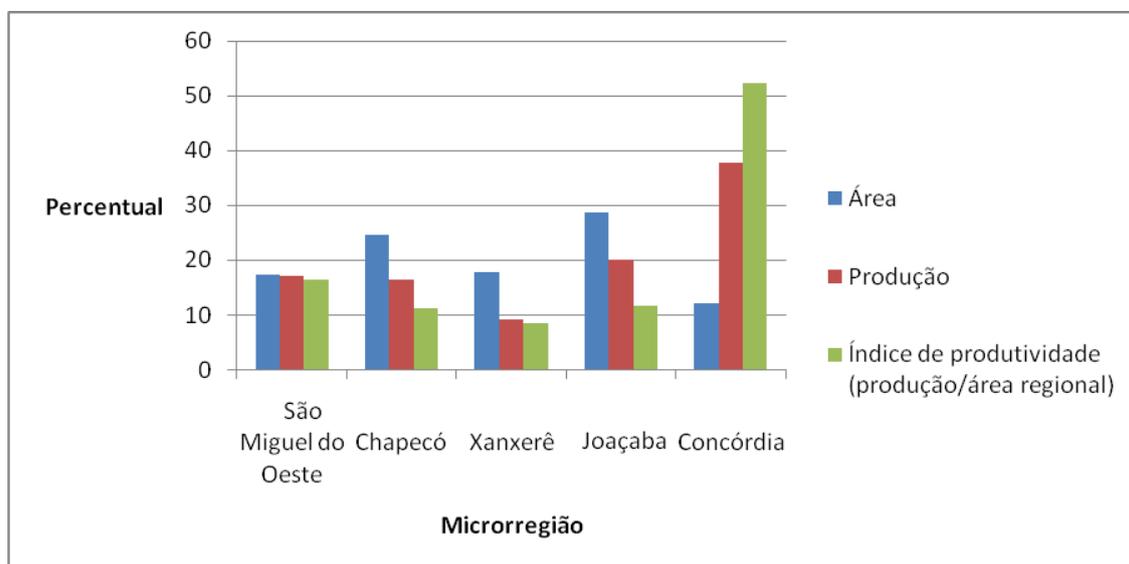


GRÁFICO 5: Distribuição da produção de suínos na mesorregião oeste de Santa Catarina por microrregião (2006)

Fonte: CEPA/Epagri.

Esse processo retirou principalmente os produtores da microrregião de São Miguel do Oeste, que passou a responder por 15% da produção regional no ano de 2006 em contraposição aos 21% que representava no ano de 1990. Contudo, na microrregião essa produção está concentrada principalmente nos municípios próximos a Itapiranga, onde se situa uma unidade de abate do frigorífico Seara/Cargill, sendo que os municípios de São João do Oeste, Itapiranga, Iporã do Oeste e Tunápolis, respondem por, aproximadamente, 62% da produção microrregional (para melhor visualização, consultar o mapa da figura 7).

2.1.2. Avicultura

Diferentemente da suinocultura, a avicultura, desde a década de 1970, tem sua produção, quase que em sua totalidade, vinculada a contratos de integração. Os índices de produção apresentam um crescimento contínuo, pois possuem um mercado internacional bastante consolidado. No entanto, internamente, também apresentam direcionamento regional da produção conforme representado no gráfico 6.

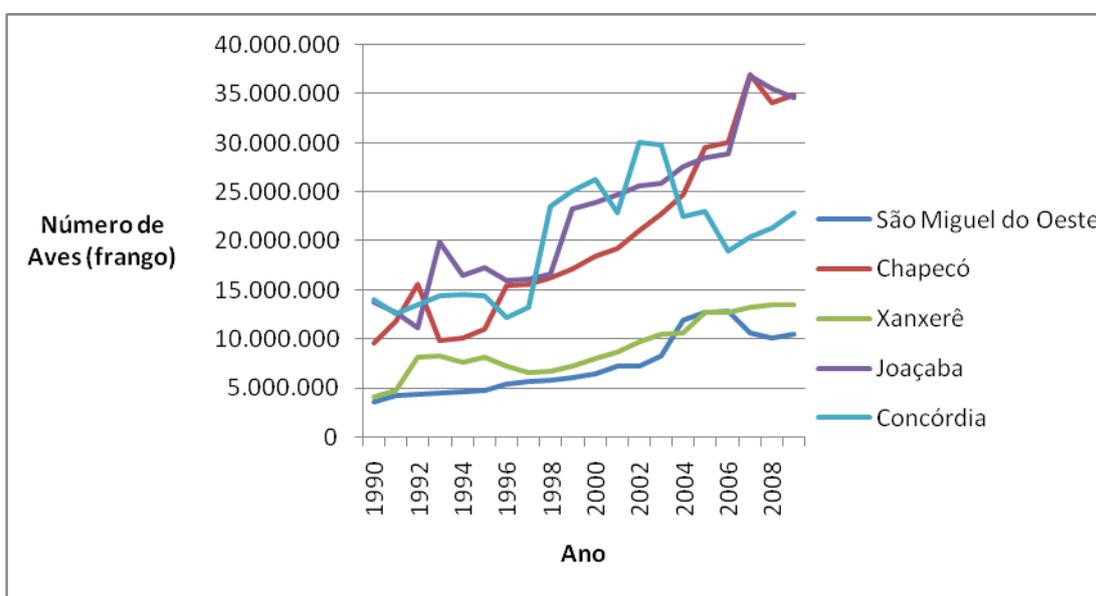


GRÁFICO 6: Dinâmica histórica da distribuição da produção de aves na mesorregião oeste de Santa Catarina (1990-2008)

Fonte: CEPA/Epagri.

Embora as microrregiões de Joaçaba e Chapecó apresentem crescimento superior às demais, a microrregião de Concórdia é a que tem maior índice de produtividade (produção/área).

Apesar de o crescimento ser de aproximadamente 158% no período de 1990 a 2009, ele está, sobretudo, assentado no aumento da produtividade das unidades agrícolas produtoras através de constante investimento na tecnologia empregada. Contudo, isso não reflete aumento de renda para os produtores, que se encontram bastante atrelados ao sistema de integração via endividamento decorrente dos investimentos exigidos. No entanto, ocorre também o abandono da produção por parte dos agricultores, que, acreditamos

ser influenciada principalmente pela queda do rendimento proporcionado ou por exigências da empresa em investimentos na infra-estrutura, que nem sempre o produtor tem condições de fazê-lo ou mesmo esteja disposto a isso.

A ação civil pública do Ministério Público do Trabalho contra a empresa Sadia S/A, reflete esse processo de desvalorização do trabalho (texto na integra constante no anexo 1).

Levantamento feito pelo MPT sobre 3.843 pagamentos feitos pela empresa Sadia S.A a produtores que entregaram seis lotes de aves num período de 12 meses, mostra que 72,68% sequer receberam o equivalente aos custos da produção. Somente 1.050 destes pagamentos foram remunerados em valores iguais ou superiores ao gasto para produzir as aves, ou seja, apenas 27,32% dos produtores. Além disso, conforme as planilhas de movimentação dos seis lotes analisados pelo MPT, somente 2,74% dos produtores receberam habitualmente a remuneração integral do custo de produção no período.
(Sítio do Ministério Público do Trabalho:
www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2010_09/2010_09_10.php,
acessado em 12 de setembro de 2010)

De acordo com dois avicultores integrados do município de Flor da Serra do Sul – PR, a empresa integradora somente está aceitando novos produtores cuja família possua mão de obra relativamente jovem, pois os contratos de financiamento bancário são de aproximadamente 20 (vinte) anos, sendo que as novas instalações para a criação de frango (de um dia até a destinação para o abate) só serão feitas a partir de dois aviários cercados com medidas de 16X150 metros com comedores automáticos, arco de desinfecção para caminhões, dois silos com capacidade para 16 toneladas de ração e escritório em alvenaria com banheiro. O total de investimento para essas instalações era em agosto de 2010, de acordo com o Centro de Socioeconomia de Planejamento Agrícola (CEPA), de aproximadamente R\$ 787.200,00.

Semelhante à produção de suínos na microrregião de São Miguel do Oeste, a produção localiza-se principalmente nos municípios situados ao sul da mesma (Itapiranga, São João do Oeste, Tunápolis, Mondai, Iporã do Oeste) (figura 9).

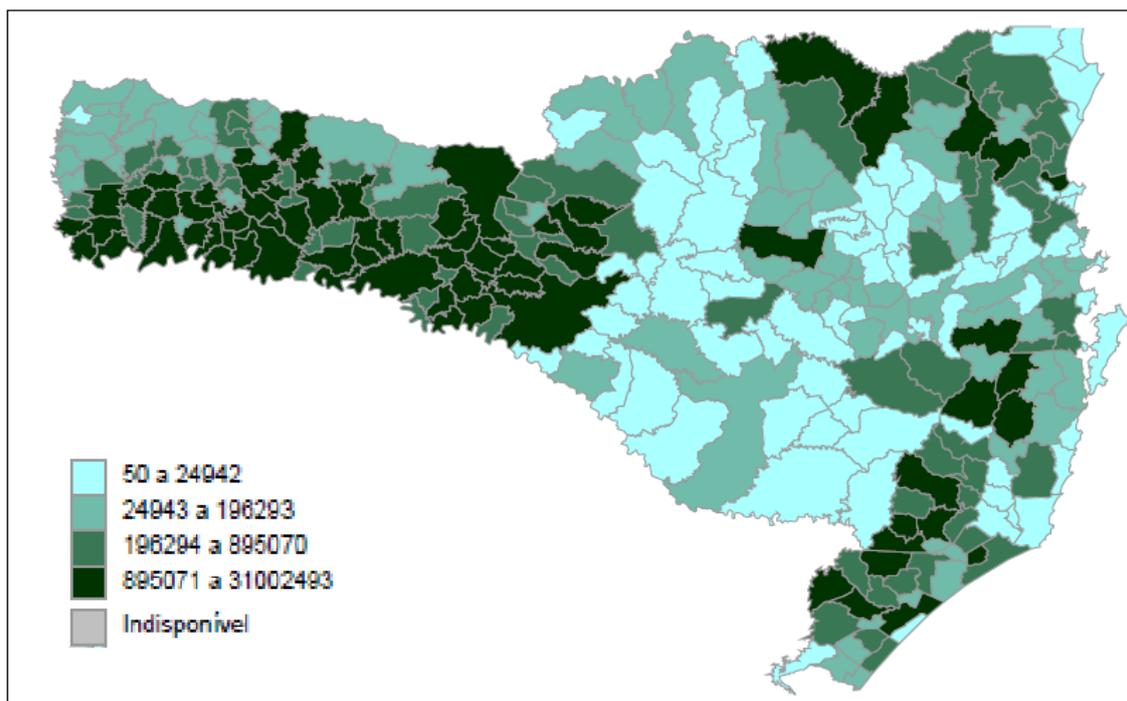


FIGURA 9: Mapa da produção de aves em Santa Catarina - efetivo de cabeças (2006).

Fonte: IBGE.

2.1.3. Produção de grãos: milho e soja

A mesorregião oeste caracteriza-se muito mais como uma consumidora do que produtora de grãos. Contudo, a renda diferencial decorrente da proximidade do mercado consumidor e da boa qualidade dos solos faz com que grande parte das unidades agrícolas se dedique a essas atividades.

De acordo com o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola – CEPA/EPAGRI, o custo médio de produção do milho de média tecnologia no ano de 2010, teve seu custo calculado em R\$ 14,74 a saca, enquanto o preço de venda, durante os meses de abril a agosto permaneceu em torno de R\$ 15,00 a saca, aumentando para R\$ 19,50 a saca no mês de setembro. Nessa safra, a produção por hectare ficou em torno de 120 sacas. Logo, a renda por hectare variou nesse período de R\$ 43,20 a R\$ 571,20.

Para a soja, o custo de produção por saca ficou em R\$ 34,90. No entanto, até o mês de agosto o preço médio pago ao produtor era de R\$ 33,00, aumentando para R\$ 39,00 no mês de setembro. Diante desse cenário, caso o

agricultor tenha colhido 60 sacas por hectare, na melhor das hipóteses teria um lucro de R\$ 250,00.

Aparentemente, o que explica a produção de grãos é que, por elas serem culturas temporárias, a área onde são plantadas é utilizada para outros fins após a colheita, a exemplo das pastagens de inverno para a pecuária leiteira, além do uso de grande parte da produção na alimentação animal do próprio estabelecimento (no caso específico do milho). Contudo, devemos considerar também que propriedades com estrutura fundiária maior que a média regional e que possuem possibilidade de armazenamento (cooperativas, silos), podem esperar o momento oportuno em que os preços se elevem e aferir lucratividade maior àquela do período de safra.

Nesse sentido, o quadro 12 aponta que as microrregiões onde houve maior produção no ano de 2006 são as que possuem propriedades com estrutura fundiária maior (Soja na microrregião de Xanxerê e, milho na Microrregião de Joaçaba). No entanto, se considerarmos a produtividade das microrregiões (área agricultável/produção), a produção de milho na microrregião de São Miguel do Oeste é superior às demais, ao que atribuímos a sua larga utilização na alimentação da pecuária leiteira.

Microrregião	Área (ha)	Percentual da Área da Mesorregião	Tamanho Médio das Propriedades	Percentual da Produção da Mesorregião	
				Soja	Milho
São Miguel do Oeste	351 686	17.18	18.62 ha	15.24	25.45
Chapecó	501 859	24.52	18.23 ha	23.19	22.55
Xanxerê	363 488	17.76	35.48 ha	55.20	15.27
Joaçaba	584 354	28.55	43.92 ha	5.18	30.18
Concórdia	245 413	11.99	20.12 ha	1.20	6.55

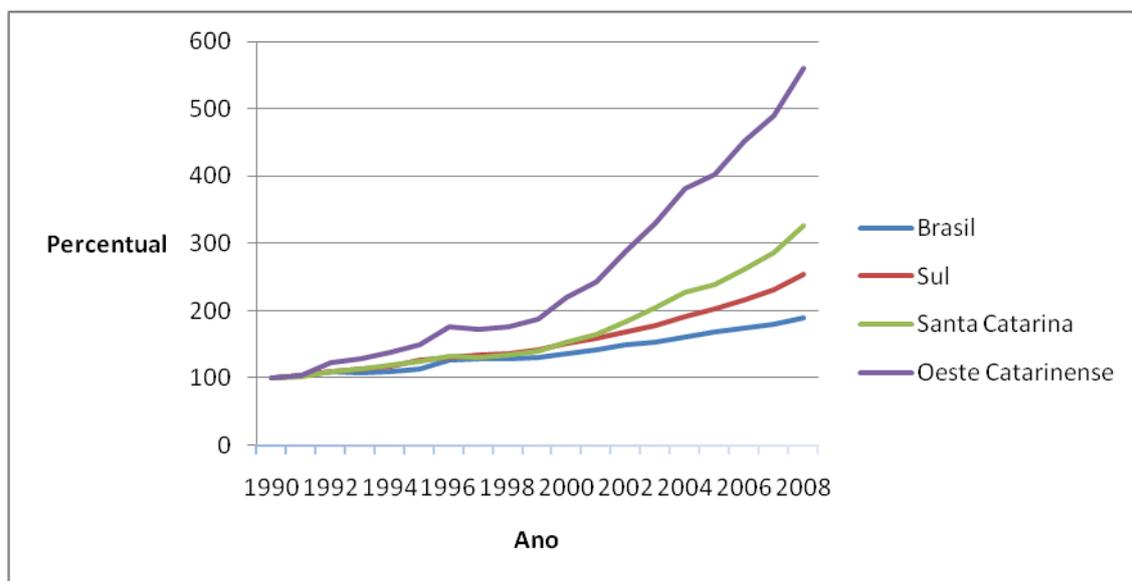
QUADRO 12: Estrutura fundiária das microrregiões e produção de grãos no ano de 2006.

Fonte: IBGE.

2.1.4. Pecuária leiteira

Das principais atividades agropecuárias da mesorregião Oeste, a pecuária leiteira é a que apresenta maior crescimento de produção. Esse aumento ocorre tanto na produtividade por área/animal como no número de

propriedades rurais que se dedicam a ela. Embora o Brasil também tenha apresentado até o ano de 2008 um aumento de produção de mais de 90% em relação ao ano de 1990, a produção da mesorregião ocorre em índices muito mais elevados (gráfico 7), respondendo atualmente por aproximadamente 18% da produção nacional.



QUADRO 7: Evolução da produção leiteira no Brasil, Região Sul, Estado de Santa Catarina e Mesorregião Oeste Catarinense (1990-2008).

Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/IBGE

Como podemos observar no gráfico 7, o crescimento da produção catarinense fora fortemente influenciada pelo crescimento da produção da mesorregião oeste, representado no gráfico 8 e no mapa de figura 10.

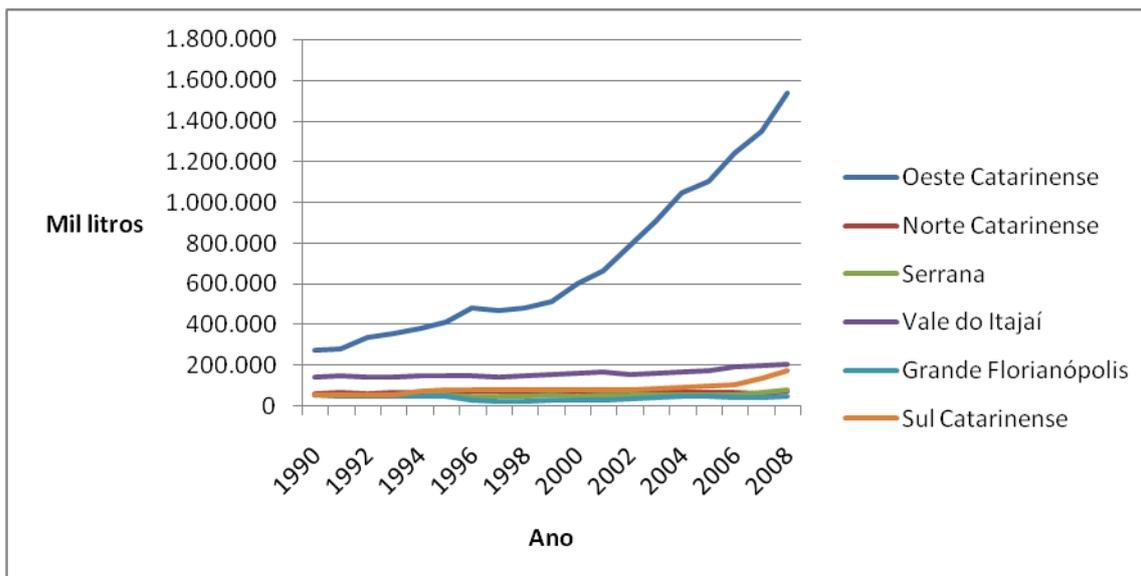


GRÁFICO 8: Distribuição e variação da produção leiteira no Estado de Santa Catarina por Mesorregião.

Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/IBGE

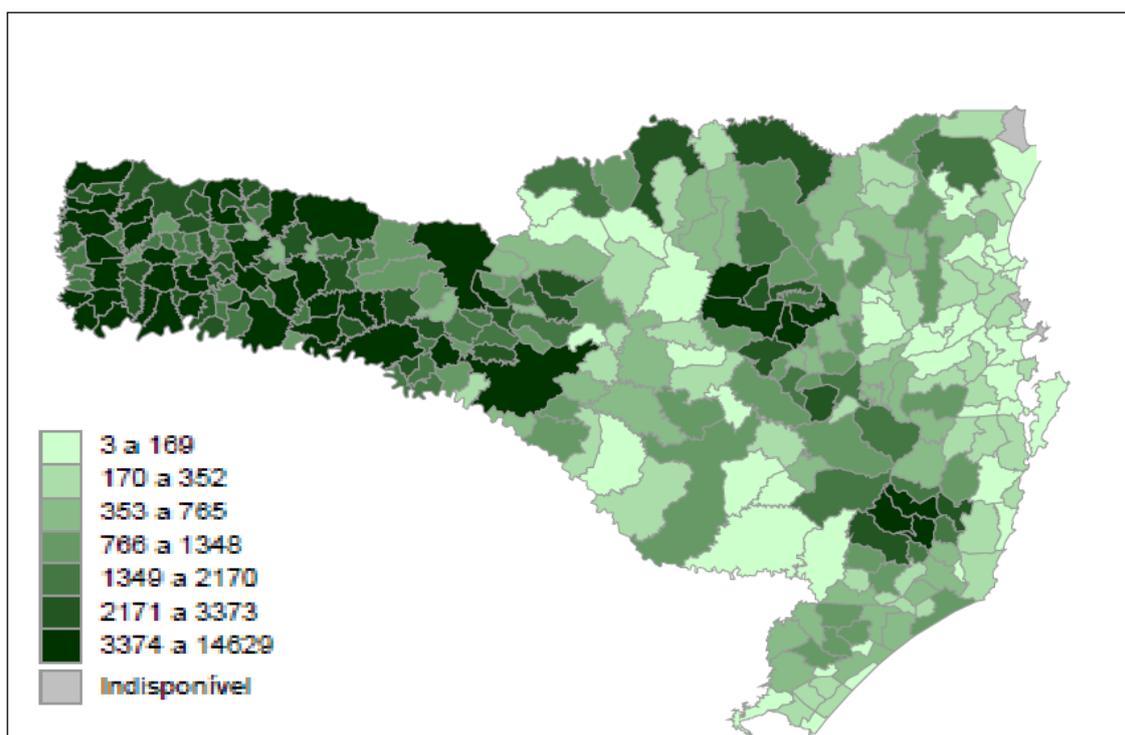


FIGURA 10: Valor da venda no ano de leite de vaca cru nos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina (Mil Reais).

Fonte: IBGE.

O motivo do crescimento nacional da produção leiteira deve-se, sobretudo, ao consumo interno, sendo apenas 2,5% dos produtos lácteos

exportados. Acreditamos que ele ocorreu, principalmente, pela redução de propriedades que se dedicavam a outras atividades, em especial à suinocultura, além de considerarmos que anterior à década de 1990 muitas propriedades já possuíam pequeno plantel de vacas leiteiras, tanto para a venda de leite como para consumo próprio de leite e derivados.

Outro fator que aparentemente contribuiu para o aumento da produção regional, é que a atividade não se caracteriza como um Complexo Agroindustrial completo, pois o produtor possui certa autonomia na produção, flexibilizando-a conforme sua possibilidade de investimentos, ficando apenas dependente da venda do produto a indústrias de laticínios, que, por sua vez, atravessaram a década de 1990 sem que houvesse uma concentração expressiva no número de empresas do setor, proporcionando uma competitividade entre elas pelo produto.

Nesse sentido, o Centro de Socioeconomia de Planejamento Agrícola (CEPA) classificou a produção leiteira em quatro níveis de produção, de acordo com a tecnologia nela aplicada e calculou o custo de produção com base no mês de maio de 2010. De acordo com a classificação, também estimou a participação do percentual de unidades agrícolas de cada sistema no estado (Quadro 13). Com base nessa informação, percebemos que 39,40% das propriedades que produzem leite para a venda sequer utilizam-se de silagem ou de rações comerciais na alimentação animal, sendo dependentes, principalmente, das pastagens perenes e temporárias.

Ainda em relação aos elementos que contribuíram à formação da bacia leiteira, devemos considerar que o crédito rural institucionalizado via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), abrangeu grande parte dos agricultores que se dedicam a essa atividade. Através da modalidade investimento, muitos agricultores financiaram parte da infraestrutura produtiva. Vale destacar que, embora operada com juros positivos, esses são menores que os demais juros bancários e também aos recursos obrigatórios para o crédito rural, variando de 2% a 4% ao ano e com prazos de até 10 anos para o pagamento, podendo ainda, conforme cláusula contratual, os juros serem objeto de “rebate” se o pagamento acontecer dentro dos prazos previstos nos contratos.

Embora a atividade leiteira esteja presente em toda a mesorregião, ela adquire maior expressividade na microrregião de São Miguel do Oeste, que no ano de 2006 era responsável por 28,74% da produção da mesorregião oeste. Se levarmos em consideração a relação de leite produzido por área agricultável ao ano (824,44 litros/ha), a microrregião supera em 17% à de Concórdia; em 22% à de Chapecó; 181% à de Joaçaba, e; em 321% à de Xanxerê.

ITENS DE CUSTO	SISTEMA 1	SISTEMA 2	SISTEMA 3	SISTEMA 4
	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro	R\$/litro
Ração comercial	0	0,0404	0,1498	0,1792
Mineralização	0,017	0,0216	0,0213	0,0181
Vacinas e medicamentos	0,0307	0,0285	0,0221	0,0214
Energia elétrica	0,0232	0,0155	0,0098	0,0074
Combustíveis	0	0	0,0089	0,0118
Funrural	0,0145	0,0152	0,0159	0,0166
Assistência Técnica	0,005	0,005	0,005	0,005
Inseminação artificial	0	0,0135	0,0097	0,0048
Mão de obra	0,1453	0,1453	0,1163	0,1308
Capineira manutenção	0,002	0,0005	0,001	0,001
Pasto Perene manutenção	0,0071	0,0047	0,0085	0,0085
Pastagem anual de inverno	0,0235	0,0254	0,0109	0,0105
Pastagem anual de verão	0,007	0,0061	0,0089	0,0105
Silagem de milho	0	0,0332	0,0264	0,0432
Rolão de milho (MDPS)	0,0336	0,0139	0	0
Manutenção de Benfeitorias	0,0352	0,0247	0,0143	0,0111
Manutenção de Equipamentos	0,0276	0,0236	0,034	0,021
Manutenção de Maq/Veic/Anim trab	0	0,0143	0,0196	0,0194
Frete	0,1006	0,0859	0,0692	0,0434
Despesas diversas	0,0047	0,0052	0,0055	0,0056
Sub-total custo variável	0,4769	0,5225	0,5571	0,5693
Capineira Implantação	0,002	0,0005	0,0007	0,0005
Pasto Perene Implantação	0,0023	0,0014	0,0021	0,0015
Depreciação de Benfeitorias	0,1005	0,0543	0,0318	0,0237
Depreciação de Equipamentos	0,0318	0,0236	0,0266	0,0167
Depreciação de Maq/Veic/Anim trab	0,0087	0,0239	0,0216	0,0272
Receita com venda de animais	-0,0338	-0,039	-0,0549	-0,0609
CUSTO OPERACIONAL TOTAL	0,5883	0,5872	0,585	0,578
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO	10,91%	45,14%	27,01%	16,94%
CUSTO MÉDIO PONDERADO	0,5852			
PREÇO DO LEITE PLATAFORMA	0,629	0,6605	0,6919	0,7234
RESULTADO OPERACIONAL	0,0407	0,0733	0,1069	0,1454
Mês de referência:	mai/10			
Percentual de produtores	39,40%	44,00%	13,10%	3,60%

QUADRO 13: Custo de produção do leite em Santa Catarina conforme tecnologia utilizada (2010).

Fonte: CEPA/EPAGRI.

2.1.5. Fumicultura

Embora seja uma cultura bastante integrada, a fumicultura não requer altos investimentos a longo prazo. Geralmente, a empresa integradora financia a infra-estrutura básica, resumidamente composta de um galpão com estrutura rústica e estufas para a produção de mudas. Após a implantação destas, os contratos de produção são anuais, com fornecimento de insumos e sementes pela empresa.

A área utilizada para a plantação geralmente é pequena, raramente superior a 5 (cinco) hectares, mas geralmente menor que essa extensão. O ciclo da planta é de quatro meses, com plantio das mudas iniciado geralmente em fins de agosto e no mês de setembro, e com colheita nos meses de dezembro e janeiro, sendo possível a utilização da terra para plantio de outra cultura temporária.

No entanto, é uma cultura que demanda maior mão-de-obra, por exigir maior emprego de trabalho manual, conforme Braga³ (2010). Esses aspectos apontados - da integração possibilitar o abandono e o retorno à produção, a necessidade de mão de obra mais abundante que outras atividades, e a produção se dar em pequenas áreas - dão à atividade fumageira uma maior flexibilidade quanto à mudança das unidades agrícolas produtivas, e também uma instabilidade na produção total. No entanto, existe uma regionalização da produção, onde predominam as pequenas propriedades de mão-de-obra familiar, sendo o sul do país responsável por algo em torno de 97% da produção nacional e Santa Catarina respondendo por 31% do total (quadro 14).

³ Para entendimento mais aprofundado do tema ler dissertação de mestrado de Luis Carlos Braga – A territorialização da produção leiteira e fumageira da linha Itaíba, Marmeleiro – PR. – UNIOESTE, 2010.

Brasil			Santa Catarina		
Ano	Produção	Área colhida (mi ha)	Rendimento médio (kg/ha)	Produção	Área colhida (mil ha)
1990	445	274	1.625	152	84
1991	414	287	1.441	145	85
1992	576	345	1.669	198	108
1993	656	373	1.758	226	126
1994	520	320	1.623	173	95
1995	456	293	1.554	136	81
1996	477	317	1.502	166	103
1997	597	338	1.766	201	105
1998	505	354	1.429	164	114
1999	630	342	1.843	205	106
2000	580	310	1.867	188	96
2001	569	303	1.879	178	94
2002	670	344	1.948	223	112
2003	656	393	1.671	213	121
2004	920	461	1.997	285	143

QUADRO 14: Histórico da Produção de fumo em folha no Brasil e no estado de Santa Catarina (1990-2004).

Fonte: Ministério da Agricultura. Organizado pelo o autor.

Ao que se refere à produção da mesorregião, ela está situada principalmente nas microrregiões de São Miguel do Oeste e Chapecó, conforme gráficos 9 e 10.

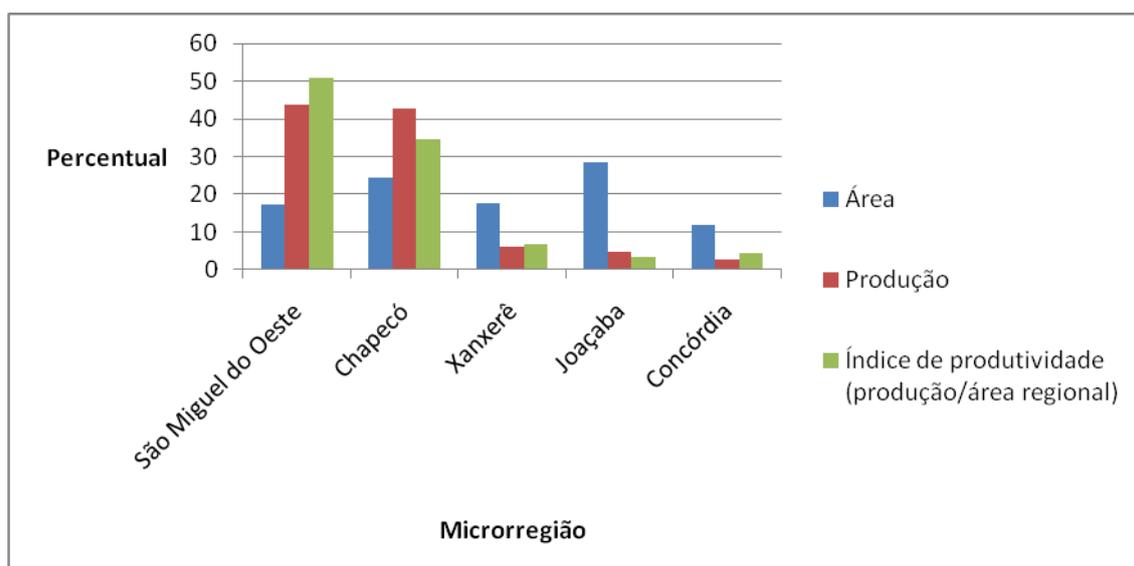


GRÁFICO 9: Distribuição da Produção de fumo na mesorregião oeste – microrregiões (2006).

Fonte: IBGE

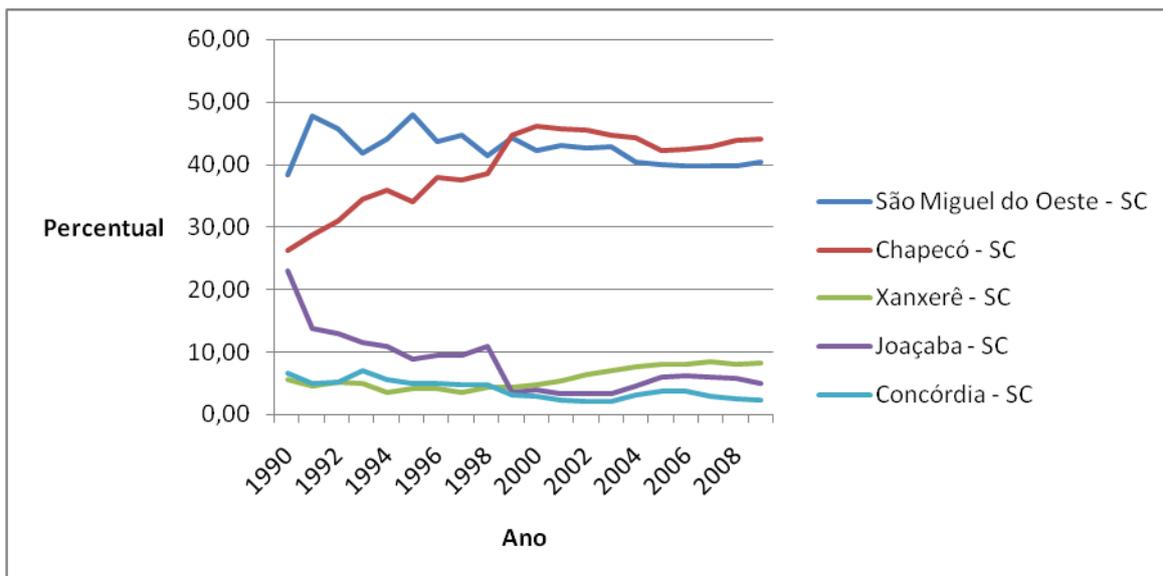


GRÁFICO 10: Dinâmica histórica da distribuição da área plantada de fumo na mesorregião oeste - microrregiões (1990-2008)

Fonte: CEPA/Epagri.

No ano de 2010, o preço pago pela arroba de fumo ficou em torno de R\$ 85,00, enquanto o custo de produção aproximado por hectare (excluído a mão de obra e possíveis custos de instalação da infra-estrutura) foi de aproximadamente R\$ 2.500,00. Se considerarmos a produção média de 1750 kg por hectare, o lucro do agricultor seria de aproximadamente R\$ 7.400,00 por hectare plantado.

Diante desse cenário, a produção fumageira mantém-se com preços mais estáveis (por possuir certa dependência das pequenas propriedades) e, do ponto de vista de renda, mais atrativa. No entanto, a necessidade de mão-de-obra constitui-se em um empecilho à produção, onde ainda poderíamos citar os riscos inerentes à alta aplicação de agrotóxico dessa cultura.

2.2. URBANIZAÇÃO E ÊXODO RURAL: ASPECTOS RECENTES (1991-2010)

Como destacamos no capítulo I desse trabalho, as disputas territoriais que definiram as fronteiras de Santa Catarina aconteceram, sobretudo, na região oeste, culminando em acordos de limites na década de 1910, o que resultou em um aumento de área de cerca de 29,8% sob o regime político administrativo do estado.

Dos atuais 293 municípios do Estado de Santa Catarina, 30 foram emancipados no ano de 1958; 91 no período de 1961 a 1967; 2 no ano de 1982, e; 95 entre os anos de 1989 e 1999.

A figura 11 demonstra a cronologia das emancipações ocorridas no estado desde 1662. Nela observamos o “retalhamento” da mesorregião Oeste em período recente.

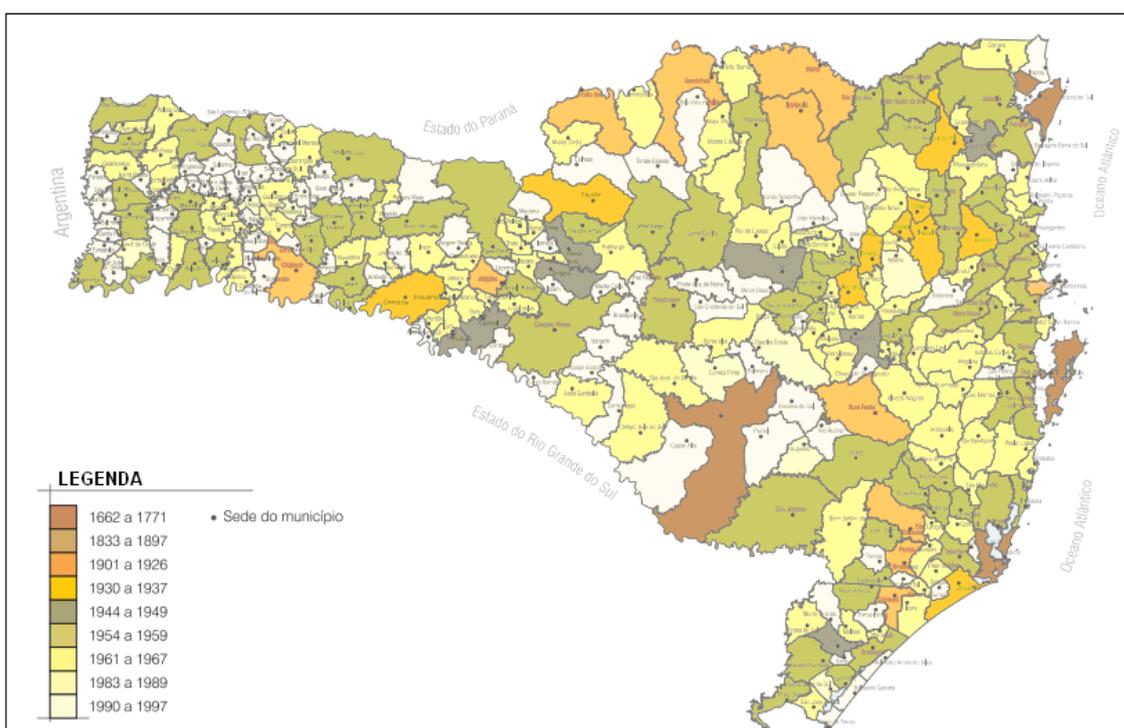


FIGURA 11: Cronologia das emancipações político administrativo no estado de Santa Catarina.

Fonte: Secretaria Geral de Planejamento do Estado de Santa Catarina (SGP).

A expressividade do número de emancipações na mesorregião oeste na década de 1990 é resultado, principalmente, ao legado das vilas do período de colonização. Nelas, já na sua origem, haviam sido instalados alguns serviços urbanos, como escolas e casas comerciais.

Sobre a delimitação do espaço urbano, Kageyama (2003) destaca que no Brasil, as condições para que uma determinada área possa ser considerada urbana, estão contidas na lei número 5.172 de 1966, que dispõem sobre o sistema tributário nacional. Nela, a definição da zona urbana é competência municipal, desde que definida em lei. No entanto, para que possa ser considerada como tal, o poder público deverá, sob sua responsabilidade de

construção ou manutenção, atender no mínimo dois dos cinco requisitos abaixo:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Dessa forma, não há uma realidade efetiva com que possamos delimitar o urbano do rural demográfico no Brasil, a não ser aquela que define o rural como espaço residual do urbano. Estudos relativos à demografia consideram essa delimitação polarizada como pressuposto, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela contagem da população e levantamentos inerentes a ela, é a principal base de dados para aferir informações sobre o território nacional. Neste sentido, o quadro 15 fora organizado com o intuito de demonstrar a distribuição da população do estado, no que concerne o corte urbano/rural por número de habitantes dos municípios.

Classes de municípios (habitantes)	Número de municípios	% da População do Estado		
		Total	Rural	Urbana
Até 10.000	172	12,94	40,79	7,64
de 10.001 até 20.000	60	13,11	23,88	11,05
de 20.001 até 30.000	20	7,58	8,93	7,33
de 30.001 até 50.000	14	8,60	5,40	9,21
de 50.001 até 100.000	15	15,10	11,33	15,82
de 100.001 até 200.000	8	19,36	4,65	22,16
acima de 200.000	4	23,30	5,06	26,79
Total	293	100	100	100

QUADRO 15: Estrato dos municípios catarinense por número de habitantes (2010).

Fonte: IBGE.

Ao que se refere à mesorregião oeste, entre os anos de 1991 e 2010, o crescimento da população urbana foi de 61,47%, enquanto a população rural teve um crescimento negativo de 34,35%, o que significa que nos últimos 20 anos a população rural passou de 49,29% para 28,33% e a população total cresceu apenas 14,24% (menos de 1% ao ano).

Porém, os dados do censo 2010 apontavam que, dos 118 municípios da região Oeste (Quadro 16), apenas 3 (três) deles possuíam população urbana com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e 5 (cinco) estavam na faixa de 20.000 (vinte mil) a 50.000 (cinquenta mil) habitantes (quadro 16).

Habitantes	Número de municípios
até 5.000	67
de 5.001 a 10.000	22
de 10.001 a 20.000	16
de 20.001 a 50.000	10
de 50.001 a 100.000	2
mais de 100.000	1
Total	118

QUADRO 16: Estrato dos municípios da mesorregião oeste por número de habitantes (2010).

Fonte: IBGE.

Somadas, as 8 (oito) cidades com maior população (quadro 17) correspondem a 44,42% da população da mesorregião, índice este que era de 40,77% em 1991.

Município	Censo 1991			Censo 2000			Censo 2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
São Miguel do Oeste ⁴	16604	25638	42242	4932	27392	32324	4243	32052	36295
Chapecó	26299	96751	123050	12375	134592	146967	15402	168159	183561
Xanxerê	9872	27766	37638	5044	32385	37429	4979	39123	44102
Joaçaba/ Herval do Oeste ⁵	8530	37441	45971	5282	38828	44110	4475	43763	48238
Caçador	9192	43492	52684	7780	55542	63322	6304	64431	70735
Fraiburgo	6964	19685	26649	5325	27623	32948	4261	30294	34555
Videira	8688	27234	35922	5802	35787	41589	4332	42872	47204
Concórdia	28067	36271	64338	17804	45254	63058	13755	54872	68627
% da									
Mesorregião	22,04	58,97	40,77	15,54	56,54	41,34	16,98	55,26	44,42

QUADRO 17: Municípios mais populosos da mesorregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica (1991-2010).

Fonte: IBGE Organizado pelo autor.

Contudo, em índices percentuais, essas cidades têm apresentado pequena queda na participação da população urbana regional. Considerados

⁴ Na década de 1990, emanciparam-se de São Miguel do Oeste os municípios de Bandeirentes, Barra Bonita e Paraíso.

⁵ As cidades de Joaçaba e Herval do Oeste são cidades gêmeas cujo limite geográfico é o rio do peixe.

somente os dois últimos censos, (período em que não houve novas emancipações), a participação destas na população urbana passou de 56,54% para 55,26%, muito embora, estas tivessem aumentado em 19,67% a sua população urbana no mesmo período.

Ainda em relação ao grupo de municípios do quadro 17, estes tiveram um decréscimo absoluto da população rural no período de 1991 a 2010 de 49,44%.

Considerando o exposto, podemos concluir que os municípios com menor população total também estão se urbanizando. Contudo, se a população da mesorregião cresce em ritmo menor que o crescimento vegetativo e possui tendências de migração para cidades maiores, a urbanização dos municípios de menor população está assentada em um êxodo rural maior do que suas cidades estão absorvendo.

Os quadros 18 e 19 foram organizados com dados dos municípios com menor população da mesorregião. Nelas, podemos constatar que, na grande maioria desses municípios, há perda da população total e acréscimo da população urbana.

	Municípios/Mesoregião	1991			2000			2010		
		Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
		1051083	518124	532959	1116963	414114	702849	1200723	340141	860582
	Mesoregião Oeste									
Municípios menos populosos da mesoregião oeste no ano de 2000	Santiago do Sul	-	-	-	1.696	1.175	521	1.465	815	2.438
	Lajeado Grande	-	-	-	1.572	1.096	476	1.490	842	2.097
	Flor do Sertão	-	-	-	1.612	1.417	195	1.588	1.260	1.380
	Tigrinhos	-	-	-	1.878	1.665	213	1.757	1.414	343
	Jardinópolis	-	-	-	1.994	1.179	815	1.766	967	799
	Macieira	-	-	-	1.900	1.596	304	1.826	1.325	501
	Barra Bonita	-	-	-	2.118	1.862	256	1.878	1.599	279
	Cunhataí	-	-	-	1.822	1.487	335	1.882	1.313	569
	São Miguel da Boa Vista	-	-	-	2.018	1.687	331	1.904	1.465	439
Ibiam	-	-	-	1.972	1.471	501	1.945	1.250	695	
Municípios menos populosos da mesoregião oeste no ano de 2000 com mais de 20 anos de emancipação	Lacerdópolis	2080	1.244	836	2173	1190	983	2.197	1.039	1.158
	Marema	6644	5.288	1.356	2651	1710	941	2.203	1.443	760
	Matos Costa	4995	3.113	1.882	3204	1991	1213	2.838	1.376	1.462
	União do Oeste	7234	6.650	584	3391	2229	1162	2.910	1.803	1.107
	Pinheiro Preto	2374	1.585	789	2729	1588	1141	3.147	1.447	1.700
	Serra Alta	3861	3.147	714	3330	2129	1201	3.285	1.450	1.835
	Ibicaré	3936	2.941	995	3587	2347	1240	3.373	1.816	1.557
	Galvão	7069	4.442	2.627	4235	1797	2438	3.475	1.125	2.350
	Arroio Trinta	3335	1.803	1.532	3490	1393	2097	3.500	1.103	2.397
Vargeão	2784	1.681	1.103	3526	2146	1380	3.535	1.711	1.824	
Total de população		44312	31894	12418	50.898	33.155	17.743	47.964	26.563	25.690
% da mesoregião		4,21	6,15	2,33	4,56	8,01	2,52	4,00	7,80	2,98

QUADRO 18: Municípios menos populosos da mesoregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica (1991-2010).

Fonte: IBGE Organizado pelo autor

	Municípios/ Mesorregião	Crescimento 1991/2000			Crescimento 2000/2010			Crescimento 1991/2010		
		Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
	Mesorregião Oeste	6,27	-20,07	31,88	7,50	-17,86	22,44	14,24	-34,35	61,47
Municípios menos populosos da mesorregião oeste no ano de 2000	Santiago do Sul	-	-	-	-13,62	-30,64	367,95	-	-	-
	Lajeado Grande	-	-	-	-5,22	-23,18	340,55	-	-	-
	Flor do Sertão	-	-	-	-1,49	-11,08	607,69	-	-	-
	Tigrinhos	-	-	-	-6,44	-15,08	61,03	-	-	-
	Jardinópolis	-	-	-	-11,43	-17,98	-1,96	-	-	-
	Macieira	-	-	-	-3,89	-16,98	64,80	-	-	-
	Barra Bonita	-	-	-	-11,33	-14,12	8,98	-	-	-
	Cunhataí	-	-	-	3,29	-11,70	69,85	-	-	-
	São Miguel da Boa Vista	-	-	-	-5,65	-13,16	32,63	-	-	-
	Ibiam	-	-	-	-1,37	-15,02	38,72	-	-	-
Municípios menos populosos da mesorregião oeste no ano de 2000 com mais de 20 anos de emancipação	Lacerdópolis	4,47	-4,34	17,58	1,1	-12,69	17,8	5,63	-16,48	38,52
	Marema	-60,10	-67,66	-30,60	-16,9	-15,61	-19,23	-66,84	-72,71	-43,95
	Matos Costa	-35,86	-36,04	-35,55	-11,42	-30,88	20,5	-43,18	-55,80	-22,32
	União do Oeste	-53,12	-66,48	98,97	-14,18	-19,11	-4,73	-59,77	-72,89	89,55
	Pinheiro Preto	14,95	0,19	44,61	15,32	-8,88	48,99	32,56	-8,71	115,46
	Serra Alta	-13,75	-32,35	68,21	-1,35	-31,89	52,79	-14,92	-53,92	157,00
	Ibicaré	-8,87	-20,20	24,62	-5,97	-22,62	25,56	-14,30	-38,25	56,48
	Galvão	-40,09	-59,55	-7,19	-17,95	-37,4	-3,6	-50,84	-74,67	-10,54
	Arroio Trinta	4,65	-22,74	36,88	0,29	-20,82	14,31	4,95	-38,82	56,46
Vargeão	26,65	27,66	25,11	0,26	-20,27	32,17	26,98	1,78	65,37	

QUADRO 19: Municípios menos populosos da mesorregião oeste – aspectos recentes de urbanização e concentração demográfica – índices de crescimento (1991-2010).

Fonte: IBGE Organizado pelo autor

Embora algumas cidades menores também tenham apresentado crescimento percentual tanto na população total como na urbana, a exemplo de Pinhalzinho, Maravilha e Treze Tílias, são as cidades maiores que apresentam crescimento absoluto mais elevado, sobretudo Chapecó, que atualmente concentra 15,29% da população da mesorregião, sendo que esse índice era de 11,71% no ano de 1991.

Ao que se refere à dinâmica das últimas duas décadas da população das microrregiões, o quadro 20 aponta que a redução do percentual da mesorregião em relação ao estado tem internamente a microrregião de São Miguel do Oeste como principal responsável, uma vez que esta teve uma redução absoluta da população de 6,47% nos últimos 20 anos (equivalente a 1% da população da mesorregião no ano de 2010).

UF/Mesorregiões/ Microrregiões	População Total			Taxa de Crescimento (%)		
	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010	1991/2010
<i>Santa Catarina</i>	4541994	5 357 864	6.249.682	17,96	16,65	37,60
<i>Mesorregião Oeste</i>	1.051.083	1.116.964	1.200.723	6,27	7,50	14,24
São Miguel do Oeste	186.803	171.160	174.725	-8,37	2,08	-6,47
Chapecó	340495	361534	405123	6,18	12,06	18,98
Xanxerê	130287	142257	152439	9,19	7,16	17,00
Joaçaba	262890	304060	326455	15,66	7,37	24,18
Concórdia	130608	137953	141981	5,62	2,92	8,71

QUADRO 20: Dinâmica histórica da população das microrregiões da mesorregião oeste de Santa Catarina (1991-2010).

Fonte: IBGE Organizado pelo autor

Essa dinâmica populacional, reflete o desenvolvimento das atividades dos CAIs, com crescimento de cidades onde se situam as principais agroindústrias e esvaziamento dos municípios onde se desenvolvem as atividades agropecuárias, principalmente das áreas rurais. Trata-se de uma dinâmica histórica, pois a transformação do pequeno capital comercial em capital industrial ocorreu nas primeiras áreas de colonização (Joaçaba, Chapecó, Concórdia, Videira), e esta, por sua vez, ocorreu num sentido leste-oeste, relegando à região de São Miguel do Oeste um papel muito mais de fornecedora de matéria prima do que industrial.

Contudo, deve-se salientar que as cooperativas agropecuárias têm atenuado esse processo com a instalação de unidades agro industriais em cidades menores, cuja principal estratégia foi a filiação de 13 cooperativas de produção agropecuária na formação da Cooperativa Central Aurora (porém com aproximadamente 70% das cotas pertencendo a Cooperativa Regional Alfa) que atua, principalmente, nos

segmentos de carnes de frango e suínos (unidades de frigoríficos em Maravilha, Quilombo, São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, além de Chapecó e Joaçaba), fábrica de rações (Cunha Porã, Quilombo e Chapecó) e laticínios, (com indústria de Lácteos em Vargeão e Pinhalzinho).

2.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os dados e informações a respeito da perda relativa de população e do êxodo rural da mesorregião oeste não representam uma migração interna no estado, denotando, contudo, que a urbanização da região decorre, principalmente, do aumento da população de cidades relativamente afastadas, pontuando médias cidades na malha de municípios que compõe a região - dado a essa classificação o devido relativismo, consideramos as com mais de 40 mil habitantes - conforme mapa da figura 8 , que de certa forma exercem influências sobre as menores (indústrias de transformação, serviços urbanos de saúde e educação superior etc.).

Por essa característica (mas não somente), as áreas urbanas na mesorregião são bem definidas em relação à área rural, que, por sua vez, caracteriza-se fundamentalmente por desenvolver atividades agropecuárias bastante modernizadas, integradas aos Complexos Agroindustriais Completos de aves e suínos, e ao Complexo Industrial Incompleto do leite, diferenciando-se, dessa forma, das mesorregiões do Vale do Itajaí, Norte, Sul e Grande Florianópolis que respondem cada vez menos pela produção agropecuária do estado, que, no entanto, concentram cada vez mais sua população rural. Nestas últimas mesorregiões, a população rural é, principalmente, não agrícola, e as áreas rurais se configuram, cada vez mais, como uma continuidade da urbana (forçando o aumento do perímetro urbano).

O comparativo dos últimos dois censos (quadro 21), demonstra que as doze maiores cidades do estado concentravam no ano de 2000 40,90% da população estadual, passando esse índice para 42,66% no ano de 2010 e, que nesse mesmo ano, esses municípios concentravam 9,66% da população rural.

UF/Municípios	Censo 2000			Censo 2010		
	Total	Posição	Urbana	Rural	Total	Posição
Santa Catarina	5.356.360		5.249.197	1.000.485	6.249.682	
Joinville	429.604	1º	497.788	17.462	515.250	1º
Florianópolis	342.315	2º	405.243	15.960	421.203	2º
Blumenau	261.808	3º	294.968	14.246	309.214	3º
São José	173.559	4º	208.017	2.496	210.513	4º
Criciúma	170.420	5º	189.558	2.678	192.236	5º
Chapecó	146.967	8º	168.159	15.402	183.561	6º
Itajaí	147.494	7º	173.465	9.923	183.388	7º
Lages	157.682	6º	153.944	2.793	156.737	8º
Jaraguá do Sul	108.489	9º	132.918	10.288	143.206	9º
Palhoça	102.742	10º	135.229	1.970	137.199	10º
Balneário Camboriú	73.455	13º	108.107	0	108.107	11º
Brusque	76.058	12º	102.017	3.478	105.495	12º
% em relação à UF	40,90		48,95	9,66	42,66	

QUADRO 21: Municípios com maior concentração de população em Santa Catarina (2010).

Fonte: IBGE Organizado pelo autor.

Se levarmos em consideração os doze municípios com maior concentração de população rural (quadro 22), veremos que nenhum deles possui o setor agrícola como principal responsável pela composição do PIB municipal, prevalecendo os setores de serviços e indústria. Destes, apenas dois estão na mesorregião oeste, e oito localizam-se em regiões metropolitanas.

UF/ Municípios	População Rural (censos)			Valor Adicionado Bruto ⁶ (2007)		
	1991	2000	2010	Serviços	Indústria	Agrícola
Santa Catarina	1.333.457	1.115.338	967.063	57,06	35,72	7,22
Joinville	12.477	12.375	15.402	53,50	46,22	0,28
Florianópolis	15.394	19.865	14.246	85,47	14,12	0,41
Chapecó	26.299	17.804	13.755	53,12	45,01	1,87
Blumenau	25.698	13.727	13.492	60,87	38,91	0,22
Concórdia	28.067	12.227	11.584	43,94	48,77	7,29
Canoinhas	18.544	10.284	10.895	56,55	27,80	15,65
Mafra	14.090	16.813	10.851	51,65	33,84	14,51
Laguna ⁷	10.688	9.654	10.788	69,84	17,85	12,31
Gaspar	12.250	12.169	10.288	50,84	47,32	1,84
Araranguá	8.925	5.544	9.923	65,50	27,67	6,82
Jaraguá do Sul	14.403	11.031	9.573	46,83	52,65	0,52
Itajaí	5.076	18.545	9.144	82,37	16,96	0,67
% em relação a UF	14,39	14,35	14,47	46,68	42,17	8,55

QUADRO 22: Municípios com maior concentração de população rural em Santa Catarina (1991/2010) e participação dos setores econômicos na composição do Valor Adicionado Bruto dos mesmos (2007).

Fonte: IBGE, SGP, CEP/Epagri.

⁶O Valor Adicionado Bruto é a diferença entre o valor bruto produzido e os insumos intermediários.

⁷ O alto índice da participação do setor agrícola no município de Laguna, deve-se sobretudo, a Pesca.

Com base nas informações inerentes a composição do PIB municipal de 2003, Zoldam (2006) propôs uma tipologia para os municípios, classificando-os de acordo com o índice do Valor Adicionado dos três setores. Quando o índice é igual ou superior a 70%, a tipologia do município é a “maioria” do setor correspondente e; índices entre 40% (inclusive) e 70% (exclusive) como “predominância” de um setor. Índices próximos indicam equilíbrio entre setores. A figura 12 apresenta a espacialização dessa tipologia.

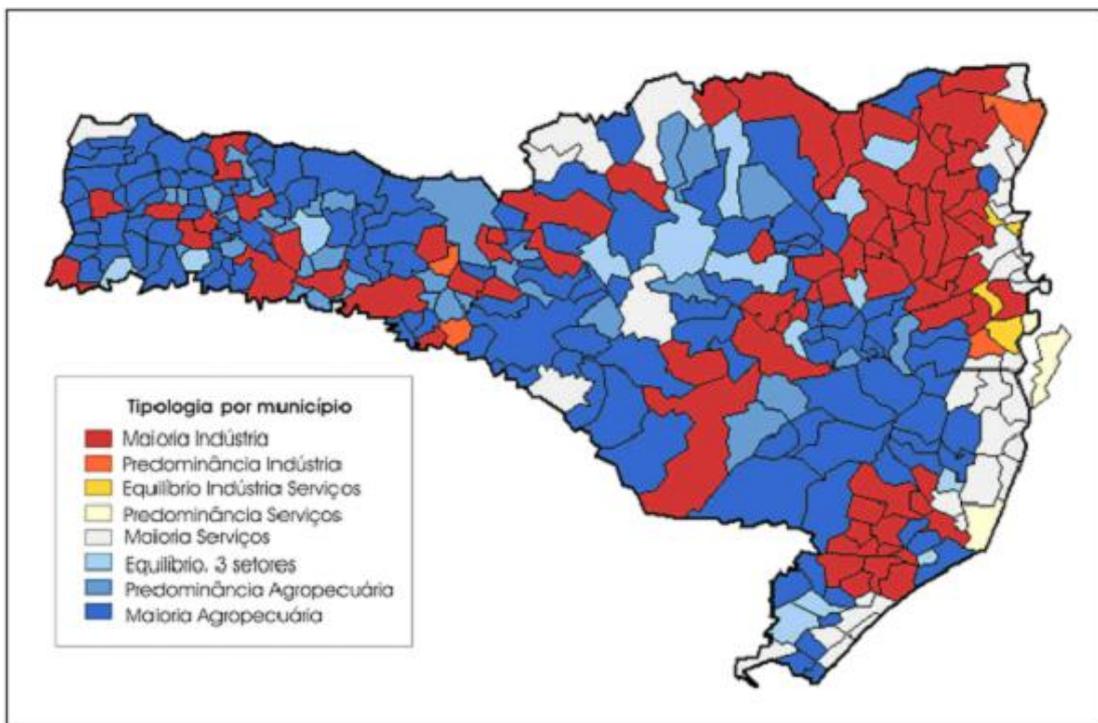


FIGURA 12: Mapa com a tipologia dos municípios por valor adicionado.
Fonte: CEPA/EPAGRI

Como podemos observar no mapa da Figura 12, no ano de 2003 a microrregião de São Miguel do Oeste é composta principalmente por municípios onde predomina o setor agrícola na composição do PIB municipal (18 dos 21 municípios), sendo os municípios onde predomina a indústria (São Miguel do Oeste e Itapiranga) e os Serviços (Dionísio Cerqueira) os que possuem maior população, conforme demonstrado no quadro 22. Contudo, isso não significa dizer que esses municípios são predominantemente urbanos.

Conforme podemos observar no quadro 23, embora São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira apresentem índices de população rural inferior à urbana, aparentemente existe uma diferença entre os municípios onde a suinocultura e a

avicultura possuem maior índice de produção em relação perda de população rural. Assim, Itapiranga se destaca por ter na indústria maior participação do PIB, ser o segundo município em número de população da microrregião e possuir maior população rural, com índices menores de êxodo em relação à média microrregional. Nesse sentido, os municípios de São João do Oeste, Tunápolis e Iporã do Oeste, que também possuem alta produção de suínos e aves (como já ressaltamos em função da localização próxima a unidade frigorífica de Itapiranga), também apresentam perdas na população rural menor que a média da microrregião.

Municípios	Censo 2000			Censo 2010			Crescimento 2000/2010 (%)		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
São Miguel do Oeste	171.160	89.496	81.664	174.725	73.548	101.177	2,08	-17,82	23,89
São Miguel do Oeste	32.324	4.932	27.392	36.295	4.243	32.052	12,28	-13,97	17,01
Itapiranga	13.998	8.616	5.382	15.430	7.795	7.635	10,23	-9,53	41,86
Dionísio Cerqueira	14.250	5.640	8.610	14.801	4.619	10.182	3,87	-18,10	18,26
São José do Cedro	13.678	7.019	6.659	13.672	5.241	8.431	-0,04	-25,33	26,61
Guaraciaba	11.038	6.673	4.365	10.498	5.579	4.919	-4,89	-16,39	12,69
Mondaí	8.728	4.679	4.049	10.231	3.926	6.305	17,22	-16,09	55,72
Descanso	9.129	5.244	3.885	8.638	4.341	4.297	-5,38	-17,22	10,60
Iporã do Oeste	7.877	5.026	2.851	8.413	4.287	4.126	6,80	-14,70	44,72
Palma Sola	8.206	5.014	3.192	7.765	3.297	4.468	-5,37	-34,24	39,97
Anchieta	7.133	4.690	2.443	6.378	3.790	2.588	-10,58	-19,19	5,94
São João do Oeste	5.789	4.295	1.494	6.035	3.917	2.118	4,25	-8,80	41,77
Romelândia	6.491	4.371	2.120	5.551	3.543	2.008	-14,48	-18,94	-5,28
Guarujá do Sul	4.696	2.598	2.098	4.908	2.253	2.655	4,51	-13,28	26,54
Riqueza	5.166	3.889	1.277	4.838	2.684	2.154	-6,35	-30,98	68,68
Tunápolis	4.777	3.560	1.217	4.633	3.215	1.418	-3,01	-9,69	16,52
Paraíso	4.796	3.494	1.302	4.080	2.629	1.451	-14,93	-24,76	11,44
Bandeirante	3.177	2.347	830	2.906	1.974	932	-8,53	-15,90	12,30
Princesa	2.613	2.045	568	2.758	1.754	1.004	5,55	-14,23	76,76
Belmonte	2.588	1.576	1.012	2.635	1.362	1.273	1,82	-13,56	25,75
Santa Helena	2.588	1.926	662	2.382	1.500	882	-7,96	-22,13	33,30
Barra Bonita	2.118	1.862	256	1.878	1.599	279	-11,33	-14,12	8,98

QUADRO 23: Dados da evolução da população dos municípios da microrregião de São Miguel do Oeste - SC (2000 e 2010).

Fonte: IBGE.

Ainda em relação aos dados constantes no quadro 23, percebemos que a população da microrregião, entre os anos de 1991 e 2000, era predominantemente rural e apresentava perda em números absolutos da população total. No entanto,

entre os censos de 2000 e 2010, a população urbana passou a responder por 57,90% e teve um pequeno crescimento na população total (2,08%).

Dessa forma, o município de Princesa encontra-se situado fora da área preferencial de atuação dos Complexos Agroindustriais de aves e suínos. Das seis principais atividades agropecuárias da mesorregião, o município destaca-se, principalmente, pela pecuária leiteira.

CAPÍTULO III: DISCUSSÃO DOS DADOS DE CAMPO

3.1. LOCALIZAÇÃO E DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

O município de Princesa está situado na microrregião de São Miguel do Oeste (extremo oeste de Santa Catarina), confrontando-se ao norte com o município de Guarujá do Sul, a oeste com o município de Dionísio Cerqueira e com a República Argentina e, ao sul e ao leste, com o município de São José do Cedro, do qual se emancipou no ano de 1995.

O principal acesso ao município é o prolongamento asfáltico de onze quilômetros que liga a sede municipal à cidade de São José do Cedro e à Rodovia BR 163.



FIGURA 13: Mapa de localização do município de Princesa.

Fonte: IBGE. Organizado pelo autor

A sede municipal possui serviços de atendimento bastante reduzidos aos munícipes, a exemplo da saúde – possuindo apenas um posto de saúde sem unidades de internamento e, serviços bancários – apenas uma agência de uma cooperativa de crédito, estando fortemente dependente de outros municípios, sobretudo São José do Cedro, para atendimentos dessas naturezas. As relações transcendem para escalas microrregionais e mesorregionais conforme a

complexidade das necessidades envolvidas, como serviços especializados de saúde e ensino superior, atendidos, principalmente, por São Miguel do Oeste e Chapecó.

Essa dependência de serviços urbanos do município em relação a outros causa reflexos negativos no desenvolvimento do comércio local, pois grande parte dos serviços urbanos que a população necessita, sobretudo a rural, que corresponde a 63,6% da população total, são mais facilmente obtidos em outras cidades do que na sede municipal, drenando para lá também grande parcela do capital destinado ao consumo desses domicílios.

De acordo com o censo agropecuário de 2006, havia no município de Princesa 470 propriedades rurais com tamanho médio de 15,94 hectares, perfazendo uma área de 7.501 hectares, distribuídos por condição de produtores da seguinte forma:

- Proprietário – 425 Unidades, perfazendo 7021 hectares;
- Arrendatário – 33 Unidades, perfazendo 360 hectares;
- Parceiro – 7 Unidades, perfazendo 82 hectares;
- Ocupante – 4 Unidades, perfazendo 38 hectares.

Do número total de propriedades, 58 possuíam tratores, perfazendo um número de 63 máquinas. Para fins comparativos, esse dado em índice percentual corresponde a 12,34% de propriedades com tratores, superando a média nacional de 9,9%. No entanto, temos razões para acreditar que atualmente esse índice fora superado, devido às linhas de financiamentos via PRONAF (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar) instituídas nos últimos anos (principalmente a linha PRONAF mais Alimentos).

Conforme dados do censo 2006, a produção agrícola do município tem indicado uma tendência às culturas tradicionais, sobretudo milho (9985 T/ano), produzido em 427 propriedades agrícolas, além da soja (1110 T/ano), cultivados em 49 propriedades. Porém a pecuária leiteira apresenta números consideráveis, estando em 341 propriedades e perfazendo um rebanho de 2722 cabeças ordenhadas e uma razão de 8 vacas em lactação por propriedade.

Embora a população do município seja em sua maioria rural, contrastando com os índices estaduais e nacionais, não difere da realidade da grande maioria dos municípios do extremo oeste e da mesorregião oeste de Santa Catarina. No entanto, se comparados os índices de crescimento populacional dos censos de 2000 e 2010, o município teve crescimento de 5,5% na população total, sendo que a população

urbana cresceu 76,76% enquanto a rural decresceu em 14,23%, sendo, dessa forma, em índices percentuais, o município que teve maior crescimento da população urbana e o quinto em crescimento populacional dos 21 municípios da microrregião.

Deve-se considerar que o percentual de aumento da população urbana corresponde em números absolutos 436 pessoas, passando de 568 para 1004 habitantes no decênio compreendido entre a realização dos censos. Aparentemente, esse aumento está relacionado, principalmente, ao bom momento econômico de uma fábrica de móveis da cidade, que mudou sua linha de produção de móveis populares para móveis de altíssimo nível, alcançando o mercado de capitais brasileiras e mercado internacional, o que contribuiu para o aumento de empregados, inclusive de mão de obra qualificada buscada em outras regiões do país e até mesmo um funcionário de Portugal, contando hoje com mais de 200 empregos diretos. Outra contribuição aparente está no investimento agropecuário para a produção de leite, que contribuiu para o surgimento de empresas ligadas ao setor, como agro veterinárias, que atuam na venda de rações e implementos para a produção, e uma unidade de resfriamento de leite.

3.2. METODOLOGIA UTILIZADA

Como forma de obtenção de dados e informações, optamos pela entrevista semi-aberta com residentes. Durante a entrevista, buscamos atender alguns aspectos pontuais em todas as unidades entrevistadas, formulando perguntas fechadas - área da propriedade, número de residentes, ocupações, etc. - e alavancar questões que poderiam interferir na organização do espaço, avaliadas posteriormente e durante as entrevistas subseqüentes a partir de formulação de novas perguntas, bibliografias, novas entrevistas com pessoas ligadas a órgãos públicos e privados, moradores do município.

A metodologia para a escolha dos domicílios considerados na tabulação dos dados, decorreu de estudos preliminares de dados (IBGE, Cepa-Epagri), conversas informais com moradores locais e técnicos da Epagri (Escritório local), documentos históricos (mapas de colonizadoras, levantamentos realizados pelo IBGE) e conhecimento empírico prévio da área do município.

Nossa primeira preocupação foi relativa à estrutura fundiária das propriedades a serem consideradas. Era necessário realizar uma secção a fim de não comprometer as amostras com dados díspares, ou então, estratificar as propriedades por tamanho para realizar as entrevistas?

Com o objetivo de responder a essa questão, recorreremos primeiramente aos dados de órgão oficiais. Observados os dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), descartamos seu uso por apresentarem o número total de registros de imóveis. Nesse caso, uma única propriedade poderia ter mais de um registro junto ao poder público, decorrentes do parcelamento dos lotes originários sem que houvesse nova fusão. Nossa segunda opção foram os dados do IBGE. Neles, encontramos dados relativos aos domicílios rurais, o que realmente nos interessava. No entanto, não poderiam ser utilizados unicamente para a resposta dessa questão, pois em muitos casos, observados empiricamente, propriedades com estrutura fundiária muito reduzida (casos de até um hectare), tinham como principal renda a atividade agrícola, pois mantinham contratos de arrendamento com outras, inclusive sem domicílios.

Importante levar em consideração que, dependendo da atividade agrícola desenvolvida na propriedade, o tamanho dela passa a ser bastante relativo, pois em casos como a fumiçultura, 4 (quatro) hectares pode significar uma grande produção (em torno de 65.000 pés).

A figura 14 representa a parceria estabelecida em dois casos.

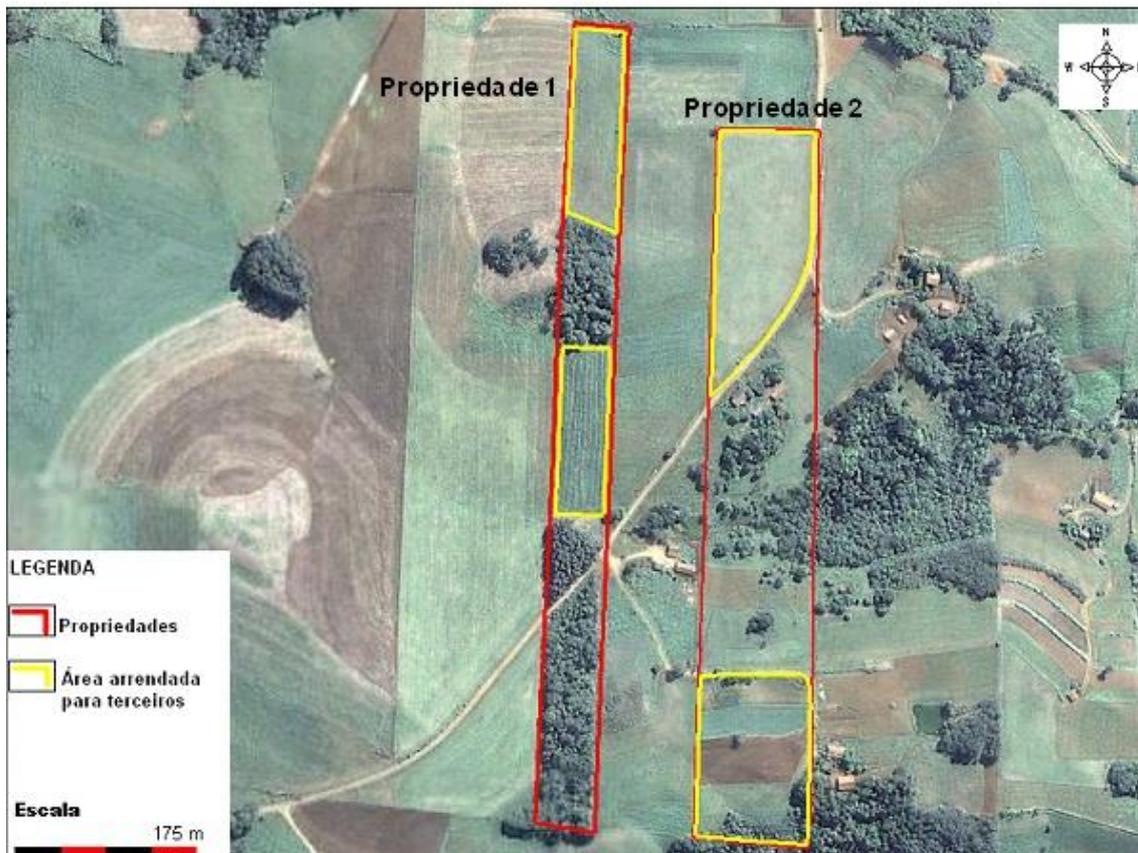


Figura 14: Propriedades rurais com arrendamento para terceiros – Município de Princesa (2010).

Fonte: Google Earth, organizado pelo autor.

Observamos que na “propriedade 1”, não existe domicílio e ocorrem duas áreas de arrendamento para terceiros, sendo dois arrendatários diferentes.

Na “propriedade 2”, embora exista domicílio, também ocorrem dois contratos de arrendamento com terceiros, restando uma área cultivada pelos proprietários.

Uma informação importante que substancia essa afirmação, são os dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que apontavam que nos anos de 2008 e 2009 foram requisitadas 306 (trezentas e seis) Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) no município de Princesa, sendo que estas tem validade de 4 (quatro) anos e, que no ano de 2008 foram efetuados 424 (quatrocentos e vinte quatro) operações de custeio agrícola na modalidade Pronaf. Se considerarmos as 470 propriedades rurais apontadas pelo IBGE, e delas subtrairmos as que não se enquadram na modalidade de crédito em questão, e que nem todas fazem custeios agrícolas, o arrendamento de terras por terceiros é responsável por parcela dessa demanda. Nesse caso, consideramos a hipótese de residentes em um mesmo domicílio

fazerem mais de uma operação (ex. O pai ou casal financiam uma área de terra e o filho outra).

Considerando o exposto, nosso corte relativo aos domicílios entrevistados não estabelecerá um limite fundiário mínimo para fins de entrevista. No entanto, não descartamos a possibilidade de ocorrer amostras onde a propriedade não possua atividade agrícola.

Quanto às propriedades que apresentam maior concentração de terras, recorreremos a documentos históricos e, novamente, aos dados do IBGE, para chegarmos a um tamanho que poderia ser considerado como “grande propriedade” em relação à média do município.

Ao analisarmos o mapa da colonizadora Princeza (década de 1950), observamos que os lotes coloniais raramente ultrapassavam o tamanho de 30 (trinta) hectares, ocorrendo com maior frequência lotes com tamanho aproximado de 20 (vinte) hectares.

Já os dados do IBGE apontavam um tamanho médio de 15,94 hectares. Porém, considerando o grande número de minifúndios menores de 5 (cinco) hectares, essa média foi desconsiderada como parâmetro e passamos a considerar “grandes propriedades” (dado ao conceito o devido relativismo), propriedades maiores que 100 (cem) hectares.

Estabelecido o parâmetro, buscamos identificá-las através de conversas informais com moradores, funcionários da Epagri local, poder público e durante as entrevistas aplicadas. Dessa forma, chegamos ao número de 3 (três) propriedades, todas com tamanho superior a 200 (duzentos) hectares e inferiores a 300 (trezentos) hectares, porém não desconsiderando a existência de outras acima do limite de corte.

O próximo passo foi verificar *in loco* as propriedades. Como chegamos a um número inexpressivo de domicílios (dois domicílios permanentes e um temporário), aplicamos questionários com os moradores (um proprietário e um empregado rural) e com o proprietário do imóvel que não possuía domicílio fixo nesse local. Nessas situações, não se verificou casos de pluriatividade. No entanto, as entrevistas tiveram direcionamento para atender a objetivos específicos no que concerne a formação espacial do município, como: concentração de terras, êxodo rural, migrações e produção agropecuária.

Dessa forma, estabelecemos que não haveria segmentação no direcionamento dos questionários no que concerne “tamanho da propriedade” e sim, um limite de corte para o atendimento do objetivo geral. Logo, seriam consideradas todas as propriedades rurais com domicílio particular permanente de até 100 (cem) hectares.

Como unidade para aplicação das entrevistas, ficou estabelecido os *domicílios particulares permanentes*; quando se trata de ocupações e produção agropecuária, a unidade analisada é o *estabelecimento agropecuário*, e; como unidade de análise dos dados referentes à população, utilizaremos o que se convencionou chamar de *família extensa*⁸, que fora definida por Graziano da Silva e Del Grossi (1998) como os residentes de um mesmo domicílio, incluindo, além da família nuclear, os parentes desta e os agregados, excluindo, no entanto os empregados domésticos e os pensionistas.

Para Graziano da Silva et al. (2000, p. 2) a família como unidade de análise “permite considerar o conjunto das estratégias individuais de cada um dos seus membros”.

Kageyama (1999) diz que a justificativa para a eliminação dos empregados e pensionistas, reside no fato de eles não participarem das decisões da família e nem utilizarem do mesmo fundo de recursos, enquanto a inclusão dos agregados justifica-se pelo tratamento destes como membros da família, na maioria dos casos.

Como o estudo visa compreender as formas de rendas provenientes de atividades agrícolas e não-agrícolas nos domicílios rurais, definimos que o estudo será efetuado na parcela da população incluída dentro da faixa etária de 15 a 59 anos, excluindo os pensionistas, porém considerando as pessoas que recebem pensões por morte do cônjuge ou por idade (mulheres de 55 a 59 anos).

Considerando o exposto e a literatura em relação ao tema de ocupações agrícolas e não-agrícolas, nesse trabalho, utilizaremos a seguinte classificação para as famílias em relação às atividades desenvolvidas por seus membros:

Agrícolas – quando todos os membros exercem atividades agropecuárias como ocupação principal;

Pluriativas – quando: a) pelo menos um membro da família exerce uma ocupação agrícola na propriedade e outro, uma não-agrícola ou agrícola fora da propriedade,

⁸ Para maior esclarecimento da elaboração do conceito de *família extensa*, ver Del Grossi e Graziano da Silva (1998) - A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995.

ou, quando pelo menos um dos membros exerce duas atividades em que uma não é a agricultura no próprio estabelecimento; b) a propriedade possui em seu interior agroindústrias e/ou beneficiamento de produtos agrícolas *in natura*, produzidos na propriedade, com finalidade de agregação de valor; c) dentro da propriedade são desenvolvidas atividades voltadas ao mercado consumidor, mas que não configuram agricultura modernizada ou estejam incluídas nos Complexos Agroindustriais, estando mais próximas a atividades que antes eram desenvolvidas para o auto-consumo ou como *hobbie*, mas que, agora, atendem a um nicho específico de mercado. Graziano da Silva as define como “*novas*” atividades da seguinte forma:

Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, nos anos mais recentes. [...] A pluriatividade daí resultante é consequência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem (SILVA, 2002, p. 40-41).

Não-agrícolas – quando um ou mais membros da família exerce atividades com finalidade de renda fora da propriedade, e nenhum membro da família se ocupa em atividade agropecuária na propriedade com finalidade de renda.

Não-ocupados – nenhum membro da família possua ocupação com finalidade de renda.

Em relação à escolha aos domicílios que comporiam a amostragem, essa ocorreu a partir da espacialização de áreas.

Inicialmente, delimitamos o perímetro municipal sobre a carta topográfica com Escala 1:50.000 (Folha SG. 22-Y-A-I-4 – MI-2860/4). Em seguida, digitalizamos as linhas correspondentes às curvas de nível, vias, hidrografia e limites municipais e as georreferenciamos no Datun SAD 69. O próximo passo foi identificar a área urbana e comunidades rurais do município sobre o mapa gerado. Sobre ele, delimitamos duas áreas onde pretendíamos entrevistar todos, ou o maior número possível dos domicílios que estivessem dentro dos parâmetros pré-estabelecidos. O motivo de buscar a abrangência total dos domicílios nessas áreas é entender as relações estabelecidas entre unidades rurais confrontantes, principalmente ao que se referem áreas de parceria e arrendamento entre vizinhos, sendo que a *seqüência completa* das entrevistas nos proporcionaria maior entendimento desse objetivo específico.

A escolha das áreas denominadas de *Seqüencia Completa*, (conforme figura 15), deve-se ao fato de situarem-se em limites opostos do município e não confrontarem com o perímetro urbano, o que, de certa forma, evitaria tendências que uma área específica poderia pesar sobre os resultados da pesquisa.

Na segunda classificação zonal para a aplicação das entrevistas, foi estabelecido a *Amostragem de 20%* dos domicílios. Na espacialização foram consideradas as vias principais de acesso, proximidade da área urbana e equivalência na distribuição em relação à área total do município.

O critério de escolha das amostras foi definido a partir do caminho percorrido, (ver figura 15) onde o primeiro domicílio da seqüencia seria entrevistado, deixando os próximos quatro, contados a partir daquele, fora da amostra. Não conseguindo a entrevista no domicílio definido, o próximo seria entrevistado sem alteração da ordem pré-estabelecida.

Somadas as entrevistas das zonas de *Seqüencia Completa* e de *Amostragem de 20%* chegou-se a um número de 66 domicílios entrevistados. Dessa forma, estabelecemos que, para essa pesquisa, seria utilizado o número de 80 amostras e, os domicílios que faltavam para chegar a essa quantia, seriam escolhidos de forma aleatória no restante da área rural não contemplada pelos critérios anteriores.

A escolha dos 14 domicílios faltantes para compor a amostragem estabelecida foi realizada a partir de coordenadas UTM, escolhidas de forma aleatória no mapa digital do município (figura 15), sendo realizada a entrevista no domicílio mais próximo do ponto escolhido (localizado por aparelho receptor GPS)

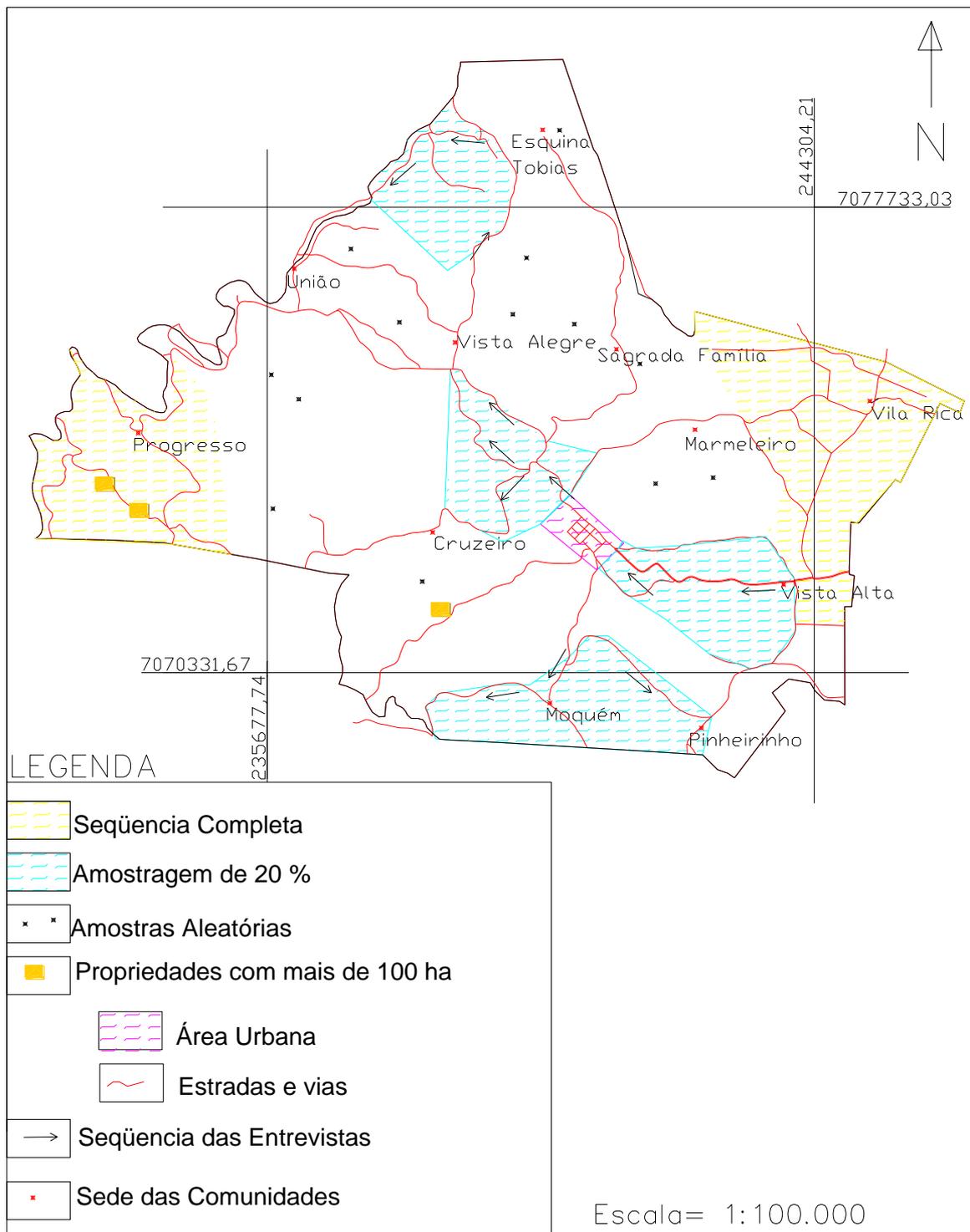


FIGURA 15: Croqui de localização dos domicílios entrevistados – município de Princesa (2010).

Fonte: Organizado pelo o autor.

Ao analisarmos as entrevistas, uma amostra foi descartada por apresentar falha na coleta de alguns dados, restando um número de 79 entrevistas para a finalidade dessa pesquisa.

3.3. SÍNTESE DOS DADOS COLETADOS NAS ENTREVISTAS EM DOMICÍLIOS

Ao concluirmos as entrevistas e tabularmos os dados, elaboramos quadros sínteses para auxiliar na interpretação dos mesmos (quadros 25 e 26).

O quadro 25 classifica os domicílios entrevistados em três grupos a partir da destinação da propriedade e das rendas que compõe o orçamento familiar. Nessa classificação prévia, foi considerada a população dos domicílios entrevistados em sua totalidade.

No quadro 26, foram consideradas as rendas dos domicílios (aquelas declaradas nas entrevistas) e, posteriormente, agrupadas em classes. Nas rendas decorrentes de atividades agrícolas, foram consideradas as de produção comercial de atividades tradicionais; vendas sazonais de produtos produzidos para auto-consumo como queijos, ovos e carnes; venda de animais para o abate decorrentes de descarte da pecuária leiteira, e; as *“novas” atividades* agrícolas desenvolvidas no meio rural.

No caso da ocorrência da pluriatividade, ela está presente em um total de 28 domicílios, ocorrendo principalmente a partir da combinação de atividades agrícolas na propriedade e atividades não agrícolas fora dela e, em apenas dois casos, pela diversificação da produção a partir das ditas *“novas” atividades*. Dessa forma, achamos conveniente elaborar um quadro que sintetizasse a ocorrência por tipologia e os motivos citados durante as entrevistas (agrupados em classes) ou, hipóteses na não observância de algum, constantes no quadro 24.

TIPOS DE PLURIATIVIDADE	OCORRÊNCIA/FORMA	HIPÓTESES/MOTIVOS
Combinação de atividades agrícolas na propriedade e atividades com geração de renda fora dela.	Ocorrência: sim Como: serviços públicos, serviços domésticos, empregado de comércio, empregados de indústrias, conta própria, trabalhador agrícola	Queda da renda agrícola; melhor remuneração; liberação de mão de obra das famílias devido a mecanização; terra insuficiente para o número de familiares; menor custo de vida em relação a cidade.
Agroindústrias e beneficiamento de produtos agrícolas <i>in natura</i> com finalidade de agregação de valor.	Ocorrência: não	O mercado consumidor local (incluindo municípios confrontantes), apresenta pouca demanda e o custo de produção (incluindo impostos para instalação de agroindústrias) é alto para competir com produtos industrializados similares.
Diversificação da atividade agrícola incorporando "novas" atividades na composição da renda. Ex: Apicultura, fruticultura de mesa, hortaliças, criação de pequenos animais (aves exóticas, coelhos etc.)	Ocorrência: sim Como: Apicultura; piscicultura.	No caso do mel, o agricultor já produzia para venda sazonal, contudo ampliou a produção para atender a demanda de uma Associação que intermedeia a venda. Na produção de peixes, o agricultor aluga o açude para a criação de peixes destinados para outro empreendimento (pesque-pague).

Quadro 24: Síntese da ocorrência de Pluriatividades.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Tipologia dos domicílios	Composição da renda das famílias entrevistadas					Número de domicílios
	Arrendamento de terras para terceiros	Aposentadorias e/ou pensões	Exploração Agropecuária por pelo menos um membro da família	Atividades não-agrícolas fora da propriedade de pelo menos um membro da família	"Novas" atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade	
Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNA's)	X	X		X		1
			X	X		10
Pluriativas		X	X	X		16
		X	X		X	1
Agrícolas		X	X			20
			X			27
Total	2	23	75	27	2	79

QUADRO 25: Renda das famílias entrevistadas e tipologia dos domicílios.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Tipos de Rendas dos domicílios entrevistados	Renda mensal aproximada (R\$)
Agrícola	121.151,77
Aposentadorias por idade e/ou morte do cônjuge	24.862,50
Não-agrícola	36.827,92
Pensões decorrentes de doenças e/ou deficiências físicas ou mentais	4.590,00
Desempregados com rendas sazonais	Não considerado
Total	182.432,19

QUADRO 26: Renda dos domicílios entrevistados por tipologia.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Em uma primeira comparação, percebemos que a renda per capita proveniente de atividades não agrícolas (R\$ 944,31), é superior as agrícolas (R\$ 747,85) e de aposentadorias por idade ou por morte do cônjuge (R\$ 604,40).

Ainda em relação às atividades não agrícolas, elas estão presentes em 27 dos 79 domicílios, ocorrendo em 26 dos 75 domicílios que tem atividades agrícolas na composição da renda, caracterizando 34,66% de famílias pluriativas.

Em relação à população residente nos domicílios entrevistados, população emigrante dos últimos 20 anos e as ocupações das pessoas incluídas na faixa de 15 a 59 anos, elaboramos o quadro 27 e, ao que se refere à idade média das pessoas economicamente ativas incluídas na faixa considerada e emigrantes dos últimos vinte anos, elaboramos o quadro 28.

População Total		309
Menores de 15 anos		51
Maiores de 60 anos		35
De 15 a 59 anos		223
<i>Migraram nos últimos 20 anos</i>		<i>54</i>
	<i>Agrícolas</i>	<i>162</i>
	<i>Não-agrícolas</i>	<i>36</i>
Ocupação da população de 15 a 59 anos	<i>Empregados Agrícolas</i>	<i>3</i>
	<i>Agrícolas + Aposentadorias</i>	<i>6</i>
	<i>Inativos</i>	<i>9</i>
	<i>Desempregados</i>	<i>7</i>

QUADRO 27: Estrato da população por faixa etária e ocupação principal.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Agrícola	37 anos
Não-agrícola	26 anos
Migraram nos últimos 20 anos	20 anos ⁹

QUADRO 28: Idade média da população economicamente ativa (15 a 59 anos) por ocupação e emigrantes dos últimos 20 anos.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Em relação à população emigrante, nos últimos 20 anos saíram das propriedades entrevistadas 54 pessoas, cuja idade média era de 20 anos quando da saída. Destas, 30 eram mulheres e 24 homens e, a idade da pessoa emigrante mais nova era de 16 anos e, a mais velha, de 26 anos.

⁹ Idade de quando saiu da propriedade.

3.4. OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS DAS PROPRIEDADES RURAIS

Conforme havíamos mencionado anteriormente, o meio rural não pode ser visto somente como local onde ocorrem atividades agrícolas e, nem tão somente a combinação de atividades agrícolas com outras atividades, existindo ainda funções não produtivas, como tão somente, local de residência.

Nas propriedades onde houve arrendamento total das terras agricultáveis para terceiros, os domicílios foram considerados como Ocupações Rurais Não-Agrícolas. Essa classificação deve-se pelo fato de o domicílio não ter nenhuma função em relação à área agricultável da propriedade, embora a renda decorrente do arrendamento seja incorporada à renda do domicílio.

Nesse trabalho, as ocupações rurais não-agrícolas encontradas na amostragem de domicílio foram agrupadas em duas classes: as que são *somente domicílios* e as onde são desenvolvidas atividades agrícolas por terceiros nas áreas agricultáveis.

As unidades classificadas como *somente domicílio* são minifúndios menores que 5 (cinco) hectares (1 ha e 3,5 ha). Em uma delas reside um casal de aposentados com uma neta ocupada nas atividades domésticas do domicílio e, na segunda, reside uma família (pai, mãe e dois filhos menores) cuja renda familiar consiste na venda da força de trabalho do marido em atividades de pedreiro e pintor e, da mãe, como doméstica. Em ambos os casos, as propriedades ficam ao lado da rodovia que liga a cidade de Princesa a São José do Cedro, sendo a localização e o preço (menor que dos lotes urbanos) o principal fator de escolha para a ocupação, embora ocorreram por motivos diferentes. No primeiro caso, o capital investido na compra do imóvel foi o residual da venda de outra propriedade rural maior, cuja parte principal do montante da venda fora gasto em despesas médicas com a família, enquanto que no segundo, o investimento corresponde a uma herança recebida.

Silva e Del Grossi (1999) apontam que o meio rural também tem sido procurado para fins residências. De acordo com os autores:

[...] as dificuldades crescentes de ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante

para boa parte da população de baixa renda. (SILVA e DEL GROSSI, 1999,p.61)

Nas propriedades onde a função principal do domicílio é também a residência, mas a área agricultável é arrendada para terceiros, os residentes são aposentados com idade superior a 60 (sessenta) anos, sendo que em um dos casos reside um casal e em outro apenas uma mulher viúva.

No primeiro caso, a propriedade é de 28 (vinte e oito) hectares e possui dois contratos de arrendamento com vizinhos. Segundo os entrevistados, o arrendamento é feito principalmente para manter a propriedade em uso e que a renda paga pelos contratantes (35 sacas de milho/hectare) é equivalente ao pagamento de mão de obra caso a terra fosse explorada para a produção própria.

Questionados a respeito da possibilidade da venda da propriedade, os entrevistados responderam que tem essa pretensão, no entanto, não encontraram comprador que pague o preço pretendido (420 mil reais). Nas palavras do entrevistado: “o jeito era vender para o banco da terra, mas seria preciso vender para três ou quatro. Mas daí fica difícil porque só tem uma casa e, mais ou menos, oito hectares é potreiro e mato.”

Ainda segundo os entrevistados, migraram da propriedade nos últimos vinte anos suas quatro filhas. Todas possuem nível superior, são casadas e residem em diferentes cidades do estado. “Enquanto nós temos saúde, vamos ficando por aqui, porque se não ganharmos bem pela terra fica difícil comprar uma casa na cidade. E também se não vendermos a terra, ela fica se valorizando e depois as filhas vêem o que fazem com ela.”

No segundo caso, reside na propriedade de 19 (dezenove) hectares uma senhora viúva de 87 anos, cujos 5 (cinco) filhos saíram da propriedade. Destes, dois residem em propriedades vizinhas, para quem arrenda a terra. De acordo com a entrevistada, não existe pretensão dela em sair da propriedade e o arrendamento pago pelos filhos é para compensar os que não moram ali, sendo que ela coloca o dinheiro na poupança para alguma eventualidade. “Eu vou morrer aqui. Depois, os filhos se repartem como querem a propriedade. Os que moram aqui pertinho vão ficar com um pouco mais, porque toda a noite vem um posar aqui comigo”, disse a entrevistada.

3.5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONCENTRAÇÃO DE TERRAS, CRÉDITO FUNDIÁRIO E MINIFUNDIARIZAÇÃO

Conforme mencionamos no capítulo I, a colonização do município ocorreu a partir da venda de lotes coloniais que caracterizavam minifúndios. Mapas das colonizadoras indicavam que o tamanho dos lotes rurais comercializados, na grande maioria dos casos, era menor que 24 hectares (tamanho de um lote colonial), ficando em torno de 19 hectares.

Contudo, decorridos aproximadamente 60 anos da colonização, a estrutura fundiária sofreu alterações, devido à concentração de terras e subdivisões das propriedades rurais.

O quadro 29 estratifica o tamanho das propriedades onde ocorre a atividade agropecuária com finalidade de renda dos domicílios entrevistados (excluindo as Ocupações Rurais Não Agrícolas).

Classes	Número de propriedades
De 1 a 5 ha	4
de 5 a 10 ha	25
de 10 a 15 ha	19
de 15 a 20 ha	13
de 20 a 25 ha	6
de 25 a 30 ha	5
de 30 a 40 ha	2
de 40 a 50 ha	1
Total	75

QUADRO 29: Estrutura fundiária das propriedades rurais com atividades agropecuárias.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Contudo, como estabelecemos uma secção relativa ao tamanho das propriedades a serem entrevistadas para atender ao objetivo principal dessa pesquisa, achamos conveniente relatar alguns aspectos relativos à estrutura fundiária atual do município, pois nela estão contidas algumas informações importantes da formação sócio espacial do mesmo.

3.5.1. Concentração de terras

Ao aplicarmos as entrevistas nas áreas de *Seqüencia Completa*, nos deparamos com uma diferença expressiva na distribuição fundiária na área onde se situa a comunidade de Linha Progresso em relação ao restante do município. Nela, havia duas propriedades confrontantes com áreas de 240 ha e 300 ha, não condizentes com a realidade do período de colonização. Em uma delas, cerca de 100 ha encontram-se no município de São José do Cedro.

Ao entrevistarmos um dos proprietários dessas áreas, este nos revelou que a formação da propriedade acontecera no período de 1988 a 1994, com a compra de pequenas propriedades não superiores a 24 ha. O capital investido na compra era resultante da exploração agrícola e madeireira que atual proprietário fizera no Paraguai, onde residiu de 1986 a 2010. O principal motivo da compra era a oferta a baixo preço. Segundo o entrevistado, o valor pago ao hectare não era superior a 90 sacas de milho, destacando que o contrato de compra e venda era fixado no preço mínimo (em torno de R\$ 6,00 a saca). Para o proprietário, o principal motivo da venda era o endividamento agrícola e o baixo preço dos produtos agrícolas, aliado as condições ruins do solo (utilizado atualmente para a pecuária de corte). Ainda, segundo o entrevistado, muitos proprietários aplicavam o capital da venda da propriedade na caderneta de poupança, porém não soube precisar o ano desse evento.

Na segunda propriedade com área superior a 200 ha, o processo e período de formação foram semelhantes à primeira, diferenciando apenas a origem do capital investido na compra, nesse caso, originário de um comércio (mercado e cerealista) no município de São José do Cedro.

Em relação ao endividamento agrícola do período, Silva e Del Grossi (2008), destacam que no ano de 1989 a correção dos saldos devedores dos empréstimos bancários para a agricultura, ocorria a uma taxa de 74,6%, enquanto o Índice de Correção de Preços mínimos era de apenas 41,28%.

Quanto à aplicação do capital derivado da venda das terras em poupança, acreditamos ser motivada, principalmente, pela baixa renda proveniente das atividades agropecuárias da região do que pelo rendimento da poupança e, também, pela desvalorização do dinheiro pelos altos índices de inflação, embora nos anos de

1990 e 1992 a taxa média de rendimento anual dessa aplicação financeira era aproximadamente 14% superior a inflação anual.

Em que pese a qualidade das terras, a área em questão está situada principalmente em baixa vertente, cujas encostas são relativamente íngremes (Figura 16). O solo apresenta horizontes poucos espessos com afloramentos de rocha nas médias e baixas vertentes.



FIGURA 16: Área de concentração de terras no município de Princesa – SC
Fonte: Arquivo pessoal do autor

De acordo com um segundo entrevistado da comunidade, no ano de 1989 havia 43 (quarenta e três) sócios no centro comunitário, enquanto que no ano de 2010 esse número caiu para apenas 8 (oito), (número total de domicílios encontrados no perímetro aproximado correspondente a comunidade).

Com relação aos preços das terras, Gasques *et al*(2008) aponta que no período de 1977 a 2000, no estado de Santa Catarina houve um decréscimo anual médio de 0,73%. No entanto, no período de 2000 a 2006 a valorização foi de 14,51% ao ano, sendo a segunda maior valorização do país e superior a média nacional de 10,16%, o que ocasionou a elevação do preço pago por hectare de R\$ 4.222,96, no início do período, para R\$ 9.115,33 no ano de 2006, ficando o preço

pago pelas terras agricultáveis inferior apenas a dos estados do Paraná e São Paulo.

3.5.2. Crédito fundiário

Para nós, a elevação dos preços pagos pela terra no estado na última década também está relacionado à oferta de crédito fundiário.

O crédito fundiário, aqui mencionado, refere-se à linha de financiamento instituída em 1998, originalmente denominada de “Banco da Terra” e que em 2003 fora readequada, perdendo a denominação, mas que em linhas gerais possui características semelhantes quanto ao público alvo - agricultores com pouca terra, filhos de agricultores ou trabalhadores rurais sem terra, cuja renda bruta familiar provesse 80% de atividades agropecuárias.

Devido ao esgotamento da fronteira agrícola e também pela infra-estrutura das propriedades financiadas, os contratos são geralmente feitos entre o proponente e agricultores que por algum motivo vendem a propriedade rural. Os contratos bancários são feitos em um prazo de 20 anos, limitado o tamanho da propriedade e recursos liberados, com juros que variam de 3% a 10% ao ano, variando de acordo com a linha de financiamento e o ano do contrato, incidindo também sobre eles e as parcelas rebates diferenciados¹⁰.

De acordo com o escritório municipal da Epagri, foram realizados no período de 2002 a agosto de 2010, 77 (setenta e sete) contratos de crédito fundiário no município, havendo ainda demanda de um número não disponível de proponentes em espera.

A expressividade dessa linha de financiamento também fora identificada na pesquisa: Dos 79 (setenta e nove) domicílios rurais entrevistados 12 (doze) eram beneficiários do crédito fundiário.

Segundo um entrevistado, os primeiros contratos beneficiaram mais os trabalhadores rurais que, como ele, não possuíam terras (arrendatários e diaristas). No entanto, com o aumento do preço das terras, atualmente a maioria dos beneficiários são filhos de agricultores ou agricultores com pouca terra que já tem estrutura para produzir.

¹⁰ O rebate é a dedução de parte dos valores das parcelas e dos juros, previstas nos contratos. Para maior entendimento do assunto, o Banco Central disponibiliza em seu site informações a respeito.

Concordando com o entrevistado, o que se observa é que o limite máximo de capital concedido para o financiamento não acompanhou a elevação do preço da terra, reduzindo o poder de compra. No entanto, mesmo que se elevasse o valor financiado, a capacidade de pagamento do beneficiário ficaria comprometida.

Dos 12 (doze) casos que compõe a amostra da pesquisa e que utilizaram recursos do crédito fundiário, 2 (dois) eram trabalhadores rurais sem propriedade agrícola (arrendatários); 5 (cinco) já possuíam uma pequena propriedade (todas menores a 5 (cinco) hectares), e; 5 (cinco) eram filhos de agricultores, sendo que destes, 3 (três) formaram outro casal.

De acordo com um beneficiário do programa, a propriedade de 12 ha, (onde se aproveita em torno de 6 ha para a atividade agropecuária) fora adquirida no ano de 2000 pelo valor de R\$ 30.000,00. Ao final do contrato em 2020, o valor pago será de aproximadamente R\$ 56.000,00. No entanto, de acordo com o proprietário, o valor atual da propriedade se vendida hoje, não poderia ser inferior a R\$ 100.000,00.

3.5.3. Minifundiarização

Desconsiderando as áreas adquiridas via crédito fundiário e considerando o período de 1990 a agosto de 2010, nas propriedades entrevistadas apenas uma família adquiriu nova área de terra agricultável. Se por um lado os agricultores não conseguem adquirir novas áreas se não via crédito fundiário, por outro as áreas dos lotes coloniais sofreram subdivisões, principalmente, segundo os entrevistados, na década de 1980.

Esse período, como destacamos anteriormente, fora de profunda crise, não somente para os agricultores com pequenas extensões de terras, mas para grande parcela da população e demais setores da economia. Contudo, ele também marca três décadas de colonização da região, tempo necessário para que uma segunda geração comece a constituir novas famílias. Impossibilitados de adquirirem novas áreas de terras para os filhos, muitos agricultores passaram a subdividir as propriedades ou reparti-las entre os familiares, assim com as terras de heranças.

Essa explicação, se não suficiente, nos parece, pela recorrência dos fatos, a mais aproximada da realidade em que se encontram as pequenas propriedades rurais do município, tendo em vista o período de estagnação econômica aliada à baixa dos preços dos produtos agrícolas e altos índices de correção dos

empréstimos bancários do período, e o fim da fronteira agrícola do estado e lento avanço nos estados do centro-oeste e norte.

3.6 ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: DINÂMICA RECENTE E ASPECTOS ATUAIS

Dentre as propriedades que desempenham atividades agropecuárias, a tendência dos últimos dez anos é a especialização produtiva, apontando claramente para a pecuária leiteira.

O gráfico 11 demonstra que houve redução da policultura de atividades destinadas ao mercado. Os dados históricos apontam que no ano de 1990 apenas 7% das propriedades agrícolas desempenhavam apenas uma atividade agropecuária com finalidade de renda enquanto, no ano de 2010 essa parcela alcança 29%, contrastando com o percentual de propriedades com quatro rendas agropecuárias, que sofreram uma redução nos últimos vinte anos de 20% para apenas 5%.

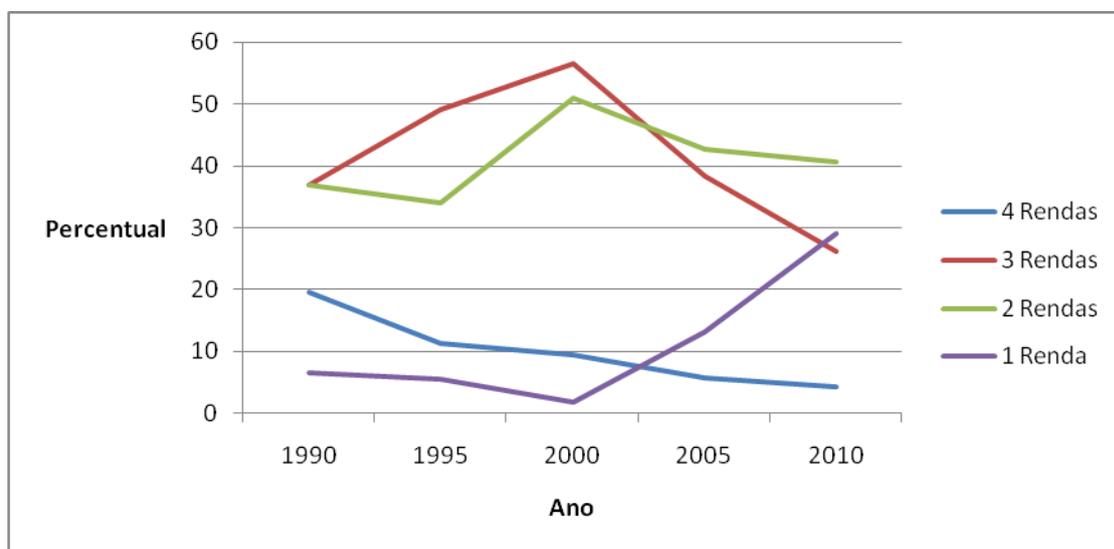


GRÁFICO 11: Evolução histórica do número de rendas agropecuárias nas propriedades com rendas agropecuárias (1990-2010).

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Percebemos também que as propriedades com três atividades agropecuárias, que no ano de 1990 correspondiam a aproximadamente 38%, tiveram uma ascensão até o ano 2000, alcançando um índice de 57%, e posteriormente, sofreram redução para 38% no ano de 2005, e 26% no ano de 2010.

A esse comportamento, atribuímos a evolução da pecuária leiteira no município, tanto em número de propriedades (Quadro 30) como, e principalmente,

no aumento da produção por propriedade, tendo em vista que essa atividade se formou a partir de um processo gradual dentro das mesmas, passando de produção de subsistência para uma atividade vinculada ao mercado. Assim, temos um aumento progressivo de tempo, área agricultável e número de animais destinados à pecuária leiteira dentro das propriedades.

Ainda é importante salientar que o acesso ao crédito rural até a primeira metade da década de 1990 era bastante reduzido e a juros mais altos que os atuais, vindo a tornar-se mais acessível e a juros subsidiados a partir da implantação do PRONAF. Contudo, de acordo com os entrevistados, até o início da década de 2000, a grande maioria das propriedades onde ocorre a pecuária leiteira, formaram seu plantel a partir de criação própria e com a compra de animais com capital de outras atividades, principalmente da fomicultura, vindo a utilizar largamente as linhas de financiamento – na modalidade investimento – a partir do ano de 2002.

Em relação à dinâmica das atividades agropecuárias nos últimos 20 anos, elaboramos o gráfico 12 que aponta claramente a opção dos agricultores pela pecuária leiteira em detrimento de outras atividades, principalmente a partir do ano 2000.

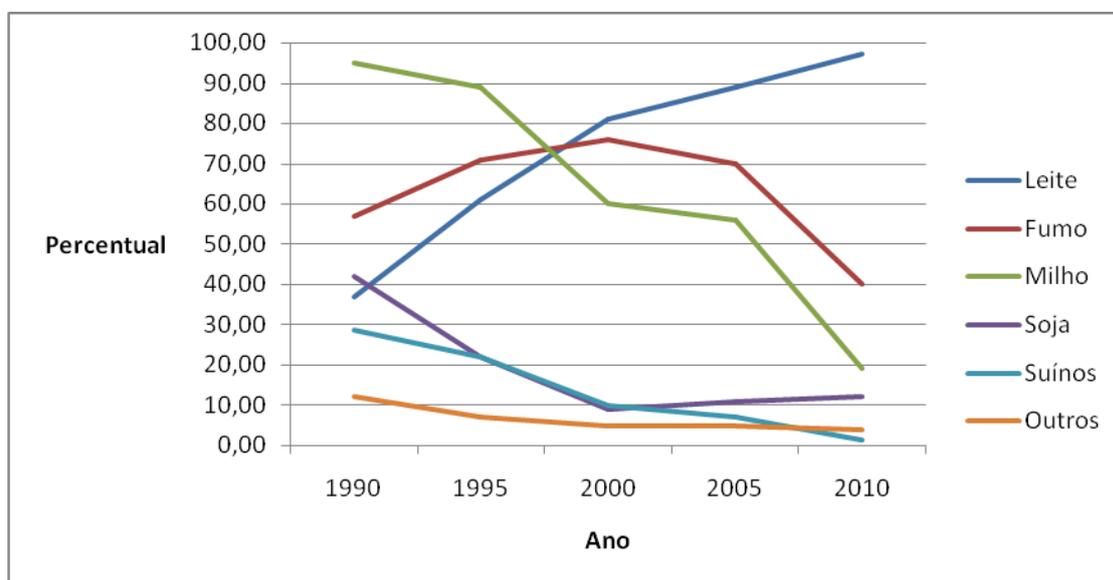


GRÁFICO 12: Dinâmica histórica das principais atividades agropecuárias (1990-2010).

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Dentre as atividades agropecuárias, percebemos que o milho foi a que sofreu maior redução nas últimas décadas. Contudo, é importante ressaltar que a produção

de milho aqui considerada, refere-se apenas a área colhida, enquanto o IBGE considera, também, a área plantada. Essa diferença de dados está, principalmente, relacionada à produção leiteira, pois na grande maioria das propriedades que possuem plantel destinado à produção leiteira, o milho é plantado para a produção de silagem para a alimentação animal. A opção por este cereal na alimentação, além do potencial nutritivo, está atrelada a condição de financiamento agrícola via PRONAF.

De acordo com um entrevistado, o milho bom para a silagem é o mesmo que produziria bastantes grãos. Se financiado, em uma possível frustração de safra por estiagem, o milho não é colhido para a silagem deixando a produção para a colheita em grãos, o que dá possibilidade de cobertura pelo seguro agrícola (PROAGRO e PROAGRO MAIS), que, além do capital financiado, cobre parte dos investimentos próprios utilizados na produção, além do mesmo contar com a política de preço mínimo para o pagamento do custeio bancário.

Logo, as lavouras destinadas ao cultivo do milho não tiveram significativa redução, apenas sofreram nova destinação, que antes era a venda e a suinocultura e, agora é predominantemente para a produção de silagem. Aliás, a produção de silagem antecipa-se ao ponto de maturação para a produção de grãos, o que também dá margem de tempo para uma segunda safra no ano.

Quanto à fomicultura, ela é responsável pela maior renda agropecuária aferida nas propriedades onde é desenvolvida (Quadro 30). Contudo, desde o início da década de 2000, quando encontrava-se presente em cerca de 76% das propriedades, vem sofrendo continuo abandono, estando atualmente presente em 40% das propriedades agrícolas entrevistadas (30 propriedades).

Atividade Agropecuária	1ª Renda	2ª Renda	3ª Renda
Leite	42	31	...
Fumo	30
Milho	2	12	...
Soja	1	8	...
Suínos	...	1	...
Feijão	1
Outros	2
Total	75	52	3

QUADRO 30: Distribuição das atividades agropecuárias por importância na composição da renda.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

A essa redução, o fator renda não pode ser considerado como principal motivo do abandono. De acordo com os entrevistados que abandonaram a produção fumageira, o principal motivo é a mão de obra que a cultura demanda, principalmente na época da colheita.

De acordo com um produtor, na época da colheita são necessários no mínimo 4 (quatro) pessoas envolvidas e o trabalho requer bastante esforço físico no transporte e na pendura do fumo para a secagem. Além de o trabalho ser bastante manual, o tempo de colheita é bastante restrito, como declarou o agricultor.

Se passar do tempo certo da colheita se perde muito fumo na roça. Para o trabalho correr bem, tem que o tempo colaborar também. Se chover não dá para colher e se faltar chuva depois da poda, o fumo amadurece forçado tudo em uma vez [...] mesmo assim a colheita tem que ser feita tudo em, mais ou menos, um mês, – do plantado primeiro e do plantado por último - porque o fumo tem o tempo certo de plantar, de podar e, depois de feita a poda o tempo tem que correr muito bem pra ele agüentar 55 ou 60 dias na roça. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

Durante as entrevistas, 7 (sete) famílias disseram ter a intenção de abandonar a cultura de fumo já no ano de 2011. Todas têm a pecuária leiteira como segunda renda e todas, também, disseram que a intenção é destinar maior investimento a esta.

Dentre as propriedades produtoras, a que possui menor área plantada produz anualmente 20 mil pés de fumo (aproximadamente 1,3 hectares) e, a maior plantação é de uma propriedade com 60 mil pés (correspondendo a 3,6 hectares). Contudo, a média de plantação é de 28 mil pés por propriedade, o que de acordo com a média de renda declarada pelos produtores, corresponderia a R\$ 12.190,00 ao ano.

3.6.1. Características da produção leiteira nas propriedades

A importância da pecuária leiteira no município, aqui até agora meramente tratada por aspectos de evolução frente às demais atividades agropecuárias, certamente merece estudos mais aprofundados, inclusive ao que se refere à renda aferida pelos agricultores nessa atividade.

Contudo, como as rendas e ocupações agropecuárias são partes importantes dessa pesquisa, não poderíamos deixar de abstrair informações a respeito do tema.

Em relação à renda advinda da atividade, procuramos calcular junto com o produtor o custo e o lucro aproximado do litro de leite, utilizando para isso as informações do agricultor e, como subsídio, a tabela de custos de produção elaborada pela EPAGRI (apresentada no capítulo II desse trabalho).

Devido às variações anuais do preço pago ao produtor e dos insumos utilizados, a base de cálculo foi a dos preços pagos no mês de outubro de 2010.

Considerando o fato de que a produção se organiza de diferentes formas, principalmente ao que concerne a alimentação animal, chegamos a diferentes margens de lucratividade por litro de leite vendido, variando de 15% a 28% (excluindo do cálculo a mão de obra da família proprietária).

Diante do exposto, optamos por descrever duas entrevistas realizadas com produtores.

Na escolha das propriedades analisadas, levou-se em consideração a diferenciação de maior e menor aplicação de capital nos itens de custo de produção por animal. Embora esse critério não signifique, necessariamente, maior tecnologia empregada, nesse caso a disparidade entre as propriedades nos permite identificá-las por esse aspecto e, assim as definiremos.

3.6.1.1. Características da propriedade com maior tecnologia aplicada na produção

A propriedade com maior tecnologia possui apenas 7 hectares de terra própria, sendo adquirida via crédito fundiário no ano de 2005, faltando ainda 13 parcelas anuais de valor aproximado de R\$ 2.100,00 cada. O proprietário de 35 anos é casado. Além dele a família é composta pela esposa de 37 anos e duas filhas, uma de 5 anos e outra de 3 meses de idade. Também residem na propriedade um casal de empregados, – ele com 32 e ela com 29 anos.

Além da propriedade, ainda são arrendados mais 17 hectares através de 3 contratos de arrendamentos de terras confrontantes, e; mais a propriedade do pai do proprietário, distante 4 quilômetros, de 12 hectares, perfazendo no total de áreas – própria, arrendadas e parceira – de 36 hectares.

As áreas arrendadas são exclusivamente para a produção de silagem de milho. Aos arrendatários são pagos o valor de 40 sacas de milho por hectare/ano. A média de produção é de 90 toneladas ano/ha, sendo realizadas duas colheitas por

ano. Na área da propriedade dos pais, são criadas as novilhas que servirão ao plantel.

O manejo do plantel produtivo é todo realizado na propriedade do residente. A produção é semi-confinada, no entanto a alimentação é realizada em galpão específico, possuindo apenas um pequeno piquete de aproximadamente 1 hectare cercado para caminhada dos animais. O restante da área é utilizada para a produção de feno a partir do cultivo de gramíneas, totalizando aproximadamente 5 ha para essa finalidade.

O plantel de vacas é atualmente de 62 animais, sendo que 50 estão em lactação. Na propriedade do pai do produtor, estão mais 55 novilhas. Todos os animais são da raça jersey de origem pura (P.O.). A formação do atual plantel provém da aquisição de 50 novilhas no ano de 2005. O capital investido na compra foi de aproximadamente 50% de recursos próprios, provindo da venda de outras vacas; aproximadamente 30% de investimento de um irmão residente na cidade (vendedor de produtos agro veterinários), que também é parceiro na produção, e; o restante financiado via crédito agrícola (PRONAF). O valor médio de cada animal na compra equivaleria atualmente a aproximadamente R\$ 3.000,00. O restante é de produção própria, garantindo a certificação da raça por inseminação artificial, custando em média R\$ 80,00 a dose de sêmen.

A infra-estrutura da propriedade conta com uma sala de ordenha equipada e barracão no valor de R\$ 40.000,00; tanque de armazenamento de leite no valor de R\$ 15.000,00; galpão de armazenamento de ração e feno avaliado em R\$ 15.000,00, todos quitados, além de equipamentos agrícolas: 2 tratores; 1 ensiladeira; 1 carretão reboque; 1 roçadeira, 1 enfardeira e 1 enleiradeira para feno, e; 1 plataforma de carga para trator, totalizando R\$ 240.000,00, cuja aquisição, exceto um trator avaliado em R\$ 30.000,00, é fruto de financiamento bancário ainda não quitado, restando aproximadamente 60% do valor a pagar.

As vacas em idade produtiva são divididas em 2 (dois) lotes, sendo os animais distribuídos da seguinte forma: lote 1 – correspondente as vacas com até 60 dias de lactação; e, lote 2 – onde se incluem as vacas com período de lactação superior a 60 dias e as não produzindo temporariamente.

A razão para esta segmentação é, sobretudo, a alimentação do plantel, discriminada no quadro 31.

Segmentação	Ração (kg)	Silagem (kg)	Feno (kg)
Lote 1	8	25	1,5
Lote 2	6	20	1,5
Novilhas	-	2	8 a 10

QUADRO 31: Alimentação diária na produção de leite com maior tecnologia aplicada.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

A produção média por vaca em lactação é de 23 litros/dia, totalizando uma produção mensal de aproximadamente 34.500 litros de leite.

O custo de produção por litro de leite fora calculado pelos proprietários em R\$ 0,43, excluindo seu trabalho, desgaste das máquinas e financiamentos bancários de investimento. O preço de venda por litro foi, naquele mês, de R\$ 0,78, porém esse preço varia de acordo com o período do ano, tendo alcançado no ano o valor máximo de R\$ 0,92.

Com base no mês da entrevista, os proprietários declararam que o lucro naquele mês foi de R\$ 11.700,00, divididos igualmente entre a família do proprietário entrevistado, a família de seu irmão residente na cidade e a família paterna (parceiros na produção).

De acordo com o proprietário entrevistado, a produção e o custo de produção não variam muito no decorrer do ano por questões ambientais, como ocorre nas propriedades que utilizam pastagens de inverno e de verão, pois a alimentação é sempre a mesma: silagem de milho, feno de tifton (gramínea), farelos de soja e trigo, o que segundo ele, é imprescindível para a manutenção do plantel (saúde e produção).

O custo de depreciação das máquinas agrícolas, assim como o valor de financiamento destes, é deduzido na venda de horas/máquina para terceiros na produção de feno de pastagens de inverno (azevém e aveia). Segundo o entrevistado, a colheita de feno é realizada “à meia”, no entanto a parte cabida pela prestação de serviço não é destinada à alimentação do plantel, e sim, vendida para terceiros.

No ano de 2009, a parte colhida recebida em forma de pagamento foi de 30.000 fardos de feno, vendidos a R\$ 4,00 cada, perfazendo um montante de R\$ 120.000,00. Calculado o preço de custo do trabalho prestado em 60% (já deduzido o custo de depreciação), restaram em torno de R\$ 48.000,00, que de acordo com o

entrevistado serve para o pagamento de prestações do financiamento das máquinas.

Questionado sobre as pretensões futuras da propriedade quanto à produção agropecuária, o entrevistado diz que a única alternativa viável é continuar com a pecuária leiteira. De acordo com ele, a organização atual da produção comporta 120 vacas em lactação, número que pretendem alcançar em, no máximo, dois anos. Questionado sobre a estrutura produtiva estar bastante atrelada ao arrendamento de terras e estas não contar com garantias maiores que os contratos temporários, o produtor diz não preocupar-se com isso em um curto prazo, pois há muitos proprietários querendo arrendar terras devido ao baixo rendimento das atividades agrícolas e redução da mão-de-obra das famílias, mas, no entanto, após completar o plantel pretendido e quitar os financiamentos atuais, há pretensão de compra de uma nova área:

[...] o que dificulta a compra é que as terras boas e que são perto da minha, estão custando hoje R\$ 20.000,00 o hectare. Se tivermos que desembolsar R\$ 200.000,00 para comprar 10 hectares hoje, ficamos sem dinheiro para investir na produção.... arrendar as terras é bom negócio para nós e para quem arrenda, porque plantar milho ou soja não paga a renda que nós pagamos. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

3.6.1.2. Características de uma propriedade com menor tecnologia

A propriedade de 12,1 hectares também fora adquirida no ano de 2000 via crédito fundiário, restando ainda para sua quitação 10 (dez) parcelas anuais de aproximadamente R\$ 2.050,00. Nela reside um casal: ele com 50 anos e ela com 56 anos de idade. Atualmente a única fonte de renda agrícola da propriedade é a pecuária leiteira, iniciada no ano de 2005 com a aquisição de 3 (três) vacas via crédito agrícola e 2 (duas) adquiridas com recursos próprios. O plantel hoje conta com 9 (nove) vacas, sendo 7 (sete) em lactação e, 3 (três) novilhas, todas mestiças mas com predomínio da raça holandesa. Até o ano de 2005 o proprietário plantava fumo e milho para a venda, abandonando a fumicultura quando a última das quatro filhas saiu da propriedade. Atualmente o proprietário financia a plantação de 4 (quatro) hectares de milho, sendo que 1 (um) hectare é destinado a produção de silagem e o restante é colhido em espiga para o trato das vacas, novilhas e demais

animais (suínos e aves para o consumo próprio e, junta de bois para o trabalho). Para o plantio e colheita, são utilizadas em torno de 12 (doze) horas/máquinas que o proprietário paga para terceiros.

Da área total, apenas 6 (seis) hectares são aproveitados para a agricultura, sendo que o restante está situado em área com bastante declividade.

A propriedade conta para a produção leiteira com um estábulo equipado com uma ordenhadeira e um resfriador de taros, avaliados pelo produtor em R\$ 2.200,00.

A produção mensal de leite é de aproximadamente 1500 litros, o que corresponde a uma média diária por vaca de 7,1 litros. A base da alimentação animal são as pastagens temporárias, complementada com silagem de milho. A proporção de silagem varia com a disponibilidade de pasto, ficando em torno de 8 kg diários por vaca. Na hora da ordenha a alimentação é complementada com farelo de trigo misturada a milho moído em espiga, numa proporção de 2 kg de milho moído/0,5kg de farelo de trigo por dia.

O custo de produção, considerando apenas o custo variável, foi estimado em R\$ 0,35 por litro de leite. No mês atual foram vendidos 1500 litros com preço de venda de R\$ 0,60 por litro, aproximando uma renda de R\$ 525,00. De acordo com o produtor:

[...] o preço está muito bom, mas teria que baixar mais para tirar o grande (produtor) da competição. Eles, em dois meses, colocam 50 vacas produzindo com ração. Assim, logo vão começar exigir dos pequenos que coloquem sala de ordenha, resfriador de expansão e depois o preço cai por que tem muito leite. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

Questionado sobre pretensões futuras para a propriedade, o entrevistado diz não querer investir mais na produção, mas não vai abandonar pois é a única que dá uma renda boa.

[...] vou continuar com o leite até pagar a terra. Minha mulher é aposentada e minhas filhas estão todas bem [...] não quero sair daqui. Sempre vivi aqui trabalhando de agregado agora que tenho a terra não vou sair. Se ficar doente ou preciso ir para a cidade, é perto. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

3.7. RENDAS DOS DOMICÍLIOS

3.7.1. Rendas agrícolas

Embora a fumicultura seja a atividade que representa maior renda agrícola nas propriedades onde ela é desenvolvida, as três maiores rendas aferidas por propriedade (quadro 30), são daquelas onde a pecuária leiteira tem papel principal na composição da renda familiar.

Isso se explica, em parte, pela limitação das áreas destinadas ao plantio de fumo frente à disponibilidade de mão de obra, ou seja, uma família que tem mão de obra suficiente apenas para plantar 30.000 pés de fumo, terá que aumentar substancialmente a mão de obra utilizada se decidir plantar 60.000 e isso, devido ao período de plantio e colheita ter uma época certa e relativamente curta, além do trabalho requerer bastante esforço físico (aplicação de agrotóxicos com máquina costal, corte, transporte e pendura) e prática manual (despenca, amarração das folhas e confecção de fardos).

Na pecuária leiteira, a possibilidade de aumento de produção está muito mais atrelada à infra-estrutura da propriedade do que no tempo de trabalho gasto por um trabalhador, não sendo diretamente proporcional a quantidade de animais e o aumento da força de trabalho utilizada, ou seja, uma propriedade que possui um plantel de 10 vacas e infra-estrutura para 20, não terá que dobrar o tempo trabalhado caso alcance esse número de animais. Em outras palavras a relação da fumicultura e da pecuária leiteira com a propriedade é que, a fumicultura apresenta melhor rendimento por área utilizada e a pecuária leiteira (considerando os índices de produtividade local) pela força de trabalho empregada.

Nesse sentido, se considerarmos somente as propriedades onde exista pelo menos uma pessoa ocupada integralmente em atividades agropecuárias (Pessoa Economicamente Ativa incluída na faixa etária de 15 a 59 anos, incluindo as com aposentadorias ou pensão por morte do cônjuge), a média de pessoas ocupadas por propriedade é de 2,37 pessoas (168 pessoas/71 propriedades). No entanto, nas propriedades onde a fumicultura é desenvolvida, essa média é de 3,03 pessoas (91 pessoas/30 propriedades), e em 29 dos 30 casos onde ela ocorre, a pecuária leiteira é a segunda renda familiar.

Ainda em relação às principais rendas agropecuárias constantes no quadro 30, a produção de grãos ocorre em 23 propriedades, onde, a produção de milho ocorre em 14 (quatorze) propriedades e a soja em 9 (nove). Embora ambas as culturas tenham apresentado abandono de grande parte das propriedades entrevistadas, cujo principal motivo é a renda proporcionada, elas apresentam motivos diferenciados para o plantio naquelas que ainda se dedicam a essas culturas.

No caso da produção de milho, nas duas propriedades onde ela é a principal renda agropecuária, as famílias são pluriativas, sendo que em uma delas nenhuma pessoa ocupa-se integralmente com a atividade agrícola, cuja família é constituída por apenas duas pessoas – um homem, empregado em serviço público, e uma mulher aposentada – e, em outra, apenas uma mulher ocupa-se nos serviços domésticos e agrícolas e dois homens (filhos) trabalham em atividades não agrícolas (transporte de leite e borracharia). Dessa forma, a produção de milho é considerada por essas famílias, uma forma de conseguir uma renda extra sem a necessidade de muita mão de obra. Nas propriedades onde o milho se constitui em uma segunda renda (12 propriedades), em um caso o plantio é feito após a colheita do fumo (na mesma área), e nas demais (11 propriedades) ele é cultivado principalmente para a utilização como silagem, sendo o excedente vendido em grãos.

Das 11 (onze) propriedades em que o milho é utilizado para a silagem e o excedente vendido, 8 (oito) fazem uso do crédito agrícola (PRONAF) para o plantio. De acordo com os entrevistados, a utilização do crédito é um instrumento importante para a pecuária leiteira, pois além do juro ser barato, em caso de estiagem, pode-se contar com a cobertura do seguro agrícola, o que não ocorre caso o agricultor plante somente com recursos próprios.

Ao que se refere o plantio de soja, na propriedade onde ela é a principal renda agropecuária da família, a plantação é feita em uma área de 25 hectares não contínua à propriedade onde se encontra o domicílio (esta de 8 hectares). Segundo o agricultor, devido a distância entre as propriedades (2 quilômetros), a soja é a alternativa mais rentável para a propriedade, uma vez que esta possui maquinários (trator, plantadeira, pulverizador). Contudo, a família está investindo na produção de leite e, de acordo como o entrevistado, assim que houver necessidade de utilização de mais áreas para a plantação de pastagem para produzir feno e milho para

silagem (além dos oito hectares onde se encontra o domicílio), parte dessa propriedade será utilizada.

Em relação às outras 9 (nove) famílias que tem a plantação de soja como segunda renda, 3 (três) delas utilizam-se de áreas arrendadas de terceiros e de maquinário próprio para o plantio e, em um caso, para a colheita também. Embora considerem baixo o rendimento, dizem fazê-lo para aproveitar o tempo vago das máquinas. Nas outros 6 (seis), os agricultores o fazem somente na propriedade da família, sendo que, destas, 3 (três) possuem tratores e 3 (três) pagam horas/máquina para plantar e colher. Segundo um entrevistado, a opção pela soja em relação à outra cultura, deve-se pelo fato de esta ter custo de produção menor que o milho e, geralmente, propiciar renda maior.

Embora apenas uma propriedade entrevistada tenha a suinocultura na composição das rendas agropecuárias, esta ocorre em pelo menos mais 6 (seis) propriedades do município. De acordo com o entrevistado que compõe a amostra, a suinocultura não é viável economicamente para um agricultor que se dedique somente a ela. Segundo o agricultor, em sua propriedade a suinocultura é desenvolvida no ciclo completo (com seis matrizes), sendo que em alguns lotes vendidos, o custo da produção empata com a renda proveniente da venda, contudo, a utilização do esterco na propriedade como fertilizante compensa a produção. Para o produtor, a cooperativa ao qual é integrado, força a sua desistência. Nas palavras do mesmo:

[...] eles (a cooperativa) ficam pedindo para eu fazer um chiqueiro maior e só fornecer leitão. Sempre atrasam o carregamento, e agora que eu tive que renovar a licença ambiental, fizeram ela só por um ano, isso por que eu “corri” até São Miguel do Oeste na FATMA (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente) para fazer. Se dependesse do técnico (técnico agropecuário da cooperativa) eu não ia conseguir. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

Descrição semelhante ocorrera em outra entrevista onde o agricultor cooperativado manifestara intenção de construir um chiqueiro. De acordo com o mesmo, no ano de 2008 ele havia solicitado que um técnico viesse a sua propriedade para ver se era possível a construção de um chiqueiro com a estrutura de dois galpões de fumo que o mesmo tinha disponível. Após um mês da solicitação a resposta da cooperativa foi positiva, desde que o mesmo fizesse dentro das

normas estabelecidas pela cooperativa e engordasse lotes de 350 suínos (unidade de terminação). Contudo, logo após, o técnico pediu para que ele aguardasse passar a “crise de exportação” estabelecida pelo embargo imposto pela Rússia ao estado. No ano seguinte, quando solicitou novamente a possibilidade de construção da unidade de terminação, a cooperativa se manifestou dizendo que só aceitaria se o mesmo construísse a mesma com estrutura pré-moldada, sem poder utilizar a estrutura dos galpões, e o fizesse para a engorda de 500 suínos, alegando que sua propriedade era distante das vias asfaltadas e para trazer ração teria que ser uma quantidade que fechasse uma carga completa.

Nas palavras do entrevistado:

Eu sempre gostei de criar porco. Eu só parei quando a Cooper São Miguel faliu (início da década de 1990). Agora eu queria criar novamente, nem que não desse muito lucro, por que eu tenho vinte hectares de terra e cinco é pastagem para as vacas, só com o esterco eu adubava tudo. Mas desse jeito não dá. Ia passar a vida pagando o chiqueiro. (Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010).

Entre as rendas apontadas como as terceiras rendas das propriedades rurais, o feijão é cultivado em apenas uma propriedade, sendo cultivado em aproximadamente 1 (um) hectare, cuja renda proveniente declarada pelo entrevistado é de, aproximadamente, R\$ 1.300,00 anuais. A venda do produto é feita diretamente para mercados e, em menor quantidade, diretamente para consumidores.

As outras duas rendas que compõe o quadro X como terceira renda das famílias entrevistadas, denotam a pluriatividade por *diversificação produtiva incluindo “novas” atividades*.

Em uma das propriedades, a diversificação ocorre com a produção de mel, cuja renda provém da venda do produto para uma associação de produtores de mel composta por apicultores de municípios da região extremo oeste de Santa Catarina (Princesa, São José do Cedro, Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira) e Sudoeste do Paraná (Barracão, Bom Jesus do Sul e Santo Antonio do Sudoeste). De acordo com o entrevistado, sua produção anual é de aproximadamente 450 Kg, vendidos a R\$ 5,00 o quilo. Dessa forma, descontando os investimentos na produção (colméias principalmente), sua renda anual com o produto é de aproximadamente R\$ 1.800,00.

Para o agricultor, a produção vale a pena, pois não requer muitos investimentos e tempo dedicado na produção, destacando, contudo, que o aumento da produção depende muito de fatores naturais, e que a ampliação da produção depende de conseguir novos enxames – cada ano mais difíceis de conseguir somente por atração nas colméias – e que não possui assistência técnica para reproduzir dos existentes.

A outra renda que caracteriza a pluriatividade das famílias que compõe a amostra é a piscicultura, desenvolvida em uma propriedade em parceria com um proprietário de pesque-pague do município de Chapecó. A produção reside na engorda de alevinos até o ponto de abate e depois destinados à área de camping parceira. Pela produção, o proprietário recebe R\$ 0,30 por quilo de peixe, sendo que a ração utilizada na alimentação é fornecida pelo comprador, ficando o proprietário somente responsável por dosá-la diariamente. Segundo o proprietário entrevistado, a renda média anual da atividade é de aproximadamente R\$ 4.500,00, sendo composta pela produção vendida e de R\$ 280,00 mensais que o agricultor recebe nos meses em que é necessário fazer a alimentação dos peixes.

Considerando o exposto, o quadro 32 fora organizado com o objetivo de demonstrar o peso econômico das atividades agropecuárias na composição da renda familiar. É possível constatar que dentre as famílias com menor renda agrícola, a pluriatividade derivada de atividades não agrícolas desenvolvidas fora da propriedade é relativamente maior que nas outras classes.

Renda Agrícola Familiar Mensal	Total de Famílias	Famílias com Aposentadorias e/ou Pensões	Famílias com Atividades Não-agrícolas
De R\$ 130,00 a R\$ 300,00	7	2	4
de R\$ 301,00 a R\$ 500,00	8	4	2
de R\$ 501,00 a R\$ 700,00	3	1	1
de R\$ 701,00 a R\$ 1.000,00	7	2	3
de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	14	5	6
de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	14	6	5
de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	9	2	3
de R\$ 2.501,00 a R\$ 3.000,00	3	-	-
de R\$ 3.001,00 a R\$ 3.500,00	4	1	1
de R\$ 3.501,00 a R\$ 4.000,00	2	-	-
de R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	2	-	1
de R\$ 5.000,00 a R\$ 6.000,00	1	-	-
de R\$ 6.501,00 a R\$ 7.000,00	0	-	-
de R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00	1	-	-
Total	75	23	26

QUADRO 32: Renda agropecuária das famílias entrevistadas.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Se considerarmos a renda per capita de cada trabalhador ocupado exclusivamente na agricultura e sem rendas provenientes de aposentadorias ou pensões (PEA com mais de 15 e menos de 60 anos), observa-se que 51,65% das pessoas incluídas nessa segmentação recebem menos de um salário mensal, em números absolutos esse dado corresponde a 84 pessoas distribuídas em 34 famílias. Contudo, desse número de famílias, 12 possuem membros ocupados em atividades fora da propriedade. No entanto, deve-se considerar o fato de que o número de pessoas com menos de um salário só não é maior, por que sete pessoas declaram-se desempregadas.

O quadro 33 apresenta a estratificação da renda agrícola per capita.

Renda Per capita Agrícola	Número de Pessoas	Total de Famílias	Famílias com rendas não agrícolas
de R\$ 121,00 a R\$ 300,00	23	11	3
de R\$ 301,00 a R\$ 500,00	43	16	7
de R\$ 501,00 a R\$ 700,00	45	17	2
de R\$ 701,00 a R\$ 1.000,00	20	9	3
de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00	15	9	3
de R\$ 1.500 a R\$ 2.000,00	9	4	1
de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00	4	3	2
de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00	3	2	1
Total	162	71	22

QUADRO 33: Renda per capita das pessoas com dedicação exclusivamente agrícola na propriedade.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Os dados apresentados no quadro 44 revelam que quatro famílias com rendas agropecuárias não possuem nenhum membro da família, incluídos na faixa de População Economicamente Ativa aqui considerada, com dedicação exclusivamente agrícola, sendo que em ambos os casos as famílias são compostos por pessoas aposentadas acima de sessenta anos e trabalhadores que combinam atividades não agrícolas fora da propriedade com atividades agrícolas (trabalhadores agrícolas em tempo parcial).

3.7.2. Rendas não agrícolas

As rendas das famílias com atividades agropecuárias advindas de ocupações de um ou mais membros da família fora da propriedade, é a forma mais recorrente

de pluriatividade no município de Princesa, ocorrendo em 26 das 75 famílias entrevistadas.

As ocupações fora da propriedade, agrupadas em classes, estão representadas no quadro 34, onde percebe-se claramente o predomínio da indústria, dos serviços públicos e demais serviços.

Atividade	Número de Trabalhadores	Menor Renda (R\$)	Maior Renda (R\$)	Renda Média (R\$)
Servidor Público	11	550,00	2000,00	1012,50
Indústria	11	740,00	1350,00	835,90
Serviços	10	450,00	2000,00	1118,75
Empregado Rural	3	500,00	800,00	700,00
Comércio	3	850,00	1000,00	950,00
Empregado Doméstico	1	350,00	350,00	350,00
Total	39	350,00	2000,00	944,31

QUADRO 34: Ocupações fora da propriedade por classe.

Fonte: Trabalho de campo realizado de abril a outubro de 2010.

Embora a ocupação de empregado rural apresente apenas três pessoas ocupadas, não deixa de ser uma surpresa, assim como a remuneração recebida, diante do cenário atual. Contudo, as relações de trabalho dessas pessoas ocupadas devem ser levadas em consideração.

Dos três casos apontados de empregados rurais, dois formam um casal, (ele com 32 e ela com 36 anos) e trabalham em uma propriedade na produção leiteira. Recebem como remuneração R\$ 1.200,00. No entanto, a renda per capita do casal foi considerada pelo mesmo como de R\$ 800,00, pois grande parte das despesas com alimentação é paga pelo empregador. Possuem uma propriedade de 2,1 hectares onde residem e produzem parte da alimentação. A condição de proprietário rural também serve para fins de contribuição com a previdência social do casal e para conseguir crédito rural, pois não possuem vínculos de emprego. Consideram a renda muito boa e não pretendem sair da atividade atual em um curto prazo, pretendendo, no entanto, adquirir nova área de terra via crédito fundiário e trabalhar por conta própria com pecuária leiteira. O segundo caso observado de empregado rural, o trabalhador, de 34 anos, reside em sua propriedade de 2,8 hectares, ocupando-se em uma propriedade vizinha em atividades inerentes à pecuária leiteira e produção de fumo. Como o serviço é sazonal, recebe em média R\$ 500,00 mensais e, não possui vínculo empregatício. Em sua propriedade também se dedica

à produção de fumo, e entende sua ocupação fora dela como a principal renda da família, existindo, contudo, a pretensão do mesmo em fazer uso do crédito fundiário para adquirir nova área de terra e trabalhar tão somente por conta própria.

Os trabalhadores que formam o grupo dos servidores públicos é composto por: quatro professores, dois motoristas, dois agentes de saúde, uma auxiliar de enfermagem, um trabalhador de serviços gerais e uma auxiliar de dentista. A idade média desses é de 27 anos. A maior renda desse grupo é de R\$ 2.000,00 e a menor R\$ 550,00. Destes, três são casados, formando a família nuclear. Do total de onze, seis possuem ou estão concluindo o ensino superior. Todos consideraram, embora algumas respostas foram de membros da família, sua renda maior na atividade atual do que atividade agrícola dos demais membros da família.

Perguntados se a renda da propriedade se equivalesse à renda atual, qual ocupação escolheriam, em todos os 9 casos em que foi possível fazer o questionamento a resposta foi a ocupação não-agrícola.

De acordo com um entrevistado, sua ocupação atual, além da estabilidade no emprego, em longo prazo é mais atrativa, pois garante benefícios como plano de saúde e previdência complementar, enquanto na agricultura os lucros são cada vez menores e a exigência de investimento em tecnologia é cada vez maior.

Questionados se deixariam o domicílio diante da possibilidade de maiores ganhos na mesma ocupação em outro local, as respostas foram às seguintes: três planejam fazê-lo em breve, mesmo sem maior remuneração; dois responderam que o fariam pela mesma remuneração caso pudessem optar por outra cidade; um respondeu que apenas está esperando sua mãe se aposentar por idade (dentro de um ano), para mudar-se para a cidade, e; três permaneceriam na propriedade, pois consideram que o custo de vida aumentaria muito fora dela.

Dessa forma, concluímos que a pluriatividade resultante das ocupações em serviços públicos, está principalmente relacionada a motivos ocupacionais e não necessariamente motivado por aqueles inerentes à produção agrícola (baixa renda principalmente), uma vez que grande parte desse grupo busca maior qualificação e é composto por pessoas jovens e solteiras, logo, o domicílio serve principalmente como forma de contenção de despesas. Consubstanciando esta informação, apenas dois trabalhadores desse grupo combinam atividades agrícolas com não-agrícolas (agricultor em tempo parcial).

Os empregados em atividades industriais, todos trabalham na produção, sendo que cinco trabalham em fábricas de móveis, na cidade de Princesa; cinco em uma empresa de laticínios na cidade de São José do Cedro, e; um em uma unidade de resfriamento de leite na cidade de Princesa.

A maior renda do grupo é de R\$ 1350,00 e a menor de R\$ 740,00. Em todos os casos, embora as respostas na maioria deles tenham partido de membros da família, essa renda é superior as agrícolas do domicílio onde residem.

Em relação à formação escolar desse grupo, um possui o ensino fundamental; oito o ensino médio, e; dois estão cursando nível superior. A idade média dos trabalhadores é de 25 anos.

Ao que se refere à relação das ocupações não-agrícolas e as propriedades/domicílios rurais, entrevistamos cinco trabalhadores, e obtivemos as seguintes informações: dois trabalham em laticínios durante a noite e ajudam na propriedade durante o dia, considerando a renda do trabalho fora da propriedade superior, no entanto somente a fazem como complemento. Se tivessem que optar por uma ou outra, ficariam na agricultura pela qualidade de vida ser melhor e serem responsáveis pela família; dois trabalham em fábrica de móveis e consideram a propriedade apenas como domicílio e sua renda superior aos demais membros da família. Ambos pretendem, mediante financiamento, construir residência na cidade, e; um ocupado em laticínios pretende concluir o ensino superior e mudar-se para a cidade, considerando o domicílio rural como uma forma de contenção de gastos e o trabalho como forma de ajudar no custo dos estudos (mensalidade, materiais, transporte).

Dessa forma, a pluriatividade decorrente das ocupações em indústrias está fortemente atrelada à queda de rendimentos proporcionada pela agricultura e decorre principalmente pela proximidade dos domicílios rurais com as cidades onde estão instaladas as unidades industriais e, essas por sua vez, são predominantemente vinculadas às atividades agrícolas, no caso específico, ao *complexo agroindustrial incompleto* do leite.

O grupo de trabalhadores ocupados no setor de serviços destaca-se dos demais pela combinação mais freqüente de atividades agrícolas e não-agrícolas por um mesmo trabalhador, ocorrendo em cinco dos dez casos observados. Este aspecto está relacionado, principalmente, à condição de chefe de família do trabalhador – quatro casos dos cinco aqui assinalados. Contudo, em apenas um

caso a renda agropecuária foi considerada superior à renda não agrícola (R\$ 450,00), esta derivada de serviços prestados a conserto de máquinas agrícolas (motores, motosserras, bombas d'água etc.). Ainda como particularidade, podemos destacar a idade média desse grupo superior aos demais – média de 30 anos, prevalecendo a faixa etária de 25 a 35 anos; a formação escolar – 2 pessoas com ensino médio completo, 4 com ensino fundamental completo e 4 com ensino fundamental incompleto e; ser composto exclusivamente de pessoas do sexo masculino.

Excetuando o primeiro caso já assinalado acima, os demais onde a pluriatividade se caracteriza pela prestação de serviços, os trabalhadores se ocupam de atividades não-agrícolas da seguinte forma:

- três trabalham por conta própria (informal) na construção civil, cuja renda média mensal declarada é de aproximadamente R\$ 1.600,00;
- dois são motoristas de caminhão, sendo um por conta própria mas com vínculo de contrato com uma laticínios, e outro empregado, sendo que ambos atuam na coleta de leite nas propriedades rurais e transporte até a laticínios em São José do Cedro, com rendas mensais declaradas de R\$ 2.000,00 e R\$ 1.500,00 respectivamente;
- um presta serviço de inseminação artificial (informal), com renda mensal declarada de aproximadamente R\$ 700,00;
- um está empregado em borracharia na cidade de São José do Cedro, cuja renda mensal declarada por familiar é de aproximadamente R\$ 700,00, porém sem vínculo de emprego;
- um ocupa-se como servente de pedreiro, sem vínculo empregatício e com renda mensal aproximada de R\$ 700,00, e;
- um presta serviços de montagem e desmontagem de palco para uma banda musical, com renda mensal de R\$ 800,00.

Como características principais dos casos de pluriatividade decorrentes da prestação de serviços, prevalecem aqueles de baixa qualificação e, em grande maioria, a informalidade. Contudo, dentro dos grupos do quadro 44, a média mensal de rendimentos é superior aos demais.

Das três pessoas ocupadas em atividades de comércio, duas são da mesma da família (mãe e filha, com idade de 46 e 21 anos respectivamente) e trabalham em

estabelecimento próprio familiar na cidade de Princesa (vestuário). A renda mensal estimada proveniente do negócio é de aproximadamente R\$ 2.000,00, fazendo parte do fundo comum familiar onde se somam às rendas agropecuárias. Na propriedade agrícola de 35 hectares, ocupam-se outras três pessoas na produção de leite e grãos. A propriedade possui mecanização para plantio e preparo do solo. De acordo com a família entrevistada, o comércio é uma forma de aumentar a renda familiar e ocupar a mão de obra excedente da propriedade, tendo em vista que o local onde se situa a loja é de propriedade da família.

Completando o grupo dos trabalhadores ocupados no comércio, uma pessoa – mulher solteira de 21 anos - trabalha como vendedora em uma loja de roupas na cidade de São José do Cedro, recebendo um salário mínimo mais comissão por vendas, aproximando dessa forma, uma renda mensal de R\$ 850,00. Segundo um membro da família entrevistada, a renda proveniente da atividade não-agrícola é destinada, principalmente, para cobrir parte dos custos relativos ao curso superior que a mesma cursa na cidade de São Miguel do Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações não agrícolas desempenhadas pelos residentes dos domicílios rurais no município de Princesa são predominantemente desempenhadas por pessoas com idade entre 19 e 25 anos, em sua grande maioria solteiras e que, embora ajudem nas despesas do domicílio, administram individualmente seus rendimentos, raramente aplicando-os em atividades agropecuárias na propriedade.

Do número de residentes com idade de 15 a 25 anos, 36,4% estão ocupadas em atividades não agrícolas. Este dado por si só denota o envelhecimento da população ocupada exclusivamente em atividades agropecuárias, sendo que a idade média dessa parcela da população, considerando a faixa etária de 15 a 59 anos, é de 37 anos, aumentando para 40 anos se o limite de corte inferior for 18 anos de idade.

Contudo, o envelhecimento da população agrícola, tem relação mais forte com o êxodo rural do que com as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. Nos últimos 20 anos saíram das propriedades entrevistadas 54 pessoas, cuja idade média era de 20 anos quando da saída. Esse número é superior a da população com idade inferior a 15 anos (52 pessoas).

Ainda em relação ao envelhecimento da população rural, 11,3% da população tem idade superior a 60 anos. Contudo, esse dado possui valor positivo se avaliarmos tão somente a questão da renda das famílias, uma vez que todas as pessoas incluídas nesse grupo recebem aposentadorias e, se incluirmos também as mulheres com idade entre 55 e 59 anos e pensionistas, o total dos benefícios previdenciários equivale a 22,7% de todas as rendas declaradas pelos entrevistados, estando presente em 34 das 75 famílias com atividades agropecuárias na propriedade, sendo a principal renda em 10 desses domicílios.

Durante as entrevistas, ficou evidente a preocupação dos residentes em conseguir o benefício previdenciário como agricultor. Não raro, a resposta para a pergunta dos planos futuros em relação à propriedade rural envolvia a previdência e o descontentamento com as rendas agrícolas, onde os agricultores planejavam manterem-se ocupados, geralmente com a pecuária leiteira, até que conseguissem aposentarem-se - ou algum membro da família alcançar a idade para tal - para então saírem da propriedade, ou abandonar parcialmente as atividades agrícolas, dado ao número reduzido de pessoas ocupadas por estabelecimento.

Contudo, o abandono parcial das atividades agropecuárias parece estar mais presente na realidade do município do que o êxodo da totalidade dos membros das famílias da propriedade rural. Essa constatação possui dois elementos que também se aplicam a ocorrência da pluriatividade. O primeiro está na proximidade de grande parte das propriedades rurais com as cidades de Princesa, São José do Cedro e Guarujá do Sul, o que facilita o atendimento de serviços urbanos presentes nessas cidades. (Tivemos oportunidade de abordar a formação dessas pequenas cidades nos capítulos II e III onde salientamos que elas surgiram a partir de elementos do modelo de colonização, sendo que a propriedade com maior distância da sede de pelo menos um desses municípios não é superior a 12 quilômetros). O outro elemento refere-se à especulação imobiliária dos imóveis urbanos e da súbita valorização dos imóveis rurais na última década, impulsionados, no nosso ponto de vista, pela instituição (e características inerentes, principalmente) das linhas de crédito fundiário.

Assim, o entendimento de domicílio rural e propriedade agrícola (no sentido produtivo) passam a ter significados cada vez mais individuais, embora sejam partes de uma mesma propriedade rural, preconizado por elementos que envolvem o arrendamento de terras para terceiros e pelas rendas não agrícolas das famílias residentes.

No entanto a pluriatividade, decorre, sobretudo, da estrutura produtiva existente no município de Princesa e nos municípios confrontantes. Tivemos oportunidade no capítulo II de demonstrar que os Complexos Agroindustriais de Suínos e Aves passaram a centralizar a produção para perto das unidades de abate excluindo, paulatinamente, a região onde se localiza o município. Contudo, a pecuária leiteira vem apresentando contínuo crescimento e se constituindo na principal atividade agropecuária do município e dos municípios confrontantes (São José do Cedro, Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira). Porém, isso não significa dizer que ela substituiu outras atividades e que o crescimento desta está diretamente relacionado ao abandono daquelas, mas que ela vem apresentando crescimento e se tornando, em muitos casos, a única renda agropecuária dos estabelecimentos rurais e, também, responsável pelo emprego em atividades não agrícolas, uma vez que a indústria agro alimentar também se desenvolveu nestes municípios – principalmente São José do Cedro - com a instalação de laticínios e unidades de resfriamento de leite.

Dessa forma, tanto as rendas agrícolas como as não agrícolas estão cada vez mais ligadas ao complexo agroindustrial do leite, tratando-se, contudo, de uma especialização derivada da exclusão da região onde esses municípios se encontram de outras atividades agropecuárias e do fraco desenvolvimento dos outros setores, principalmente a indústria.

Nesse sentido, não se pode esperar que a pluriatividade, principalmente as ocupações não agrícolas fora da propriedade, venham a se constituir em uma solução para as famílias do meio rural continuarem se reproduzindo e frear o êxodo rural e populacional da região, uma vez que essas ocupações derivam, principalmente, da própria organização produtiva em torno da agropecuária. Por outro lado, também não se pode esperar que as políticas de crédito fundiário e crédito rural nos moldes atuais sejam eficazes nesse sentido, uma vez que estas procuram atender somente interesses produtivistas quando da liberação de crédito para famílias exclusivamente agrícolas, ou melhor, apenas consideram a produção agropecuária como finalidade das propriedades rurais, inclusive restringindo a oferta somente para famílias cujas rendas sejam 80% advindas de atividades agropecuárias (no caso específico do PRONAF que possui os juros mais baratos). Nesse mesmo sentido das políticas de crédito de agrícola, o crédito imobiliário também é direcionado para a habitação urbana. Não se pode desconsiderar que, frente à desvalorização do trabalho, o financiamento a juros baratos é, no mínimo, uma necessidade. Contudo, se faz patente repensar os critérios de direcionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVARESCO, Paulo Ricardo, **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento**. Blumenau-SC: FURB, 2003.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Volume 3. Jaguariúna – SP: EMBRAPA, 2000.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Volume 1, Jaguariúna – SP: EMBRAPA, 2000.

CARVALHAL, M. D. **A expansão do capital e a dinâmica territorial do trabalho: o trabalho fabril no Oeste paranaense**. In: VI Seminário do Trabalho, 2008, Marília. Anais do VI Seminário do Trabalho, 2008. v. 1.

DALLA COSTA, Armando João . **Empresas agroindustriais e transformações no trabalho**: mudanças na tecnologia e na organização do trabalho entre os avicultores. In: V Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo. Montevideo : Editado pela Associação Latinoamericana de Sociologia del Trabajo, 2007. v. 1. p. 1-16.

DEBONA, Narcélio Inácio. **Memórias da Colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste: Mc Lee, 2003.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. **As (re)negociações das Dívidas Agrícolas**. Sociedade e desenvolvimento rural, São Paulo. v.2, 2008, p.171-188,.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo – SP: Ícone, 1985.

DOS SANTOS, Theotônio (1993) Globalização e Regionalização na Economia Mundial, Indicadores Econômicos FEE, maio, p. 7896

ESPÍNDOLA, Carlos. J. . Formação Sócio espacial: um referencial aos estudos sobre industrialização. In: **O mundo do cidadão Um cidadão no mundo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. V. 1. P. 153-154.

FAVARET FILHO, Paulo. **Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 1990: implicações sobre as cadeias de aves suínos e leite**. BNDS Setorial, Rio de Janeiro: n. 16, 2002. p. 31-56.

FERNANDES, Elizabeth Nogueira. BRESSAN, Matheus. VERNEQUE, Rui da Silva. **ZONEAMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA NA REGIÃO SUL DO BRASIL**. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/331/33134223.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2010.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1981.

GASQUES, José Garcia. BASTOS, Eliana Teles. VALDES, Constanza. **Preço da Terra no Brasil**. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco, 2008.

GOMES, Ezio José. **Estratégias das Grandes Indústrias no Sul do Brasil**. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/doc/Estrat%C3%A9gias%20Ind%C3%BAstrias%20leite%20Sul.pdf> Acesso em 01 jun. 2010.

GONÇALVES, José Sidnei. **AGRICULTURA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>> Acesso em 06 jul. 2010.

HOMEM DE MELO, Fernando. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil. **Comércio internacional, segurança alimentar e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Campus. 2001.

HOMEM de MELO. Fernando . **Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro**. Economia Aplicada, v.2, n.1, 1998, p. 163-182.

HOPPE, Stefan. **Da Fronteira Agrícola à Agroindustrialização: O Caso de São João do Oeste**. Toledo, 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

KAGEYAMA, Angela; & SILVA, José Graziano da. **A Dinâmica da Agricultura Brasileira: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas: 1988.

KAGEYAMA, Ângela. **Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. IE/UNICAMP: 2003**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto112.pdf>. Acessado em: 15 de mar. 2010.

MACCALÓZ, Salete Maria Polita. **Globalização e Flexibilização**. In: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Bauru-SP: Instituto Toledo de Ensino, 1997, v.18, p. 69-93.

MARAFON, G. J., **Industrialização da agricultura e formação do complexo agrindustrial**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, v. 3, 1998, p. 7-21.

MATTEI, Lauro. A Dinâmica das Ocupações Rurais Não-Agrícolas em Santa Catarina nas Décadas dos Anos Oitentas e Noventas In: CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano da (org). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. volume 3, Jaguariúna – SP: EMBRAPA, 2000. p. 49-79.

MATTEI, Lauro. **Economia Catarinense: Crescimento com desigualdades regionais**. 2011 (Apresentação de Trabalho/Outra). Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf> Acesso em 20 de Maio de 2011.

MUSSOI, Arno Bento. **Administração Pública dp Território Federal do Iguaçu**. Curitiba, 2004.

NOGUEIRA, Jorge M., OLIVEIRA, Dyogo H. (1997). **As origens do endividamento da agricultura brasileira: considerações sobre os impactos das políticas macroeconômico nas políticas setoriais**. In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL.

NOGUEIRA, Jorge. OLIVEIRA, Dyogo. (1997). **As origens do endividamento da agricultura brasileira: considerações sobre os impactos das políticas macroeconômico nas políticas setoriais**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1997, Natal.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Primeira Edição. Florianópolis: GED/EPAGRI, 1996.

RANGEL, Ignácio M. **A questão da terra**. Disponível em <<http://www.rep.org.br/pdf/24-4.pdf>> Acesso em 20 jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, 54: 1977. p. 81-100.

SATHLER, D. . **O rural e o urbano no Brasil**. Caderno de Geografia (PUCMG), v. 15, 2005 p. 77-92.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro: v. 16, 2001, p.164-184,.

SILVA, José Graziano da. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na agricultura**. São Paulo – SP: Hubitec, 1981.

SILVA, Marcos Aurélio da. **A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci**. In: Anais do XII Encuentro de Geografos de América Latina, 2009, Montevideo: 2009.

SILVA. José Graziano, da. **O Novo Rural Brasileiro**. Disponível em <http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf> Acesso em 03 Jun. 2010.

SILVA. José Graziano, da. **O Novo Rural Brasileiro**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1999 (Coleção pesquisas).

SINGER, Paul. **Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino Americano.** Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/campo_e_cidade_no_contexto.pdf Acesso em 10 de Jun. 2010.

SOUZA, Regina Maria de; CÔRREA, Vanessa Petrelli. **Mudanças no padrão de financiamento agrícola e menos participação do Estado – impactos negativos sobre produtores não integrados.** V CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES. Ouro Preto – Minas Gerais: V MOSTRA DE ARTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE MINAS GERAIS. 2001.

SOUZA, Regina Maria de; CÔRREA, Vanessa Petrelli. **Mudanças no padrão de financiamento agrícola e menos participação do Estado – impactos negativos sobre produtores não integrados.** Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0104.htm>> Acessado em 10 de agosto de 2010.

VEIGA, José Eli da. Apresentação. In: PRADO Jr., Caio Prado. **A Questão Agrária Brasileira.** São Paulo – SP: 5 ed. Editora Brasiliense, 2000. p. III-XXIII

VICENZI, Renilda. **COMPANHIA COLONIZADORA BERTASO: AÇÃO COLONIZADORA EM CHAPECÓ (1918-1950).** Passo Fundo, 2009. Trabalho acadêmico – História, Universidade de Passo Fundo.

Wachowicz; Rui Cristovan. **Paraná Sudoeste: ocupação e Colonização.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

ANEXO

Após dois anos de investigações, o Ministério Público do Trabalho no Município de Chapecó entrou com Ação Civil Pública contra a empresa Sadia S.A. postulando o reconhecimento do vínculo de emprego entre a empresa e todos os produtores "integrados" de aves. Caso não haja o reconhecimento do vínculo de emprego, o MPT requer que sejam pagas as diferenças aos produtores "integrados" entre os valores pagos pela empresa e os valores dos custos de produção calculados pela Embrapa. O autor da ACP, procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá, também pediu indenização de R\$ 20 milhões a título de danos morais coletivos.

Para o procurador do Trabalho Sandro Eduardo Sardá, "não resta dúvida quanto à existência de vínculo de emprego entre a Sadia e os produtores de aves". Segundo ele, todos os requisitos legais previstos no artigo 3º da CLT estão presentes, como a pessoalidade, a onerosidade e a subordinação. "Além disso, não podemos esquecer que há um profundo desequilíbrio contratual na relação entre as agroindústrias e os produtores integrados. A empresa sequer paga aos produtores rurais os custos de produção e, portanto, os integrados estão submetidos a grave exploração e ao trabalho degradante", enfatiza.

Levantamento feito pelo MPT sobre 3.843 pagamentos feitos pela empresa Sadia S.A a produtores que entregaram seis lotes de aves num período de 12 meses, mostra que 72,68% sequer receberam o equivalente aos custos da produção. Somente 1.050 destes pagamentos foram remunerados em valores iguais ou superiores ao gasto para produzir as aves, ou seja, apenas 27,32% dos produtores. Além disso, conforme as planilhas de movimentação dos seis lotes analisados pelo MPT, somente 2,74% dos produtores receberam habitualmente a remuneração integral do custo de produção no período. "Eles financiam a atividade econômica da empresa Sadia S.A às custas de seu próprio empobrecimento, adoecimento e endividamento com entidades financeiras", assinala Sandro Sardá. Os dados levantados pelo MPT comprovaram que a maioria dos produtores está pagando para trabalhar. Análise sobre um lote de peru adquirido pela Sadia dos produtores "integrados" mostra que o trabalhador rural suporta um déficit de R\$ 5.170,63 por lote desta ave. "O trabalhador rural está pagando para trabalhar", sintetiza o procurador do Trabalho. Mais do que isso, diz ele, "a empresa impõe um estado de incerteza aos produtores, na medida em que define não só os valores a serem pagos, mas quando serão pagos". Também é fato que a empresa faz exigências de investimentos constantes nos aviários, provocando endividamento, empobrecimento e redução patrimonial dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, estes produtores "integrados" ficam expostos ao acometimento de doenças respiratórias, distúrbios osteomusculares, problemas na coluna, entre outros. Conforme o procurador do Trabalho, a empresa Sadia S.A, vem adotando diversas condutas ilícitas com relação aos produtores integrados, tais como:

- a) omissão em reconhecer o vínculo de emprego, com a anotação na CTPS e o pagamento dos consectários legais;
- b) jornadas exaustivas e não-concessão de repouso semanal remunerado;
- c) não-adoção de normas de saúde e segurança;
- d) imposição de contratos de adesão com cláusulas abusivas;
- e) omissão no pagamento integral dos custos de produção;
- f) exigências abusivas e sucessivos investimentos por parte dos produtores;
- g) estabelecimento unilateral dos preços dos produtos e prática de abuso de direito;
- h) exigências permanentes de investimentos em aviários, onde a baixa remuneração total e a ínfima remuneração pela depreciação das instalações inviabilizam o investimento nas propriedades.

(Sítio do Ministério Público do Trabalho):

http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2010_09/2010_09_10.php